

UNIEVANGÉLICA - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS
MESTRADO EM SOCIEDADE, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

ROSÁLIA SANTANA SILVA

As formas de organização para a gestão da educação a distância em
instituições públicas do município de Anápolis

Anápolis-2011

UNIEVANGÉLICA - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS
MESTRADO EM SOCIEDADE, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

ROSÁLIA SANTANA SILVA

As formas de organização para a gestão da educação a distância em
instituições públicas do município de Anápolis

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Sociedade Tecnologia e Meio Ambiente, pela UniEvangélica – Centro Universitário de Anápolis, sob orientação da Professora Doutora Mirza Seabra Toschi.

Anápolis-2011

UNIEVANGÉLICA – CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS
MESTRADO EM SOCIEDADE, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

As formas de organização para a gestão da educação a distância em instituições públicas do município de Anápolis

Rosália Santana Silva

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora da UNIEVANGÉLICA, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente.

Aprovado por:

Profa. Dra. Mirza Seabra Toschi – Orientadora

Profa. Dra. Genilda D’Arc Bernardes – Anápolis – UniEvangélica

Profa. Dra. Cleide Aparecida Carvalho Rodrigues – Goiânia – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. João Carlos da Rocha Medrado – Goiânia – Universidade Federal de Goiás (suplente)

DEDICATÓRIA

A minha família que compreende e incentiva meus sonhos, meu irmão Júnior que, mesmo não estando mais entre nós, me deixou seu exemplo de esforço e dedicação, meu irmão Bruno, meu filho Igor Nathan, em especial a minha mãe que nunca mede esforços para ajudar em minhas conquistas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelas portas abertas na jornada de minha vida, pelas pessoas boas que estão sempre ao meu lado, pela força contínua, por tantas bênçãos, por tudo em minha vida.

A minha orientadora prof.^a Mirza, que acreditou no meu trabalho e com toda sua erudição sempre me conduziu com paciência, humildade e sabedoria, me incentivando, me indicando os caminhos a seguir.

Um carinho a prof.^a Genilda, prof.^a Cleide pelas sábias colocações durante a minha qualificação e, ao prof. João Carlos e ao prof. Cristóvão Giovani pelas contribuições no decorrer de minha pesquisa.

A todos os professores do mestrado em especial ao prof. Ricardo Machado e prof. Roberto Prado.

A todos meus colegas de mestrado que compartilharam de meus anseios e cansaço.

Aos meus amigos pelo incentivo e momentos de conforto.

Ao Sr. Francisco Rosa e a Lenir pela compreensão e incentivo.

A FAPEG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – pelo incentivo financeiro.

A minha mãe e meu filho que estão sempre do meu lado, meu porto seguro.

Palavras não são suficientes para expressar meus sentimentos de gratidão a todas as pessoas que fazem parte da minha vida e constroem comigo cada momento.

“Nenhum de nós é tão inteligente quanto todos nós juntos.”

Warren Bennis

SILVA, Rosália Santana. *As formas de organização para a gestão da educação a distância em instituições públicas do município de Anápolis*, UniEvangélica, 2010, (Dissertação de Mestrado Multidisciplinar em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente).

RESUMO

A Educação a Distância é uma forma de educação que possui características próprias como a flexibilidade de tempo e espaço. As possibilidades de oferta aumentam com a demanda da educação formal. A forma que a instituição educacional concebe e gesta a EaD é percebida pelas adequações realizadas para o desenvolvimento dos cursos. O Governo Federal possui diferentes programas disponíveis para implantação em instituições públicas. No município de Anápolis duas instituições públicas implantaram os Programas UAB e outra está em processo de implementação do e-Tec. A realização destes programas ocorreu por meio de adesão, e cada instituição possui sua forma própria de organizar sua proposta e a gestão da EaD. Esta pesquisa analisa as formas de organização de gestão para a EaD nas instituições públicas do município de Anápolis. Para seu desenvolvimento foram consultadas e selecionadas referências bibliográficas, pesquisados sites e textos eletrônicos. Foram ainda realizadas visitas às instituições, aplicados questionários e feitas entrevistas. Os teóricos que subsidiaram a pesquisa foram: Alava (2002), Belloni (2003), Moore e Kearsley (2007), Kenski (2007), Nóvoa (1995), Nunes (2009), Paro (2008), Peters (2001), Rumble (2003). Em síntese, a pesquisa permite concluir que, mesmo os programas sendo nacionais, cada instituição possui uma característica exclusiva para organizar a forma de gestão junto a uma equipe decisória para a implantação e oferta da EaD.

Palavras-chave: Gestão pública da EaD; Organização de cursos a distância; EaD em Anápolis.

ABSTRACT

Distance education is a form of education that has its own characteristics such as flexibility of time and space. The possibility of increased supply with the demand of formal education. The way that the educational institution management and designs the EaD is perceived by the adjustments made to the development of courses. The federal government has various programs available for deployment in public institutions. In the city of Anápolis deployed two public UAB Programs and another is in process of implementation of e-Tec. The implementation of these programs was through membership, and each institution has its own way to organize your proposal and management of distance education. This research examines the organizational forms of management for distance education in public institutions in the city of Anápolis. For its development have been consulted and selected bibliography, websites and electronic texts surveyed. Visits were made to institutions, completed questionnaires and interviews made. The theorists who supported the research were: Alava (2002), Belloni (2003), Moore and Kearsley (2007), Kenski (2007), Nóvoa (1995), Nunes (2009), Paro (2008), Peters (2001), Rumble (2003). In summary, the research shows that even with national programs, each institution has a unique feature to organize the form of management for a team decision-making for the implementation and delivery of distance education.

Keywords: Public management of Distance Education; Organization of distance courses; Distance education at Anápolis.

LISTA DE FIGURAS, QUADROS, TABELAS, GRÁFICOS E IMAGENS

Gráfico 01 – Evolução do número de matrículas de graduação por modalidade de ensino – Brasil – 2001 - 2009.....	34
Gráfico 02 - Evolução do número de Cursos – Graduação a Distância por Categoria Administrativa Brasil – 2002-2007.....	35
Gráfico 03 - Evolução do número de Ingressos – Graduação a Distância por Categoria Administrativa – Brasil – 2002-2007.....	35
Gráfico 04 - Evolução do número de Concluintes – Graduação a Distância por Categoria Administrativa - Brasil – 2002-2007.....	36
Figura 01 - Organograma de instituição de educação profissional do Estado de Goiás.....	84
Quadro 01 – Matrículas no Município de Anápolis.....	94
Quadro 02 – Número de Instituições Educacionais no Município de Anápolis.....	94
Quadro 03 - Instituições de ensino superior, por dependência administrativa e cursos, segundo os municípios.....	95
Quadro 04 - Sistema de Consulta de Instituições Credenciadas para ministrar Educação a Distância e Pólos de Apoio Presencial (SIEAD) – última atualização dos pólos em 12/07/2010.....	97
Figura 02 - Mapa Pólos E-Tec.....	109
Quadro 05 - Organização e formas de gestão.....	115

LISTA DE SIGLAS

AA - Aprendizagem Aberta

ABRAED – Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta a Distância

ANPAE - Associação Nacional de Política e Administração da Educação

BM – Banco Mundial

CEFOPE - Centro de Formação de Profissionais da Secretaria Municipal de Educação

CEP – Centro de Educação Profissional

CEPA – Centro de Educação Profissional de Anápolis

CEPSS – Centro de Educação Profissional Sebastião Siqueira

DAIA - Distrito Agroindustrial de Anápolis

EaD – Educação a Distância

e-Tec - Escola Técnica Aberta do Brasil

FLA – Faculdade Latino Americana

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério da Educação

NTE – Núcleo de Tecnologia Educacional

OMC - Organização Mundial do Comércio

PNE - Plano Nacional da Educação

PPP - Projeto Político Pedagógico

ProInfo - Programa Nacional de Informática na Educação

SECTEC - Secretaria de Ciência e Tecnologia no Estado de Goiás

SEDUC - Secretaria de Estado de Educação de Goiás

SEED – Secretaria de Educação a Distância

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SEPIN – Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação

SIEAD - Sistema de Consulta de Instituições Credenciadas para Educação a Distância e Pólos de Apoio Presencial

SUEP – Superintendência de Educação Profissional

UAB - Universidade Aberta do Brasil

UEG – Universidade Estadual de Goiás

UFG – Universidade Federal de Goiás

UnB – Universidade de Brasília

UNESP - Universidade Estadual Paulista

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UnUEAD – Unidade Universitária de Educação a Distância

SUMARIO

INTRODUÇÃO	14
1. AS FORMAS DE GESTÃO NAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES E A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	19
1.1. O processo de gestão nas instituições escolares públicas.....	19
1.2. A gestão e a EaD.....	29
1.3. Programas federais de EaD.....	42
2. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – CONCEITOS, HISTÓRIA E POLÍTICAS	50
2.1. Conceitos de EaD.....	50
2.2. Contexto histórico.....	53
2.3. Qualidade na EaD.....	61
2.4. A legislação nacional e a EaD.....	67
2.5. Uma reflexão - EaD como “serviço”.....	72
2.6. A EaD como política pública.....	78
2.6.1. A Secretaria de Ciência e Tecnologia (SECTEC) do Estado de Goiás no processo de implantação de cursos técnicos em EaD.....	84
3. A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS	90
3.1. O contexto da EaD no município de Anápolis.....	91
3.2. O caso de implantação do e-Tec Brasil em uma instituição pública.....	99
3.2.1. Breve histórico do CEPA.....	99
3.2.2. O processo de adesão ao e-Tec.....	100
3.2.3. Avanços da EaD no CEPA.....	102
3.2.4. Estratégias para a implantação da EAD.....	105
3.3. Anápolis e o e-Tec.....	107
3.4. Universidade Estadual de Goiás – UEG e a EaD.....	110

3.5. Pólo UAB Anápolis.....	113
3.6. Formas de organização para a gestão da EaD em Anápolis.....	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
REFERÊNCIAS.....	125
APÊNDICES.....	136
APÊNDICE 01 – Questionário aplicado ao gestor.....	137
APÊNDICE 02 – Questionário aplicado ao professor.....	140
APÊNDICE 03 – Questionário aplicado ao aluno.....	143

INTRODUÇÃO

Em 1996 concluí minha graduação em Ciências: Licenciatura Plena em Matemática. Na época, já era professora da rede municipal de educação do município de Anápolis e da rede estadual de educação do estado de Goiás. Em 1997 e 1998, respectivamente, participei de dois cursos de especialização à distância: Administração Educacional e Planejamento Educacional, os quais tinham encontros presenciais bimestralmente e atividades à distância. Tínhamos material didático e o desenvolvimento de atividades para a conclusão no decorrer dos encontros presenciais. Neste período não se usava a EaD *online* e os ambientes virtuais de aprendizagem.

Em 1999 assumi a direção da escola estadual na qual já trabalhava. Atuei como gestora por dois anos, vivenciando os prazeres e as dificuldades da gestão de uma escola de educação presencial, que funcionavam três turnos oferecendo educação básica: ensino fundamental e médio e atendia em média 1200 alunos presencialmente.

Em 2001, fui trabalhar como secretária geral no Núcleo de Tecnologia Educacional de Anápolis (NTE), instituição vinculada à Secretaria de Estado de Educação de Goiás (SEDUC). Como ocupava cargo administrativo ficava restrita às funções administrativas, o que acarretava limitações para que eu participasse das formações continuadas oferecidas aos professores multiplicadores do NTE. Na época, a Superintendência de Educação a Distância, que era um órgão pertencente à SEDUC, extinto pelo atual governo, estabelecia diversas parcerias para a capacitação em serviço aos professores atuantes nos NTE do estado de Goiás. Em 2002, passei a atuar como professora multiplicadora do NTE Anápolis, quando tive a oportunidade de participar de uma especialização a distância em Telemática na Educação, que já utilizava um ambiente virtual de aprendizagem. Em 2004, participei de um curso de extensão universitária que utilizava o ambiente virtual TelEduc, e continuamente participava de cursos na modalidade de EaD. E, também, desenvolvia projetos de formação de professores nesta modalidade de educação.

No início do ano de 2005 fui removida para o Centro de Educação Profissional de Anápolis (CEPA), órgão vinculado à Superintendência de Educação Profissional do Estado de Goiás, subordinado, na época, à SEDUC e, atualmente, à Secretaria de Ciência e Tecnologia (SECTEC). Nesta instituição atuei como coordenadora pedagógica, estudando e conhecendo as especificidades da educação profissional.

No início do ano de 2008, até meados do ano de 2009, atuei como orientadora acadêmica do curso de Física da Universidade Federal de Goiás (UFG). Era a orientadora que mantinha contato direto com os alunos no Ambiente Virtual Moodle e os acompanhava nos encontros presenciais e auxiliava diretamente o professor formador de cada módulo. Eu atuava no pólo da Universidade Aberta do Brasil – UAB – de Goianésia, como bolsista do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Ainda em 2008, fui tutora a distância do curso de Tecnologias Assistivas oferecido pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus Presidente Prudente – quando tutoriava junto a outra tutora em uma turma de Mossoró – Rio Grande do Norte. Neste curso foi utilizado o ambiente TelEduc. Antes da atuação como tutora, participei do curso presencial de formação com duração de quarentas horas oferecido aos selecionados para atuarem como tutores em Presidente Prudente.

Estas atividades realizadas, após o período de 2005, foram concomitante com a atuação na coordenação pedagógica do CEPA. Em meados de 2007, a então Superintendente de Educação Profissional do estado de Goiás solicitou que o CEPA, juntamente com o Centro de Educação Profissional Sebastião Siqueira – CEPSS – localizado em Goiânia, elaborassem uma proposta para a oferta de cursos técnicos na modalidade de EaD para o estado de Goiás. Esta proposta deveria atender ao Edital de Seleção n.º 01/SEED/SETEC/MEC. A então supervisora pedagógica da instituição, o gestor e eu participamos desta comissão para a elaboração da proposta que foi então apresentada e aprovada pelo MEC.

Ao elaborarmos esta proposta tínhamos que planejar a estrutura organizacional, administrativa e pedagógica para a oferta dos cursos na modalidade de EaD. O CEPA propôs a oferta de quatro cursos e o CEPSS de três cursos.

Como já havia trabalhado e estudado em instituições diferentes que atuam com a EaD, percebi as dificuldades e limitações que a gestão de uma instituição pública possui ao implantar a EaD e que, na especificidade da esfera pública, esta implantação se faz por adesão aos programas disponibilizados pelo MEC.

Os programas do MEC são promovidos e incentivados nacionalmente para a oferta em instituições públicas em todo o país. No entanto, até aderirem ao edital proposto pelo MEC, estas instituições desenvolviam somente a educação de forma presencial, o que traz inúmeras dificuldades e incompreensões acerca das especificidades da EaD e o que requer em termo de gestão.

Quando participei da elaboração da proposta do e-Tec Brasil a ser desenvolvida no CEPA e CEPSS, vivenciei as dificuldades dos gestores em abarcarem uma nova forma de educação, pois até então geriam a educação presencial.

Estes fatos despertaram em mim o desejo de contribuir e aprender mais com essa adesão das instituições e implantação dos cursos. Pois cada instituição que adere ao e-Tec apresentou uma organização e projetos de cursos para serem aprovados pelo MEC.

O MEC apresenta descrições gerais dos cargos para cada curso como: Coordenador de Curso; Professor pesquisador; Tutor a distância e Tutor presencial. Na estrutura geral da instituição existe: O coordenador geral do e-Tec e os coordenadores de pólos. No entanto, cabe a cada instituição que aderir ao programa elaborar uma proposta para implantação e desenvolvimento da EaD.

A elaboração desta proposta me instigou, ainda mais, a estudar sobre a gestão da EaD pois, na maioria das vezes, os envolvidos, e maiores responsáveis pela apresentação da proposta ao MEC, são profissionais acostumados com a educação presencial e com pouco ou nenhum conhecimento sobre EaD.

Atenta para a necessidade de uma pesquisa sistematizada, em dezembro de 2008, participei do processo de seleção do Mestrado Multidisciplinar em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente, para realizar minha pesquisa, levando em consideração que o Mestrado em questão abarca a utilização das tecnologias, a sociedade e o meio ambiente que hodiernamente deixou de ser pesquisa restrita aos ecologistas, e com a linha de pesquisa em Sociedade, Políticas Públicas e Meio Ambiente que abrange a compreensão das dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais dos processos, das políticas e formas de organizações sociais.

Relacionando a linha de pesquisa do mestrado a minha vivência em diferentes áreas de atuação em EaD, despertei para o ingresso no mestrado multidisciplinar, em março de 2009 que me oportunizou a realização de estudos em diferentes áreas, expandindo a minha visão acadêmica e de pessoa humana.

Esta pesquisa permitiu que aprofundasse os estudos acerca das instituições públicas, que já por sua essência, possuem limitações e aspirações, no entanto, por algum motivo aderem à implantação da EaD. Os motivos para isso são diversificados e dentre eles, pode-se destacar o aumento da demanda de público e expansão das áreas que a escola oferece.

Moran (2010) afirma que a EaD está em fase de consolidação no Brasil: “Passamos de importadores de modelos de EAD para desenvolvedores de novos

projetos, de programas complexos implantados com rapidez” (p.1). Assinala também que:

O foco nos primeiros anos era a capacitação dos professores em serviço. Depois as licenciaturas, em geral. Agora os cursos que mais crescem são os de especialização, que encontram um aluno mais maduro, motivado e preparado. A maior parte das instituições utiliza o material impresso como mídia predominante (84%). A Internet vem crescendo, e ocupa o segundo lugar, com 63% de instituições que a utilizam em EAD (p.1).

É inegável a relação entre o crescimento da utilização da Internet e o crescimento da EaD. No Brasil a EaD está sendo utilizada nas diferentes modalidades de educação, não mais apenas nas licenciaturas ou em formação de professores.

Dessa forma, o crescimento da EaD é notório para os profissionais que buscam qualificação e atualização, e também, pelas instituições responsáveis por esta constante formação humana, seja ela profissionalmente, por exigência do mercado de trabalho, ou a critério do indivíduo que a busca.

O aumento da oferta da EaD desperta a crescente preocupação em relação à metodologia de implantação e desenvolvimento destes cursos, para que sejam oferecidos com qualidade e com o compromisso das pessoas envolvidas, que é fator de grande relevância, considerando que os profissionais preparados para atuarem em EaD, em sua maioria, atuam na educação presencial e, inicialmente, apresentam pouco esclarecimento da EaD, este fator é um dificultador de todo o processo. No entanto, uma gestão eficaz para implantação e capaz de elaborar e acompanhar o curso é fundamental para o sucesso da EaD.

Atualmente o Governo Federal tem disponibilizado vários programas para serem implementados por meio da EaD, no entanto, como é feita a adesão e a gestão desses programas? A partir dessa reflexão apresento o problema de minha pesquisa: Quais as formas de organização para gestão que as instituições públicas de Anápolis adotam para a implantação e desenvolvimento dos cursos de EaD dos programas federais?

Esta pesquisa tem como objetivo geral identificar e analisar as formas de organização para gestão que as instituições públicas de Anápolis adotam para implantar e desenvolver cursos de EaD dos programas federais.

O estudo visa ainda responder às seguintes questões:

- Como é realizada a sensibilização e capacitação da equipe de profissionais para a implantação e desenvolvimento da EaD na instituição?

- Qual o perfil esperado do gestor das instituições e dos gerentes envolvidos em EaD, e ainda qual o encontrado na adesão aos Programas propostos pelo MEC?
- Como é elaborada a proposta para implantação e desenvolvimento dos cursos em EaD?

Para atingir o objetivo proposto e às respostas das questões norteadoras, me propus a realizar pesquisa bibliográfica sobre a EaD e estudo por meio de visitas nas instituições públicas, e, ainda, aplicação de questionários aos profissionais envolvidos, nas instituições públicas do município de Anápolis que se propuseram a ofertar a EaD, sendo estas: Universidade Estadual de Goiás (UEG), Centro de Educação Profissional de Anápolis (CEPA) e o Centro de Formação de Profissionais da Secretaria Municipal de Educação (CEFOPE), por meio do Pólo UAB Anápolis.

O presente trabalho se divide em três capítulos que sintetizo a seguir:

No capítulo I abordo o processo de gestão em instituições escolares públicas, relaciono a gestão e a EaD e apresento os atuais programas do Governo Federal para oferta nas instituições públicas.

No capítulo II trato da EaD, baseada na leitura de diferentes autores. Este capítulo apresenta um estudo sobre os conceitos de EaD, o contexto histórico da EaD, a qualidade da educação a distância, apresento a legislação nacional sobre EaD, a EaD como um serviço ofertado à população, a EaD como política pública. Nele incluo o relato sobre a implantação do e-Tec na Secretaria de Ciência e Tecnologia no Estado de Goiás (SECTEC).

No capítulo III estudo a EaD no município de Anápolis. Este capítulo inicia-se com o relato de estudo realizado em uma instituição pública vinculada à SECTEC, mostra um estudo sobre a EaD nas instituições públicas do município de Anápolis que aderiram à implantação dos programas de EaD do Governo Federal e, ainda, apresento e analiso como está o município no contexto educacional relacionando os principais dados coletados.

Capítulo I – As formas de gestão nas instituições escolares e a educação a distância

A gestão é que delinea diversos processos da escola. Nunes (2006) afirma que não existe uma definição universal para o conceito de gestão, mas é consenso que a gestão inclua obrigatoriamente um conjunto de tarefas que procuram garantir a utilização eficaz de todos os recursos disponibilizados pela organização, a fim de serem atingidos os objetivos pré-determinados. O autor responsabiliza a gestão pela otimização e funcionamento das organizações por meio da tomada de decisões.

O processo de gestão abrange o planejamento, as ações para execução, o acompanhamento das ações, a avaliação dos processos, as interferências necessárias, e se diferencia entre as instituições, conforme seu objetivo, necessidade, pessoas atuantes, e outros diversos outros fatores.

Nas instituições escolares, Luck (2010) destaca a importância da gestão participativa, mas com uma participação das representações da escola de forma competente. Afirma também que:

[...] é pela gestão que se estabelece unidade, direcionamento, ímpeto, consistência e coerência à ação educacional, a partir do paradigma, ideário e estratégias adotadas para tanto (p.17).

A ação educacional está diretamente ligada à forma de gestão adotada para o desenvolvimento da educação. Pela importância do tema, este capítulo aborda o processo de gestão nas instituições escolares públicas, relaciona a gestão e a EaD, e apresenta os atuais programas propostos pelo Governo Federal em EaD.

1.1 O processo de gestão nas instituições escolares públicas

Paro (1999) ao fazer uma introdução crítica sobre a administração escolar, no sistema capitalista, diz que a administração escolar é uma das aplicações da administração em geral e se diferencia da administração empresarial.

À diferença das empresas em geral, que visam à produção de um bem material tangível ou de um serviço determinado, imediatamente identificáveis e facilmente avaliáveis, a escola visa a fins de difícil identificação e mensuração, quer devido ao seu caráter, de certa forma abstrato, quer em razão do envolvimento inevitável de juízos de valor em sua avaliação. Outra especificidade da escola diz respeito ao seu caráter de instituição prestadora de serviços, que lida diretamente com o ser

humano. Aí, o aluno é, não apenas o beneficiário dos serviços que ela presta, mas também participante de sua elaboração (p. 126).

A escola exige uma administração própria, específica, tendo como objetivo a formação do aluno que é o objeto e sujeito de todo o processo escolar. E não a confecção, produção ou aperfeiçoamento de um produto. Ela é vista como um espaço educativo que contribui diretamente para a formação humana.

A gestão de uma instituição delinea as suas concepções, a sua metodologia, o seu processo, os seus objetivos. Qualquer que seja a instituição, ela tem uma equipe gestora responsável por responder e conhecer toda a instituição, acompanhando seus processos. As instituições, em sua grande maioria, destacando as instituições privadas desempenham todo o processo com vistas ao lucro final a ser ganho pela produção de um produto.

Na administração em geral, Paro (1999) destaca que a administração é uma atividade exclusivamente humana e que o processo de gestão consiste em utilizar racionalmente os recursos para a obtenção de fins determinados, ressaltando que a administração “assume uma forma peculiar, determinada pela natureza dos objetivos que se procuram atingir através da utilização racional desses recursos” (p.54).

Nas escolas se objetiva a formação do aluno, objetivo este que perpassa pela gestão da escola, considerada por Freitas (1998, p.3) como ponto crítico da educação brasileira. Para a autora, a gestão educacional ganha maior visibilidade política e social a partir da década de 1980 por potencial presumido para assegurar a igualdade da qualidade do ensino e também pela possibilidade do incremento da cidadania e da ordem democrática.

Para Arroyo (2010):

Na década de 1980, o movimento docente assumiu nas suas lutas a bandeira da gestão/administração democrática do sistema educacional e da escola. Começamos reconhecendo que as formas de administrar o sistema educacional e as escolas não foram mais as mesmas a partir do lançamento desta bandeira. O pensamento educacional progressista tem produzido pesquisa e reflexão abundante sobre a gestão democrática (p.39).

Arroyo (2010) e Freitas (1998) comungam da ideia de que, a partir da década de 1980, a gestão educacional não permaneceu a mesma nas escolas brasileiras, seja por

uma nova exigência em sua forma ou pela forma que ela possa influenciar e contribuir com a política democrática.

Retomando Paro (1999) que faz uma análise da administração escolar no sistema capitalista e reflete acerca da produção e expansão do capital, pode-se diferenciar as instituições escolares públicas das instituições escolares privadas.

Em ambas as instituições, que possuem fins educacionais, os objetivos e atitudes dos educandos e educadores é que fazem com que a formação do educando aconteça. Na parte administrativa, se diferenciam entre si em relação à manutenção: as instituições escolares privadas são mantidas por recursos financeiros próprios, advindos das mensalidades, do oferecimento de ensino aos seus alunos, enquanto que nas instituições públicas de qualquer esfera, federal, estadual ou municipal, são mantidas com os recursos provenientes dos impostos pagos por toda a população.

No presente trabalho me limitei ao estudo das instituições escolares públicas, assim denominadas pelo vínculo a uma esfera pública.

A administração da escola pública se diferencia da administração de uma instituição especificamente capitalista, não se preocupa com o lucro financeiro, ousando dizer que centraliza sua administração na formação humana.

[...] administrar uma escola pública não se reduz à aplicação de uns tantos métodos e técnicas, importados, muitas vezes, de empresas que nada têm a ver com objetivos educacionais. A administração escolar é portadora de uma especificidade que a diferencia da administração especificamente capitalista, cujo objetivo é o lucro, mesmo em prejuízo da realização humana implícita no ato educativo. Se administrar é utilizar racionalmente os recursos para a realização de fins determinados, administrar a escola exige a permanente impregnação de seus fins pedagógicos na forma de alcançá-los (PARO, 1997, p.7).

Ao diferenciar a administração da escola pública de uma administração capitalista, Paro (1997) compreende a escola como a instituição que não deveria reproduzir o atual sistema capitalista que impera na atual sociedade, mas concentrar-se nos fins pedagógicos voltados para a realização humana que colabora com a “transformação social”, não sendo “negadora dos valores dominados e mera chanceladora da injustiça social”.

A escola é um espaço de formação, de promover a reflexão, de conduzir a criticidade, ao bom senso, à ética e à moral e, para que tudo isso ocorra na escola é

necessário uma gestão que permita e facilite estes processos. Paro afirma que a gestão democrática é algo desejável do ponto de vista da solução dos problemas da escola. É importante refletir sobre como a democracia na escola pode acontecer no contexto ao qual está inserida. Luck (2010) chama a atenção para a falsa democracia proposta pelo sistema no qual e ao qual a escola pertence, sendo a participação de todos utilizada apenas para referendar ou avalizar decisões já tomadas.

Como observa Gracindo (1996):

[...]não é possível analisar a gestão da educação sem considerar as políticas educacionais, dado o embricamento existente entre elas (p.1).

[...]parece que o Estado ao transferir para a comunidade o poder de gerenciar a educação, está “lavando as mãos”, está se desvencilhando de um problema que não consegue resolver (p.13).

As políticas educacionais interferem na gestão das instituições escolares, sugerem a forma que deve ocorrer à gestão, impõem acompanhamento e a avaliação dos processos. As estruturas previstas nas políticas educacionais não conseguem oferecer uma educação pública que satisfaça a sociedade.

É característica do neoliberalismo, que a função do Estado é cada vez mais de distribuir responsabilidades à comunidade local, propondo a autonomia da escola e se desvencilha das responsabilidades da oferta da educação. Libâneo, Oliveira e Toschi (2009) destacam a orientação economicista e tecnocrática, implícitas no neoliberalismo como as principais críticas por desconsiderar as implicações sociais e humanas no desenvolvimento econômico.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 206, explicita os princípios que o ensino deverá ser ministrado, dentre eles o inciso “VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei”. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), A Lei n.º 9394 de 20 de dezembro de 1996, elaborada no contexto neoliberal, em seu artigo 15, afirma que “Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.”

Nota-se na legislação brasileira a intencionalidade em propor uma gestão democrática e autônoma nas instituições públicas escolares, provocando a organização nas unidades escolares com a inclusão da criação de conselhos para a administração da verba pública destinada à escola, feita pela própria escola. Indica uma gestão que caracterize a autonomia pedagógica e financeira da escola, promovendo a unicidade da escola em um sistema escolar.

Enfim, a gestão é concebida como um conjunto de intervenções, mudanças e processos com certo grau de intencionalidade e sistematização, com vistas a modificar políticas, atitudes, idéias, culturas, conteúdos e modelos organizacionais (FONSECA, TOSCHI e FERREIRA, 2004, p.22).

A figura do gestor é a grande responsável pela implementação de todo este processo, ele é que propõe a formação dos conselhos que fazem parte da administração, promovendo intervenções e alterações. A instituição que pertence a um sistema público seja ele federal, estadual ou municipal possuiu uma estrutura sistematizada.

[...] tal sistema não pode resumir-se em apenas mais uma medida burocrática, e sim deve se constituir num conjunto orgânico na sala de aula, passando pela atividade de planejamento e avaliação dos professores, em especial o conselho de escola, e cheguem até o contato direto com os pais e mães, que precisa ser inteiramente redimensionado (PARO, 2001, p.87).

O sistema o qual a escola pertence não se resume, a mais uma burocracia que controla a escola, mas constitui em um auxiliar para o exercício da democracia da escola, um meio que a escola possui para exercer sua autonomia.

A autonomia da unidade escolar, que possui respaldo legal, indica a democracia a ser exercida. Esta autonomia primeiramente necessita de uma comunidade escolar esclarecida sobre a função da escola na sociedade, para participar conscientemente dos processos educacionais. Concomitante com a autonomia da unidade escolar implica a responsabilidade das decisões da comunidade escolar, reforçando a interferência mínima do estado explícito pela política neoliberal.

Para Libâneo, Oliveira e Toschi (2009):

Há duas importantes razões para conhecer e analisar as relações entre o sistema educativo e as escolas. De um lado, as políticas educacionais e as diretrizes organizacionais e curriculares são portadoras de intencionalidades, ideias, valores, atitudes e práticas que vão influenciar

as escolas e seus profissionais na configuração das práticas formativas dos alunos, determinando um tipo de sujeito a ser educado. De outro, os profissionais das escolas podem aderir ou resistir a tais políticas e diretrizes do sistema escolar, ou então dialogar com elas e formular coletivamente, práticas formativas e inovadoras em razão de outro tipo de sujeito a ser educado (p.31).

Os autores consideram que as diretrizes que as escolas recebem por meio do sistema público educacional ao qual se vincula estão carregadas de intencionalidades direcionadas à prática formativa do aluno, no entanto, cabe aos profissionais das escolas acatarem, reformularem ou até mesmo, negligenciarem estas diretrizes. O gestor, profissional que está entre a comunidade escolar e o sistema educacional, é quem pode mediar, acompanhar e direcionar estas diretrizes, reforçando a autonomia da escola ou simplesmente implantando as diretrizes recebidas pelo sistema educacional.

Considerado o intermediário entre o sistema escolar e a comunidade escolar, o gestor possui atribuições que aumentam com o exercício da democracia na escola, para Paro (1997).

Esse diretor, por um lado, é considerado a autoridade máxima no interior da escola, e isso, pretensamente, lhe daria um grande poder e autonomia; mas por outro lado, ele acaba se constituindo, de fato, em virtude de sua condição de responsável último pelo cumprimento da Lei e da Ordem na escola (p.11).

Como o gestor é o representante legal da unidade escolar, automaticamente ele se torna o maior responsável pelas ações desenvolvidas na escola. Paro (1997, p.103) ressalta que o diretor deve perder o papel imperial que tem hoje e a necessidade da instalação de um Conselho de Escola, que represente todos os setores escolares fomentando os objetivos educacionais. O Conselho de Escola deveria ser constituído por pessoas integrantes da comunidade escolar para exercer a gestão da escola.

A escola é encarada como uma instituição de uma autonomia relativa, como um intermédio de decisão no domínio educativo, que não se limita a reproduzir as normas e os valores do macro-sistema, mas também não pode ser exclusivamente investida como um micro-universo dependente do jogo dos actores sociais em presença (NOVOA, 1992, p. 20).

É válido ressaltar que a autonomia na escola pública é uma autonomia restrita, a qual é inserida em um sistema maior, em que, na maioria das vezes, deve cumprir e executar as ações determinadas anteriormente pelo sistema. No entanto, esta autonomia

confere à escola uma unicidade, ao meio de tanta diversidade escolar, permite que cada unidade escolar se identifique, personalize suas ações junto à comunidade.

A autonomia relativa da escola citada por Nóvoa (1992) pode ser consolidada ou negada na escola, conforme os profissionais que atuam na unidade escolar. Como explicado por Libâneo, Oliveira e Toschi (2009), os profissionais da escola são as pessoas que determinaram a prática escolar.

O gestor é uma figura fundamental na construção da identidade escolar, mas não se pode constituir como o proprietário da unidade escolar, por isso expõe-se a importância deste gestor ser mais que meramente “chefe”, que representa a escola junto aos superiores e implanta as ações na unidade por meio da autoridade constituída ao cargo.

Esta autoridade que o cargo lhe permite, é transitória, se não houver a liderança e o compromisso com a unidade escolar. Esta autoridade serve para ser utilizada como forma de liderar e compartilhar ações junto a sua comunidade, para sensibilizar todos em prol do alcance comum dos objetivos da escola.

O processo de gestão de uma instituição está relacionado com as ações da figura do gestor. A gestão de uma instituição escolar, de forma a atuar e interferir diretamente na formação humana é um grande desafio, pois o gestor de uma instituição escolar tem sobre sua responsabilidade e liderança as pessoas que trabalham na escola exercendo diferentes funções articuladas ao acompanhamento pedagógico da escola.

Evidenciando que gerir uma escola não se resume à aplicabilidade de regras ou metodologias sugeridas pela sistematização escolar ou por diferentes teóricos. Por Dourado *et all* (2003):

Questões ligadas ao papel da escola, ao trabalho docente, ao corporativismo, à autonomia e aos mecanismos de participação permeiam o pensar e o fazer político pedagógico da gestão escolar, deslindando as concepções de gestão desses profissionais (p.12).

A escola pública necessita de um gestor que não apenas implemente as políticas públicas da esfera a qual pertence, mas de um gestor que tenha a capacidade de envolver a comunidade escolar para atuar conjuntamente com ele, deliberando sobre as questões pertinentes ao papel da escola. Segundo Dourado (2003, p.16), entende-se por gestão da escola a “articulação entre as condições físicas, materiais e pessoais, pedagógicas e financeiras”. O processo de gestão interfere no desenvolvimento de todas as atividades

da escola, sugerindo que o gestor possua perfil que permita desenvolver ações de liderança, sensibilização e envolvimento da comunidade escolar.

Libâneo (2004) ressalta que todos os profissionais que trabalham na escola precisam desenvolver e por em ação competências profissionais específicas para participar das práticas de gestão, explicitando tópicos que auxiliam aos professores a participarem ativamente do processo de gestão e das práticas da organização da escola. Dentre elas ressalta o desenvolvimento de capacidades e habilidades de liderança, e define liderança como: “a capacidade de influenciar, motivar, integrar e organizar pessoas e grupos a trabalharem para a consecução de objetivos.” (p.88). O gestor da escola atua com diferentes grupos sociais.

A escola, como aponta Paro (2010), é um grupo social dotado de um dinamismo que extrapola sua ordenação intencional. O autor destaca que a administração de uma escola deriva não apenas das relações formadas conscientes, mas de todas as relações de um grupo social. É constituída de diferentes relações: professor-aluno, não docente – aluno, professor – não docente, pais – professor, etc. Estas relações oriundas das diferentes pessoas que compõem toda a comunidade escolar contribuem para a necessidade de uma gestão que compreenda e acompanhe a ordenação intencional da escola, a administração burocrática, o acompanhamento pedagógico, enfim, que gerencie todas as relações da escola.

O gestor de uma instituição educacional tem em sua equipe pessoas com diferentes formações ou sem nenhuma formação, como a maioria dos auxiliares de serviços gerais, vigias e merendeiras, e ainda, compõem esta equipe os auxiliares administrativos e professores de diferentes áreas. Na escola encontram-se diferentes profissionais com diferentes formações, disponíveis para atuarem nas suas funções para o alcance do objetivo da escola, sua ordenação intencional.

Destacadas estas características, a gestão da unidade escolar está atrelada às competências pessoais do gestor, ou pelo menos ao compromisso e envolvimento particular deste indivíduo designado para cumprir esta função. Ao ser liderada ou sensibilizada pelo gestor, a equipe de uma unidade escolar deve estar constantemente motivada a objetivar o sucesso da aprendizagem do aluno. Sobre liderar, Luck (2008) afirma:

Liderança é, pois, um conceito complexo que abrange um conjunto de comportamentos, atitudes e ações voltado para influenciar pessoas e produzir resultados, levando em consideração a dinâmica das organizações sociais e do relacionamento interpessoal e intergrupar no seu contexto,

superando ambigüidades, contradições, tensões, dilemas que necessitam ser mediados à luz de objetivos organizacionais elevados (p.37).

A autora permite considerar que a liderança conduz processos e pessoas a um determinado objetivo almejado em uma instituição, com a habilidade de influenciar, envolver todos para a produção de resultados comuns. Na escola, o gestor pode conseguir o envolvimento de todos, compartilhando a liderança que o cargo atribui a ele: como delegar funções e atribuições às pessoas que fazem parte da comunidade escolar.

A liderança do gestor exercida de forma compartilhada incentiva a gestão colaborativa que compartilha os objetivos comuns a todos os envolvidos na instituição. Quando o gestor se envolve, os professores se sentem parte da gestão e conseqüentemente, responsáveis pelos resultados. A equipe se exalta e se une na medida em que sente parte de um objetivo comum. Como assinala Libâneo (2004):

O professor precisa sentir-se parte da escola: ele tem algo a contribuir; e o diretor, por sua vez, precisa descobrir a potencialidade de seus professores, mas também as carências e necessidades de formação que eles apresentam (p.107).

Nesta perspectiva, o professor é visto como um dos maiores colaboradores da gestão da unidade escolar, sendo ele o responsável direto pela aprendizagem dos alunos e dos resultados apresentados pela unidade escolar ele precisa se sentir parte do processo e não apenas mero executor de ações pensadas por outros. Quanto à formação dos alunos Kenski (2007) assevera que:

A escola precisa assumir o papel de formar cidadãos para a complexidade do mundo e dos desafios que ele propõe. Preparar cidadãos conscientes, para analisar criticamente o excesso de informações e a mudança, a fim de lidar com as inovações e as transformações sucessivas dos conhecimentos em todas as áreas (p. 64).

A equipe de uma escola, composta por diferentes profissionais e liderada pelo gestor, exerce diferentes papéis na formação do aluno, com a crescente corrente de informações e desenvolvimento de tecnologias. Os indivíduos que integram a comunidade escolar pertencem a este contexto, exigindo que a escola para alcançar a formação proposta por Kenski(2007), não permaneça omissa no processo de ensino-aprendizagem dos alunos em relação às constantes mudanças que acontecem no mundo.

A formação proposta por Kenski (2007) de um cidadão crítico, preparado para a vida, que possua condições de atuar conscientemente na sociedade, para uma atuação crítica e consciente é necessário que esse cidadão conheça as inovações, as possibilidades em que ele pode atuar.

As tecnologias presentes no cotidiano das pessoas estimulam novas competências a ser gerenciadas também no cotidiano da escola.

[...] o cidadão democrata não se produz em massa, é preciso formar-se um por um, concretamente, na relação com outros cidadãos e no exercício da subjetividade. É nesse ponto que, não obstante a presença de um sem número de mecanismos de divulgação de informações, uma consistente ação pedagógica da escola, na condição de processo teórico-prático de constituição de cidadãos democratas, pode mostrar-se insubstituível na generalização da cultura às camadas populares (PARO, 2001, p.136).

A esperada formação do cidadão feita pela escola sugere diferentes perspectivas como a formação de um cidadão democrata para o exercício da democracia, um cidadão crítico reflexivo para atuar no bem comum da sociedade, um cidadão com leitura de mundo, dentre diversas outras. Um cidadão que possui limite e capacidades individualizadas, diferenciadas dos demais.

A escola pública que também é constituída por diferentes cidadãos que exercem ali suas profissões e são geridos por um gestor, imbrica totalmente na formação dos cidadãos. Este gestor, juntamente com a equipe gestora, é o agente que permeia o processo de formação entre a comunidade escolar e o sistema escolar.

A necessidade do gestor de ser líder está intrínseca a sua função, pois uma das maiores preocupações dos administradores é a dificuldade de se administrar uma instituição gerindo as pessoas para que colaborem para atingir um objetivo comum. Outros administradores ressaltam que liderar uma mudança ou inovação é ainda mais desafiador.

A liderança é um processo dinâmico, os seus efeitos não são tangíveis, mas sempre revertem em benefício do grupo. É um trabalho que requer sacrifícios e habilidades especiais, sobretudo a capacidade de comunicação interpessoal e de interpretação dos desejos e aspirações dos membros do grupo (M. ALONSO, 2003, p.104).

Por ser o agente que busca e permeia a realização dos objetivos da comunidade escolar é fundamental que o gestor tenha essa capacidade para liderar e sensibilizar para a construção do bem comum e também a capacidade para argumentar e convencer seus superiores pertencentes ao sistema escolar sobre as vontades e necessidades da comunidade escolar.

O conceito de gestão não diverge do entendimento proposto sobre liderança. Muito pelo contrário guarda em relação a ele muitas idéias em comum, uma vez que a gestão é indicada como um processo pelo qual se mobiliza e coordena o talento humano, coletivamente organizado, de modo que as pessoas, em equipe, possam promover resultados desejados (LUCK, 2008, p.96).

Embasando na autora posso afirmar que a gestão se confunde com a liderança, indicando a liderança como algo fundamental a função desempenhada pelo gestor.

Para uma gestão de sucesso na escola, que objetiva a formação do ser humano como um todo para a construção da sua felicidade e atuação para o bem social, não pode ser aplicada a mesma gestão empresarial que objetiva o lucro financeiro, a produção de algum tipo de produto. Naquela a deliberação das ações não se distancia da execução das ações, visto que o gestor está inserido no contexto de desenvolvimento da escola, não convém que esta repita um modelo empresarial de gestão.

O êxito das ações desempenhadas na escola dependerá do envolvimento de toda a equipe como um ser humano integral, que intenciona o melhor a ser feito, e não apenas da especialidade que cada um pode ter adquirido ao longo de sua formação individual.

1.2. A gestão e a EaD

O presente trabalho limita-se ao estudo da gestão da EaD nas instituições públicas, nas quais os desafios apresentados pela EaD inicia-se no processo de gestão na unidade escolar que adere à implantação. Alguns gestores conferem à EaD as mesmas necessidades da modalidade de educação presencial como a carga horária a ser cumprida pelo profissional e a atividade didática do aluno. Estes gestores estão acostumados a gerir a educação presencial e, na maioria das vezes, desconhecem as necessidades da EaD.

A EaD que, na maioria das vezes, é instituída em uma instituição que já oferta e mantém a educação presencial, é vista como novidade, mudança, inovação, ou até mesmo como aumento de trabalho para as pessoas envolvidas no processo de sua implantação. Assim, necessita de uma sensibilização para o benefício comum do grupo, causando desejos e aspirações pelos envolvidos no processo.

Essa sensibilização, inicialmente, é atribuída ao gestor da instituição pública, que é considerado o líder e representante. Vieira (*et al*,2003) destaca a liderança como fundamental ao ato do gestor:

O exercício da liderança é fundamental para a realização de um trabalho coletivo articulado, capaz de despertar envolvimento e o compromisso de todos os membros da comunidade escolar com reflexos na comunidade externa (p.14).

Além do envolvimento dos profissionais a EaD, a função do gestor exige ainda a competência de implementar e gerenciar também as tecnologias envolvidas no processo de ensino-aprendizagem. As instituições públicas que aderem à oferta da EaD, muitas vezes, se deparam com circunstâncias divergentes das costumeiras da educação presencial. Inicialmente são inúmeras as discussões acerca do planejamento, da aquisição de tecnologias, da equipe de trabalho. Corrêa (2007) diz que:

[...] os cursos de EaD convivem com alguns desafios em relação ao desenvolvimento e à gestão dos sistemas de EaD. Incluem-se aí a formação e o acompanhamento da tutoria, a definição de estratégias adequadas para o serviço de apoio, a avaliação da qualidade do ensino, a convivência com instituições mistas e a escolha pela manutenção de centros locais ou pela centralização do apoio (p.12).

É fundamental que o gestor de uma instituição educacional que adere à oferta da EaD tenha um perfil que inclua espírito inovador e reconheça as diferenças entre a EaD e a educação presencial, se intere sobre o panorama descrito pela EaD que gera necessidades de gestão divergentes da educação presencial, explicitando competências específicas de gestão do processo de implantação e desenvolvimento do curso de EaD.

Existe uma vasta produção sobre os processos, propostas, experiências de gestão escolar. Dentre elas pode-se destacar os artigos publicados pela Revista Brasileira de Política e Administração Escolar vinculada à Associação Nacional de Política e Administração da Educação [ANPAE]. Analisando-se as definições e conceitos propostos pelos autores, somente no âmbito da educação, percebe-se um leque bem amplo de significados atribuídos como, por exemplo: gestão compartilhada, gestão participativa, gestão co-responsável, gestão democrática, gestão autônoma. Num panorama geral parece que o conceito gestão, do ponto de vista da teoria, não garante, por si só, a intensidade, multiplicidade e complexidade que essa prática requer (MALLMANN e CATAPAN, 2005, p. 109).

Após da análise sobre as produções da ANPAE, Mallmann e Catapan (2005) compreendem que o entendimento e a aplicação de diversos conceitos de formas de

gestão não garantem a eficácia da implantação de cursos, mas a prática do envolvimento e conhecimento das pessoas inclusas no processo de gestão, dentre outros fatores, influenciará positivamente ou negativamente o processo a ser implantado. No entanto, a proposta é identificar e executar práticas de gestão eficazes que propiciem o êxito com qualidade dos cursos em EaD.

A gestão é um processo que permite o desenvolvimento de atividades com eficiência e eficácia, a tomada de decisões com respeito às ações que se fizerem necessárias, a escolha e a verificação da melhor forma de executá-las. Os gestores se distinguem de outros trabalhadores de uma organização pelo fato de dirigirem o trabalho dos outros. São geralmente classificados em quadros superiores, médios e inferiores.

São responsáveis por certo número de funções, entre as quais, quatro são citadas pelos modernos manuais: planejamento, organização, direção e controle (RUMBLE, 2003, p.15).

Com base em Rumble (2003), afirmo que o processo de gestão é um processo que permite conduzir, com apoio do pessoal envolvido, uma atividade com eficiência e eficácia, sendo a gestão fundamental para o sucesso de implantação e desenvolvimento das atividades, o gestor é possuidor de diferentes atribuições com responsabilidade de incentivador e mediador dos processos. Na EaD é perceptível a necessidade de planejamento e gestão adequada a esta modalidade.

Catapan (2009) ressalta que a mediação da EaD diferencia-se do ensino presencial, necessitando de planos diferentes de implementação, e ainda que didaticamente a EaD contempla todos os elementos da educação presencial: concepção pedagógica, conteúdo específico, metodologia e avaliação.

No plano de gestão, ou no modo de organizar o fazer didático e o processo de aprendizagem, os espaços e os tempos se modificam, se ampliam, se reconfiguram em um processo de mediação que não se limita a atividades pré-determinadas. As situações de aprendizagem se estendem em materiais diversos e se acentuam cada vez pela convergência das Tecnologias de Comunicação Digital (CATAPAN, 2009, p.74).

Destacando seu ponto de vista sobre o plano de gestão, é visível o planejamento da mediação pedagógica na EaD, que por sua vez, se utiliza cada vez mais de tecnologias.

A EaD não pode ser realizada como uma simples transposição da educação presencial para a educação a distância, seja por meio de um ambiente virtual ou por material impresso disponibilizado ao aluno. Este tipo de educação exige uma abordagem adequada e uma postura diferenciada dos profissionais envolvidos.

Nas instituições públicas, inseridas em uma determinada esfera pública, explicitam a implantação de uma política que é imposta pelo sistema. Mesmo assim, a autonomia atribuída, respaldada em lei para a instituição, confere a esta à decisão para implantação ou argumentar para não implantação de determinada política ou projeto governamental. O gestor permeia a implantação da política do sistema na unidade escolar.

Apesar de se ter a impressão que o imposto por uma autoridade tende a ser ágil e cumprido por todos envolvidos, o contrário acontece na maioria das instituições públicas. Paro (1997) questiona a autoridade máxima do gestor em sua atuação na escola e Libâneo (2004) afirma que os professores são os maiores colaboradores da gestão da escola.

Portanto, atitudes de imposição causam insatisfação entre os professores, morosidade do processo e, conseqüentemente, o insucesso da proposta apresentada dentre outros diversos fatores negativantes da atuação do gestor, caracterizando os limites de desenvolvimento da instituição impostos pelo gestor. Conforme a atuação, o gestor pode impedir ou incentivar para que os professores contribuam com todo o processo de implantação e desenvolvimento de um proposta ou projeto. Reforçando, assim, a necessidade da capacidade de liderança, de sensibilização, de divulgação e conscientização realizada pelo gestor como primordial para a promoção da motivação da equipe, o despertar do compromisso de todos para que a adesão a uma nova proposta na instituição caminhe para o bem comum.

A motivação é entendida, por grande parte dos psicólogos e estudiosos da área, como algo externo ao indivíduo. Charlot (2003), ao falar sobre um processo de aprendizagem, afirma que “O importante não é criar motivação, mas mobilização, pois a mobilização faz parte do desejo almejado pelo indivíduo, propicia o prazer dele” (p.3). Por meio da motivação da equipe o gestor, com sua liderança, tem a oportunidade de alcançar a mobilização desta equipe para a busca do objetivo comum da instituição, que no caso é o sucesso da implantação da EaD.

A liderança atribuída ao gestor influencia na forma de sua gestão, pois ao aderir a um programa proposto por uma política pública, entendida por Andrade (2007) como “caráter de dinamicidade e temporalidade, ou seja, mais do que uma decisão única localizada no tempo” (p.2), coloca toda a instituição e servidores ao dispor desta proposta, desta política pública, que extrapola a temporalidade presente.

Toda instituição pública tem como objetivo fundamental a servidão e colaboração ao público, então, ao implantar ou implementar uma proposta o gestor deve ter claro que a proposta precisa atender ao público da melhor maneira possível, este público deve estar motivado e mobilizado como propõe Charlot (2003) a participar e atuar nesta proposta.

Em uma instituição, cabe a cada um em particular estar ou não mobilizado a integrar determinada atividade proposta, ao analisar a sensibilização para a implantação de uma nova proposta na escola, inclui-se nas atribuições do gestor, ou da equipe gestora envolvida a mobilização para o desenvolvimento desta proposta. Esta mobilização contribui para o desejo da participação do indivíduo nesta proposta e chega a fazer parte de seu prazer individual.

Para Batalha (2009), para se chegar ao sucesso da escola, a equipe escolar, o corpo docente, devem ser bem relacionados, pois assim aumentam as probabilidades do êxito dos trabalhos pedagógicos. Este bom relacionamento é fomentado pela atuação do gestor em incentivar o espírito de equipe entre os funcionários da escola.

O sucesso de uma escola está intimamente ligado ao bom relacionamento entre o diretor e o corpo docente, quanto mais afinada essa relação, maiores as probabilidades de bom rendimento nos trabalhos pedagógicos, facilitando o aprendizado dos alunos. [...] fomentar o espírito de equipe entre os professores e funcionários da escola, ou seja, fazer a transição de um grupo para uma equipe escolar (BATALHA, 2009, p.1)

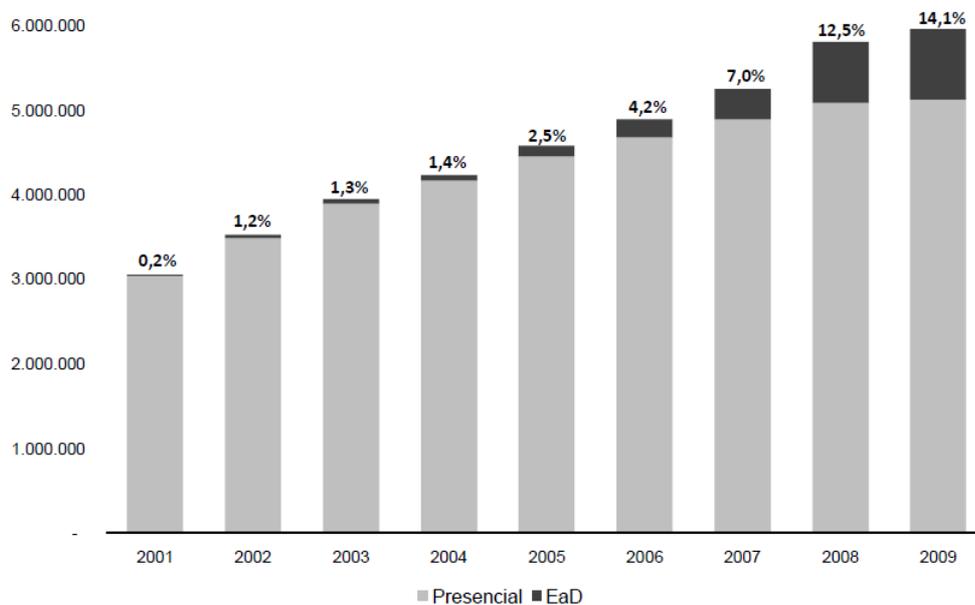
Este espírito de equipe almejado por Batalha (2009) pode incentivar a mobilização proposta por Charlot (2003), na instituição pública escolar, para que se consiga a implantação da política pública ultrapassando a temporalidade da atuação dos envolvidos, como assinala Andrade (2007).

Assim, compreende-se o importante papel do gestor ao liderar uma equipe. É fundamental que este gestor tenha em mente a melhor forma de sensibilizar, envolver a equipe para o bom desempenho das atividades, ao aderir a uma proposta inovadora.

A EaD vem crescendo no Brasil, segundo dados da ABRAED (2008) – Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta a Distância - um em cada setenta e três brasileiros estuda a distância. Abrange cada vez mais pessoas e estudantes, instituições aderem a esta forma de educação como flexibilização das aulas e para um maior alcance da população.

Segundo o Censo da Educação Superior/ DEED/ MEC/INEP (2010), no ano de 2009, os cursos de graduação tiveram um aumento de 13% em relação ao ano de 2008, sendo que os cursos de educação a distância aumentaram em 30,4%, enquanto os presenciais cresceram 12,5%. Este acréscimo foi acompanhado pela evolução do número de matrículas nos cursos de EaD, as quais, em 2009, atingiram 14,1% na graduação.

Gráfico 01 – Evolução do número de matrículas de graduação por modalidade de ensino – Brasil – 2001 - 2009

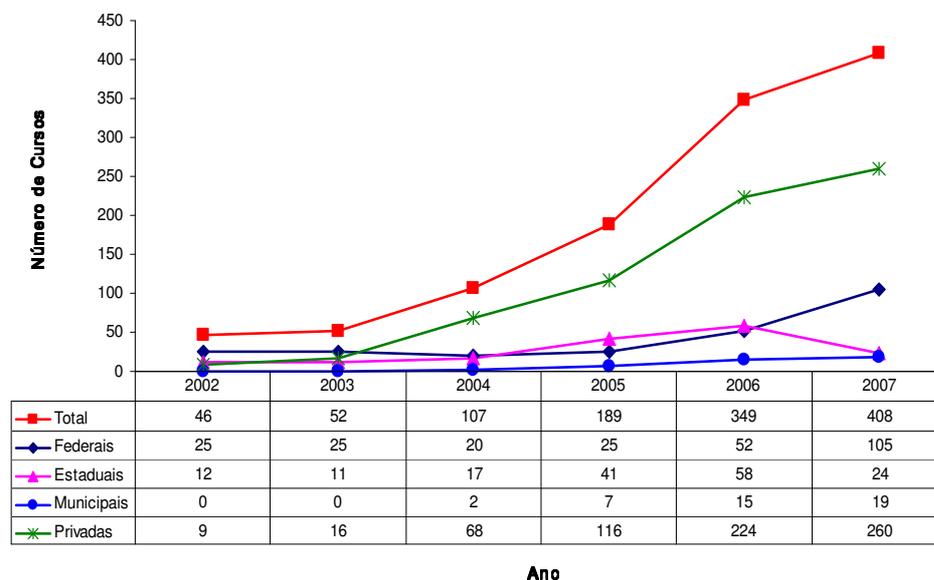


Fonte: Censo da Educação Superior// DEED/ MEC/INEP (2010)

Com o acréscimo da porcentagem de alunos, em relação ao total de alunos matriculados em curso superior, é cada vez maior o número de alunos matriculados em EaD em todas as regiões do país. Em 2009, a EaD supera o dobro de alunos do ano de 2007, mostrando proporcionalmente um elevado crescimento pela procura de cursos em EaD.

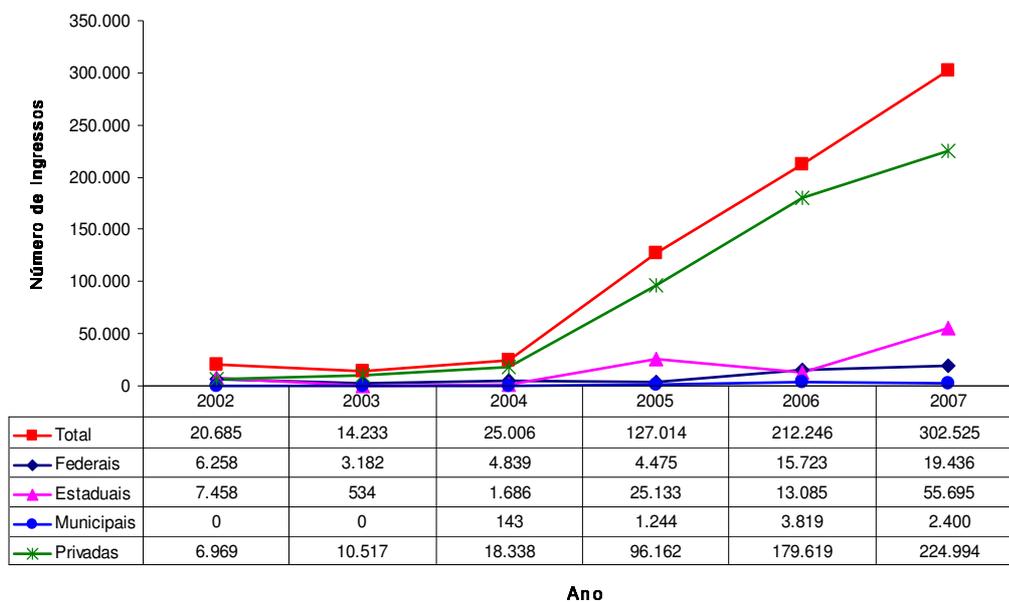
Segundo os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP-2009), do ano de 2002 ao ano de 2007 a EaD apresenta uma grande expansão nacionalmente, como pode-se observar nos gráficos a seguir:

Gráfico 02 – Evolução do número de Cursos – Graduação a Distância por Categoria Administrativa Brasil – 2002-2007



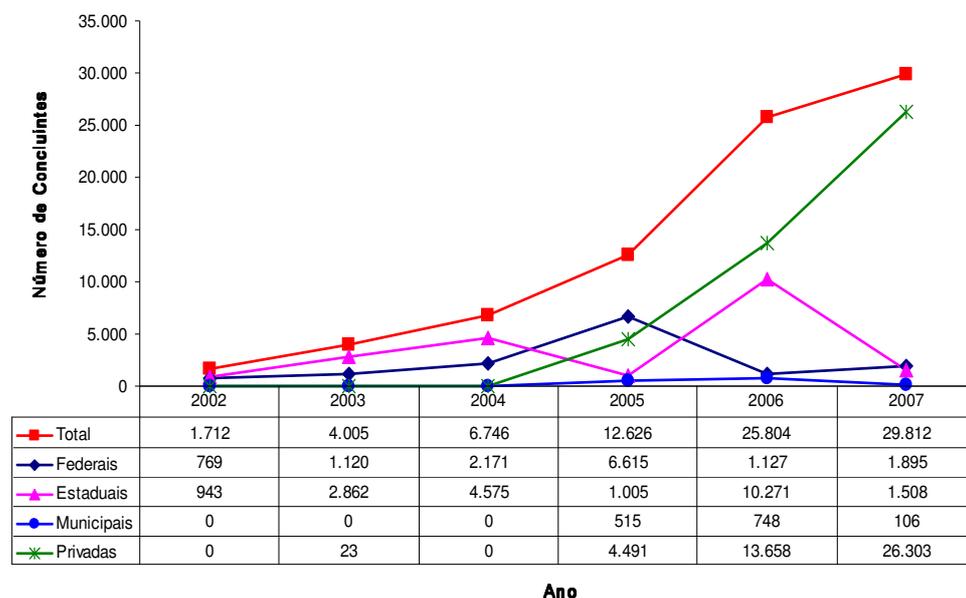
Fonte: INEP, 2007

Gráfico 03 - Evolução do número de Ingressos – Graduação a Distância por Categoria Administrativa Brasil – 2002-2007



Fonte: INEP, 2007

Gráfico 04 - Evolução do número de Concluintes – Graduação a Distância por Categoria Administrativa - Brasil – 2002-2007



Fonte: INEP, 2007

Os gráficos mostram um decréscimo dos cursos em EaD nas instituições estaduais no ano de 2007, sendo que no mesmo ano houve também uma redução do número de ingressos nas graduações a distância nas instituições municipais, e expressiva diminuição no número de concluintes, em relação ao ano de 2006, nas graduações em EaD nas esferas estaduais e municipais. Mesmo assim, comprovam por meio dos números apresentados um constante crescimento da EaD nas diferentes esferas administrativas.

Com este aumento da EaD no Brasil, o Governo Federal incentiva cada vez mais a implantação da EaD nas instituições públicas escolares. Podem-se destacar dois programas que mais atingem estas instituições: Universidade Aberta do Brasil (UAB) implantada em 2005 e a Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec) implantado em 2007. Estes dois programas serão mais bem detalhados na próxima seção deste capítulo, quando farei uma análise de todos os programas disponíveis pelo Ministério da Educação (MEC) em EaD.

O crescimento da EaD no Brasil exige uma reflexão urgente acerca da gestão de sua implantação nas instituições públicas escolares. Este trabalho se limita ao estudo dos programas UAB e e-Tec, nos quais a implantação ocorre por meio de adesão das instituições públicas escolares aos editais propostos pelo MEC.

Na atual política, geralmente, a implantação da EaD em uma instituição pública acontece por meio da adesão a uma proposta do Governo Federal, sendo que a instituição analisa os programas disponibilizados pelo Governo Federal e apresenta o projeto para implantação.

As instituições públicas educacionais atendem diretamente ao aluno, executando o objetivo de um edital proposto pelo MEC, para que este atendimento seja satisfatório é primordial que os professores desta instituição envolvidos na oferta dos cursos de uma proposta do Governo Federal, estejam esclarecidos e compromissados com a proposta, o que insinua que o gestor, o representante legal da instituição e responsável pela adesão à proposta, sensibilize e a divulgue à comunidade escolar.

O processo de adesão e implantação da EaD na instituição pública escolar perpassa pela sensibilização e planejamento. Spanhol (2009, p.412) fala em gerenciamento de projetos em EaD, ressaltando que o “planejamento é o fio condutor da EaD e que o principal objetivo do gerenciamento de projetos é conseguir resultados satisfatórios para o cliente e para a organização”.

Considerando a afirmação de Spanhol (2009), quando se adere a um edital do MEC, o projeto inicial já está proposto pelo MEC, podem-se relacionar os resultados almejados pela instituição pública educacional que adere ao projeto aos objetivos do edital proposto e aos anseios da comunidade atendida.

Spanhol (2009) afirma, também, que um projeto em EaD é constituído essencialmente por cinco fases, sendo estas: Concepção; Planejamento; Execução; Controle e Fechamento.

A concepção é a fase de geração da proposta, fase que se identifica as necessidades e oportunidades do projeto. O planejamento é a fase de estruturação, que envolve o detalhamento dos objetivos e das metas, a escolha do responsável pelo projeto, a especificidade das atividades e distribuição do trabalho, capacitação dos profissionais, enfim nessa fase verifica-se a viabilidade operacional do projeto. A execução é a fase de implementação e acompanhamento do projeto, sendo a comunicação essencial aos profissionais envolvidos. O controle ocorre paralelamente à fase de execução, esta fase objetiva propor ações que mantenham o projeto inicial. O fechamento é a fase de finalização e escrita da documentação do projeto.

O autor ressalta, também, a necessidade dos seguintes agentes: o dono ou patrocinador, que apóia e articula o desenvolvimento de todo o projeto; o cliente, que é a pessoa que fomenta o projeto; o gerente do projeto, que é a pessoa responsável por

todo desenvolvimento e condução do projeto; os membros da equipe do projeto, estes membros podem variar conforme o desenho, as necessidades de cada curso proposto.

A consciência dessas fases e destes agentes é necessária para a visualização do desenvolvimento de todo o processo de adesão e implantação de um projeto, do compartilhamento das responsabilidades, das possibilidades e limitações atribuídas à instituição.

Moore e Kearsley (2007, p. 205) afirmam que a administração, entendida no presente trabalho como gestão, de um programa de EaD inclui os principais eventos e atividades que apóiam todo o processo de educação formal. Dentre eles:

- decidir que cursos oferecer;
- administrar o processo de criação e implementação dos cursos;
- nomear, treinar e supervisionar o pessoal acadêmico e administrativo;
- informar os alunos potenciais a respeito dos cursos que estão disponíveis e de como participar;
- matricular os candidatos e cuidar dos procedimentos de admissão;
- cobrar taxas, conceder bolsas de estudo e manter a contabilidade; (ressaltamos que este evento na escola pública é proposto de forma própria pelo sistema educacional ao qual está inserida);
- estabelecer e manter serviços de instrução e de aconselhamento para os alunos;
- cuidar dos procedimentos de avaliação dos alunos, dar notas, conceder certificados e diplomas;
- instalar e manter bibliotecas e centros de estudo;
- obter e cuidar da manutenção da tecnologia, especialmente servidores e outros equipamentos de informática;
- manifestar continuamente a qualidade, a eficácia e a eficiência do programa.

Além, destes eventos, descritos pelos autores vale incluir a importância da gestão pedagógica, em cada um deles, pois é o pedagógico o maior responsável pelo alcance do objetivo da educação formal, a formação do aluno.

Embora, estas fases sejam pré determinadas pelos editais propostos pelo MEC, a instituição que adere ao edital vivencia as fases citadas por Spanhol (2009), desde a leitura, discussão e divulgação do edital ao fechamento do projeto proposto. O Programa Federal descreve o objetivo a ser alcançado, o público a ser atingido, cabe à instituição implementá-lo elaborando uma proposta para o seu desenvolvimento. A

instituição também promove os eventos propostos por Moore e Kersley (2007), e ainda buscam as formas de execução do projeto pela busca de parceiros determinados pelo edital.

No entanto, o executor do projeto passa a ser um parceiro do MEC, e na adesão ao projeto e em cumprimento as políticas propostas pelo programa, se define os patrocinadores, ou financiadores do projeto, se for uma instituição municipal é o município e se for uma instituição estadual o estado, ou ainda, as três esferas com obrigações financeiras distintas na proposta inicial. Estas obrigações financeiras, e ainda a gestão e o acompanhamento pedagógico, devem estar bem claras, pois as mesmas podem impedir o pleno desenvolvimento do projeto.

Para melhor entendimento dos eventos propostos por Moore e Kearsley (2007) e das fases propostas por Spanhol (2009) na adesão das instituições públicas escolares aos programas disponibilizados pelo Governo Federal, exemplifica-se a seguir a implantação da UAB na Universidade de Brasília (UnB):

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), programa instituído pelo MEC, por meio do Decreto n.º 5.800, de 08 de junho de 2006, executado em Regime de Cooperação Técnica, celebrado em acordo assinado, conta com três participantes no processo: CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que é o órgão financiador, coordenador e fiscalizador do sistema; Instituição pública de ensino superior (IPES), que figura como ofertante dos cursos a distância; e Governo do Distrito Federal, Estado ou Município, que figura como proponente de Polos de apoio presencial à educação a distância (BRASIL/MEC, 2009, p.1).

Reforçando a importância do papel da gestão na implantação da EaD em uma instituição, Ribas e Hermenegildo (2008), ao analisarem a implantação da UAB no CEFET-SC, em relação a necessidade institucional, consideram que:

[...] a estrutura gerencial e administrativa não se encontrava preparada para um desafio de tal proporção como vêm se mostrando o Programa UAB. Um novo modelo gerencial precisava ser concebido e implantado, com desdobramentos em todas as atividades administrativas particulares de uma Unidade de Ensino, estabelecida em uma nova concepção de aprendizagem, uma nova forma de articulação e de vinculação do curso e das atividades de docência (p.6).

Ao aderir à implantação da EaD, o gestor ocupa-se em planejar as atividades da escola e ao excluir alguma, compromete o desenvolvimento das execuções das atividades da EaD.

O gestor de um projeto de EaD, em qualquer esfera, na adesão ao programa federal, no município, no estado ou na unidade que adere, apresenta grande responsabilidade para a implantação e sucesso do alcance do objetivo inicial descrito neste programa.

Esta responsabilidade do gestor abrange os projetos de EaD, na atualidade, que em sua maioria, são desenvolvidos com o auxílio da conexão à Internet, criando diferentes redes para a aplicação dos cursos de EaD. Kenski (2007) assegura que:

Os projetos educacionais desenvolvidos via redes não podem ser pensados apenas como uma forma diferenciada de promover o ensino. Eles são formas poderosas de interação, cooperação e articulação, que podem abranger professores, alunos, pessoal administrativo e técnico das escolas, pais e todos demais segmentos nacionais e internacionais envolvidos. Eles viabilizam o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da gestão da educação em caminhos novos e diferenciados (p.68).

A autora examina projetos educacionais que são promovidos por meio de tecnologias e pela rede internacional, a conexão com a internet, como Spanhol (2009) trata de projetos em EaD, entende-se que o projeto em EaD é também um projeto educacional, que atualmente se utiliza de tecnologias para sua aplicabilidade e remete ao contexto de possibilidades geradas a partir do uso desta conexão e a exigência de uma gestão com novos e adequados direcionamentos.

Kenski (2007) considera a gestão, envolvendo aspectos políticos e administrativos, como o principal desafio oriundo da introdução das tecnologias de comunicação e informação nas instituições educacionais, desde a formação de novos grupos de alunos até a reformulação do espaço físico de ensino e aprendizagem, presencial e a distância. Esses desafios interferem no desenvolvimento do projeto da EaD e fazem parte do processo de gestão.

A gestão demonstra ser uma preocupação nacional, uma gestão exitosa é uma gestão democrática, permeada pela participação de todos os envolvidos na comunidade escolar. Promovendo a autonomia de cada unidade na elaboração e aplicação do Projeto Político Pedagógico e também a criação de conselhos nas diferentes esferas públicas e conselhos escolares, que possuem a função de deliberar, acompanhar e fiscalizar as atitudes do gestor, envolvendo toda a comunidade escolar, os servidores de todas as funções, pais e alunos.

Na EaD, considero como gestão exitosa a que mobiliza a comunidade escolar para o seu desenvolvimento, bem como é permeada pela garantia dos recursos

necessários ao pleno desenvolvimento dos cursos, e ainda realiza o acompanhamento pedagógico observando e provendo a qualidade dos cursos desenvolvidos e do atendimento ao aluno.

A participação de todos, é prevista pela LDB n.º 9394/96, teoricamente com toda a comunidade envolvida se optaria pelas melhores propostas institucionais que colaboram para o bom atendimento do público abrangido por determinada instituição, suprimindo os anseios e necessidades desta comunidade local. Constantemente, presenciam-se conselhos ausentes, que simplesmente afirmam as decisões já praticadas pelas instituições¹. Projetos Políticos Pedagógicos pensados e projetados por poucos na instituição e simplesmente apresentados para aprovação ou alteração de algum item.

Essa autonomia garantida à escola só pode ser real se os envolvidos forem indivíduos esclarecidos, atuante junto à unidade escolar como afirma Luck (2010), indivíduos competentes para esta atuação. Nem sempre, a não ocorrência de indivíduos assim, participantes, pode ser atribuída ao gestor, pois todos na instituição possuem suas atribuições e podem enxergar este processo como mais uma burocracia para dividir entre as outras atividades que já são executadas no cotidiano da escola.

Depois de uma perspectiva tradicional que privilegiava ora o nível micro da sala de aula, ora o nível macro do sistema educativo, emergiu uma sociologia das organizações escolares que se propõe optar por um nível *mezzo* de compreensão e de intervenção ao realizar análise das organizações escolares (NÓVOA, 1999, p.1).

É necessário compreender a escola como parte integrante do sistema escolar para chegar à compreensão das ações executadas na sala de aula, local onde todo o processo de educação se propõe a ser efetivado.

A idéia de macro, meso e micro, apresentada por Nóvoa sofre alterações quando se trata de EaD, pois as escolas e as salas de aula são virtuais, deixando de ser meramente espaços locais físicos freqüentados com o fim do processo ensino-aprendizagem. O micro, meso e macro, na EaD não deixam de existir, mas podem ser

¹ Para Marques (2008), existem duas suposições para a participação do conselho escolar: a) a autonomia só se dará se os sujeitos assim desejarem, podendo tomar sentido diferente do proposto pelos fazedores de política; b) as aspirações, os desejos, as vontades e experiências do coletivo se conformam em sua instância representativa, que é o Conselho Escolar. Ela afirma que o Conselho Escolar é formado pelos diferentes grupos da comunidade escolar e, ao mesmo tempo, constitui-se como um grupo na escola. Segundo Marques (2008), na prática da escola esse Conselho escolar não tem se constituído um grupo na escola, pela ausência de acompanhamento das atividades escolares pelos membros que compõe o Conselho Escolar.

mais cooperativos e colaborativos. Essa característica exige da gestão competências diferenciadas para o a implantação e desenvolvimento do projeto de EaD.

Pallof e Pratt (2004) afirmam que: “O papel do gerente do processo é o que mais significativamente faz com que essa forma de ensino e da aprendizagem difira daquela que ocorre na sala de aula presencial (p.111).”

Estes autores comungam a ideia de que o essencial na sala de aula presencial difere do que é essencial na EaD, ressaltando que a gestão é fundamental no processo de desenvolvimento dos processo de EaD, a gestão que é a responsável por caracterizar um projeto de EaD.

A EaD, como a educação presencial integraliza a formação do cidadão, tem sido ofertada atualmente com diferentes objetivos como por exemplo: empresas que buscam a qualificação e atualização do colaborador; pessoas que buscam a graduação ou qualificação profissional; Neste contexto a EaD, tem uma expansão nacional incentivando a criação de programas pelo governo federal para a sua implantação.

Como este estudo aborda as formas de organização para a gestão da EaD em instituições públicas, inclui a adesão das instituições públicas educacionais aos programas de EaD propostos pelo Governo Federal, então, exponho na seção seguinte os programas disponíveis pelo Governo Federal por meio da Secretaria de Educação a Distância (SEED).

1.3. Programas federais de EaD

Neste item apresento uma sucinta descrição dos programas desenvolvidos pela SEED, órgão vinculado ao MEC e responsável pela oferta e acompanhamento da EaD nacionalmente.

1 - Portal Domínio Público

É um portal que disponibiliza um acervo de mais de 123 mil obras, com registro de 18,4 milhões de visitas. O Portal Domínio Público é considerado a maior biblioteca virtual do Brasil (conforme os dados de junho de 2009). Foi lançado em novembro de 2004, o portal oferece acesso gratuito a obras literárias, artísticas e científicas (na forma de textos, sons, imagens e vídeos), já em domínio público ou que tenham a sua divulgação autorizada. A gerência e manutenção do Portal ficam a cargo da SEED/MEC. Tem como objetivo disponibilizar uma biblioteca virtual gratuita e promover reflexão acerca das leis sobre direitos autorais.

2 - DVD Escola

Este projeto oferece a escolas públicas de educação básica caixa com mídias DVD, contendo, aproximadamente, 150 horas de programação produzida pela TV Escola. O objetivo é assegurar o compromisso com a atualização tecnológica e democratização da TV Escola. Lançado em 2008, com a distribuição de caixas com 50 mídias de conteúdo da TV Escola, que abrange diferentes disciplinas, às 75 mil escolas atendidas. Para 2009 foram previstos o envio de caixas compostas por 30 mídias DVD com novos conteúdos para a atualização das instituições participantes. Para participar do DVD Escola a instituição deve fazer sua adesão junto à SEED/MEC.

3 - e-Proinfo

É um Ambiente Virtual Colaborativo de Aprendizagem, lançado oficialmente em 1997. Com o objetivo de instalar laboratórios de computadores para as escolas públicas urbanas e rurais de ensino básico de todo o Brasil, permitindo a concepção, administração e desenvolvimento de diversos tipos de ações, como: cursos a distância, complemento a cursos presenciais, projetos de pesquisa, projetos colaborativos e diversas outras formas de apoio a distância e ao processo ensino-aprendizagem.

4 - e-TEC Brasil

Lançado em 2007, o sistema Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec) objetiva à oferta de educação profissional e tecnológica a distância com o propósito de ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios. Os cursos são ministrados por instituições escolares públicas. O MEC é responsável pela assistência financeira na elaboração dos cursos. Aos estados, Distrito Federal e municípios cabe providenciar estrutura, equipamentos, recursos humanos, manutenção das atividades e demais itens necessários para a instituição dos cursos. A meta é estruturar mil pólos e atender 200 mil alunos até 2010.

5 - Formação pela escola

É uma parceria realizada entre o FNDE e a SEED, que objetiva a promoção da capacitação sobre as execuções das ações e programas do FNDE. Esta capacitação é realizada a distância com dois encontros presenciais (aulas iniciais e finais). No encerramento do curso, os alunos apresentam um trabalho com suas experiências. Um

projeto-piloto foi executado entre 2005 e 2006 em municípios de Goiás, Ceará, Piauí, Rondônia, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, neste projeto piloto foram formadas 240 turmas e 3692 participantes. Em 2010, foram previstos atendimentos em 410 municípios e 90 mil participantes.

6 - Mídias na Educação

O Programa Mídias na Educação, criado em 2006, é ofertado em 35 Universidades públicas. Migrou para a Universidade Aberta do Brasil (UAB) em outubro de 2009, vinculando-se à Capes. Proporciona aos professores da educação básica formação continuada a distância para o conhecimento das diferentes tecnologias da informação e da comunicação - TV e vídeo, informática, rádio e impressos. Assim, seu objetivo é a formação continuada do uso pedagógico das diferentes tecnologias da informação e da comunicação.

O público-alvo prioritário são os professores da educação básica. Há três níveis de certificação, que constituem ciclos de estudo: o básico, de extensão, com 120 horas de duração; o intermediário, de aperfeiçoamento, com 180 horas; e o avançado, de especialização, com 360 horas. O programa é desenvolvido pela SEED, em parceria com Secretarias de Educação e Universidades Públicas – responsáveis pela produção, oferta e certificação dos módulos e pela seleção e capacitação de tutores. Ao todo, 52 mil professores já passaram pelo ciclo básico.

7 – Proinfantil

O Proinfantil é um curso em nível médio, a distância, na modalidade Normal. Destina-se aos professores da educação infantil em exercício nas creches e pré-escolas das redes públicas – municipais e estaduais – e da rede privada sem fins lucrativos – comunitárias, filantrópicas ou confessionais – conveniadas ou não.

Objetiva valorizar o magistério, oferecendo condições de crescimento profissional e pessoal ao professor, de forma a contribuir para a qualidade social da educação das crianças de zero a seis anos.

O curso tem duração de dois anos, divididos em quatro módulos de 800h cada, totalizando 3200h.

8 - Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo)

O Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo) foi criado em 9 de abril de 1997 pelo Ministério da Educação. Tem por objetivo promover o uso da Telemática como ferramenta de enriquecimento pedagógico no ensino público fundamental e médio. Seu funcionamento se dá de forma descentralizada. Em cada unidade da Federação existe uma Coordenação Estadual ProInfo, cujo trabalho principal é introduzir as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) nas escolas públicas, além de articular os esforços e as ações desenvolvidas no setor sob sua jurisdição, em especial as ações dos Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE). Os NTE's são locais dotados de infra-estrutura de informática e comunicação que reúnem educadores e especialistas em tecnologia de hardware e software. Atualmente existem 376 núcleos distribuídos por todos os estados da Federação. O ProInfo é desenvolvido pela SEED, por meio do Departamento de Infra-Estrutura Tecnológica - DITEC, em parceria com as Secretarias Estaduais e algumas Municipais de Educação.

O programa leva às escolas computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais. Em contrapartida, estados, Distrito Federal e municípios devem garantir a estrutura adequada para receber os laboratórios e capacitar os educadores para uso das máquinas e tecnologias.

9 - Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional - ProInfo Integrado

O Proinfo Integrado é um programa de formação que objetiva o uso didático-pedagógico das tecnologias da informação e comunicação - TIC - no cotidiano escolar, articulado à distribuição dos equipamentos tecnológicos nas escolas e à oferta de conteúdos e recursos multimídia e digitais oferecidos pelo Portal do Professor, pela TV Escola e DVD Escola, pelo Domínio Público e pelo Banco Internacional de Objetos Educacionais. Iniciou-se em 2008 e abrange os seguintes cursos: Introdução à Educação Digital (40h); Tecnologias na Educação: ensinando e aprendendo com as TIC (100h); Elaboração de Projetos (40h); Curso Especialização de Tecnologias em Educação (400h).

10 - Pró-Letramento

O Pró-Letramento - Mobilização pela Qualidade da Educação - é um programa de formação continuada de professores das séries iniciais do Ensino Fundamental, para melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática. O Programa é realizado pelo MEC, em parceria com universidades que integram a Rede Nacional de Formação Continuada e com adesão dos estados e municípios. Podem participar todos os professores que estão em exercício, nas séries iniciais do ensino fundamental das escolas públicas. Os cursos de formação continuada oferecidos pelo programa têm duração de 120 horas com encontros presenciais e atividades individuais com duração de oito meses.

11 - Pró-Licenciatura

O programa que foi lançado em 2005 oferece formação inicial a distância a professores em exercício nos anos/séries finais do ensino fundamental ou ensino médio dos sistemas públicos de ensino. O Pró-Licenciatura ocorre em parceria com instituições de ensino superior que implementam cursos de licenciatura a distância, com duração igual ou superior à mínima exigida para os cursos presenciais, de forma que o professor-aluno mantenha suas atividades docentes. O objetivo é melhorar a qualidade de ensino na educação básica por meio de formação inicial consistente e contextualizada do professor em sua área de atuação. O programa toma como ponto de partida a ação do professor na escola em que desenvolve seu trabalho, de forma que sua experiência do dia-a-dia sirva de instrumento de reflexão sobre a prática pedagógica.

12 - TV Escola

A TV Escola é um canal de televisão do Ministério da Educação que capacita, aperfeiçoa e atualiza educadores da rede pública desde 1996. Sua programação exibe, nas 24 horas diárias, séries e documentários estrangeiros e produções próprias. Os principais objetivos da TV Escola são o aperfeiçoamento e valorização dos professores da rede pública, o enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem e a melhoria da qualidade do ensino. A TV Escola é dividida em faixas: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, Salto Para o Futuro e Escola Aberta. Existe ainda, em horário especial, uma faixa destinada a cursos para a formação continuada de educadores, quando são oferecidos cursos de aperfeiçoamento das línguas inglês, espanhola e francesa.

Há inúmeras possibilidades de uso da TV Escola: desenvolvimento profissional de gestores e docentes (inclusive preparação para vestibular, cursos de progressão funcional e concurso público); dinamização das atividades de sala-de-aula; preparação de atividades extra-classe, recuperação e aceleração de estudos; utilização de vídeos para trabalhos de avaliação do aluno e de grupos de alunos; revitalização da biblioteca e aproximação escola-comunidade.

13 - Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB

Segundo Linden (2010), em 1999, o CEDERJ – Centro de Educação Superior a Distância do Rio de Janeiro – organizou uma maneira de se fazer educação superior a distância que, em 2005 foi adotada pela UAB. Ribas e Hermenegildo (2008) destacam que a primeira versão da UAB no Brasil estava presente na Universidade Federal de Santa Catarina.

A UAB busca ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância. A prioridade é oferecer formação inicial a professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada a aqueles já graduados. Também pretende ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica da rede pública. Outro objetivo do programa é reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância. Há pólos de apoio para o desenvolvimento de atividades pedagógicas presenciais, em que os alunos entram em contato com tutores e professores e têm acesso a biblioteca e laboratórios de informática, biologia, química e física.

Uma das propostas da UAB é formar professores e outros profissionais de educação nas áreas da diversidade. O objetivo é a disseminação e o desenvolvimento de metodologias educacionais de inserção dos temas de áreas como educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil.

14 - Banco Internacional de Objetos Educacionais

O Banco Internacional de Objetos Educacionais, lançado em 2008, é um portal que tem como objetivo assessorar o professor. No banco, estão disponíveis recursos

educacionais gratuitos em diversas mídias e idiomas (áudio, vídeo, animação/simulação, imagem, hipertexto, softwares educacionais) que atendem desde a educação básica até a superior, nas diversas áreas do conhecimento.

15 - TV MEC

É um programa de TV disponível para a Rede de Educação Profissional e Tecnológica.

Ao disponibilizar diversos programas em EaD à população nacional, o Governo Federal propicia a expansão da EaD nacionalmente e a implantação de políticas para o desenvolvimento destes programas.

O apoio à expansão da modalidade de EaD pelo Governo Federal tem sido analisado como positivo à educação brasileira por grande parte dos autores que escrevem sobre este tema.

Cumprindo sua missão institucional, o MEC tem implementado um conjunto de macropolíticas voltadas para o adequado desenvolvimento, a melhoria e a valorização da educação no Brasil em todos os níveis e modalidades, dentre as quais podemos destacar: ampliação do financiamento e melhoria da gestão educacional, promoção de ações de formação inicial e continuada de professores, com a construção de novas instituições e o apoio a expansão da modalidade de EaD, além do estímulo à cooperação entre os sistemas de ensino (MOTA, 2009, p. 300).

Como todo processo está inserido em um contexto social e político, a educação não se ausenta desta realidade e qualquer que seja a forma de educação desenvolvida e incentivada merece uma análise do que se pretende alcançar com o estímulo da expansão de determinada forma de educação.

Como se pode observar a maioria destes programas é para auxílio das atividades pedagógicas ou para formação e capacitação de professores. Os programas abertos à comunidade em geral, e não apenas a comunidade envolvida em atividades pedagógicas, são os programas e-Tec e UAB.

Todos os programas apresentados são disponibilizados pela SEED/MEC em parcerias com instituições públicas das diferentes esferas. A gestão destes programas, em sua concepção é desenvolvida pela SEED, e sua execução se dá na instituição pública que implementa o programa.

No município de Anápolis, no ano de 2010, estavam em desenvolvimento os seguintes programas:

- UAB desenvolvido pela Universidade Estadual de Goiás e pelo Polo UAB em parceria com a UnB e UFG;

- e-Tec em processo de implantação pelo CEPA;

- ProInfantil desenvolvido pelo Núcleo de Tecnologia Educacional de Anápolis;

- Proformação desenvolvido pelo Núcleo de Tecnologia Educacional de Anápolis;

- ProInfo desenvolvido pelo Núcleo de Tecnologia Educacional de Anápolis.

No entanto, os portais disponibilizados pelos programas da SEED/MEC, são de livre acesso à pesquisa dos interessados.

Capítulo II – Educação a Distância – conceitos, história e políticas

A partir da necessidade de compreender o contexto da oferta e expansão da EaD, por meio da leitura de diferentes autores, este capítulo propõe o estudo sobre os conceitos de EaD e seu contexto histórico. Aborda a perspectiva de qualidade esperada pela EaD e apresenta a legislação pertinente a EaD. Faz também relação da oferta da EaD como serviço e como política pública e discorre brevemente sobre a implantação do programa e-Tec no estado de Goiás, por meio da SECTEC.

2.1. Conceitos de EaD

A compreensão da EaD perpassa pela aceção de seu conceito, os processos construídos na instituição para o desenvolvimento da EaD surgem a partir de seu conceito abarcado inicialmente.

Para a implantação de um curso na modalidade de EaD, geralmente, começa uma discussão de como ensinar, o material didático a ser produzido, as pessoas que serão envolvidas. O Decreto n.º 5622, de 19 de dezembro de 2005, que a regulamenta no país, a define como:

Modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, MEC, 2005, Art.1º).

Este decreto enfatiza o uso de tecnologias para a mediação da EaD, em que professores e alunos estão em tempos e locais diferenciados. Em seu conteúdo explicita a obrigatoriedade de encontros presenciais e a metodologia como principal diferencial da EaD.

Chaves (1999) argumenta que o termo Educação a Distância ou Aprendizagem a Distância, são errôneos afirmando que tanto a educação quanto a aprendizagem não ocorrem a distância, que são processos que ocorrem no interior da pessoa. Defende que o termo correto seria ensino a distância.

Já argumentei, em vários artigos, que considero as duas primeiras expressões -- "**Educação a Distância**" e "**Aprendizagem a Distância**" - totalmente inadequadas. A educação e a aprendizagem são processos que acontecem dentro da pessoa -- não há como possam ser realizados a distância [...] **Ensinar a distância**, porém, é perfeitamente possível e, hoje em dia, ocorre o tempo todo (p.2).

No entanto, Nunes (1994), anterior à publicação de Chaves, comenta sobre a imaturidade inicial dos conceitos de EaD:

Há conceitos que, por sua pouca maturidade ou grande dependência com outros já dominantes, demoram muito a firmar-se a partir de suas próprias características [...] as primeiras abordagens conceituais, que qualificavam a educação a distância pelo que ela não era, tomavam um referencial externo ao próprio objeto como paradigma, pois estabeleciam comparação imediata com a educação presencial, também denominada educação convencional, direta ou face-a-face, onde o professor, presente em sala de aula, é a figura central [...] Esse comportamento não é de todo incorreto, mas promove um entendimento parcial do que é educação a distância e, em alguns casos, estabelece termos de comparação pouco científicos (p.4).

Nunes (1994) aborda a EaD como um recurso importante de modo a ampliar o atendimento de alunos de forma mais efetiva que outras modalidades, afirmando que não possui riscos da redução da qualidade dos serviços oferecidos.

Belloni (2003) analisou de forma mais extensa, os conceitos de EaD propostos por alguns autores e considerou “uma ênfase excessiva nos processos de ensino e pouca ou nenhuma dos processos de aprendizagem” e enfatiza a importância da Aprendizagem Aberta (AA) afirmando que “no campo da EaD a AA encontra terreno mais fértil para se desenvolver”. Define EaD como:

[...] uma modalidade de educação e a seus aspectos institucionais e operacionais, referindo-se principalmente aos sistemas “ensinantes”; enquanto a AA relaciona-se mais com modos de acesso e com metodologias e estratégias de ensino e aprendizagem, ou seja, enfoca as relações entre os sistemas de ensino e aprendizagem (p.32).

Pelas afirmações de Belloni é possível considerar que a EaD valoriza as formas de ensino em detrimento as formas de aprendizagem, a preocupação de como vai se ensinar se agrega a preocupação de como se vai aprender na aprendizagem aberta proposta pela autora. A EaD inova as formas de ensinar e estimula a auto-aprendizagem dos cursistas, sugerindo uma aprendizagem autônoma e dialógica.

Educação a distância é o aprendizado planejado que ocorre normalmente em um lugar diferente do local do ensino, exigindo técnicas especiais de criação do curso e de instrução, comunicação por meio de várias tecnologias e disposições organizacionais e administrativas especiais (MOORE e KEARSLEY, 2007, p.2).

Moore e Kearsley (2007) começam sua definição com ênfase no aprendizado diferenciando-o do processo de ensino e enfatizando a utilização de tecnologias como técnicas disponíveis ao processo de ensino-aprendizagem.

[...] a EaD tem sido uma alternativa de ensino/aprendizagem, principalmente, em um cenário marcado pelas dificuldades de acesso de nossa população ao ensino formal e pelas altas taxas de defasagem de escolarização e de analfabetismo, em função de uma carga horária de trabalho que impossibilita o investimento em educação continuada (CORRÊA, 2007, p.9).

Corrêa (2007) entende a EaD como uma opção do processo de ensino aprendizagem e uma facilidade disponível a população atual que enfrenta diferentes dificuldades ao acesso da educação formal.

Pelo Plano Nacional da Educação (PNE, 2001 p.54), a EaD é uma possível solução aos déficits de educação no Brasil, introduzindo novas concepções de tempo e espaço na educação, atribuindo a educação a distância uma função estratégica de contribuir para o surgimento de mudanças significativas na instituição escolar e influenciar nas decisões a serem tomadas pelos dirigentes políticos e pela sociedade civil na definição das prioridades educacionais.

Já Valente, Prado e Almeida (2003) asseguram que:

O que parece realmente significativo na Educação a Distância, e que permite qualificá-la enquanto processo efetivo de formação, encontra-se na possibilidade de superação da distância geográfica por meio de recursos de comunicação e interação que aproximam o aprendiz do formador pelo “diálogo educativo”. Entretanto este se faz dentro das limitações apresentadas pelo ambiente que pode ser mais ou menos rígido e estruturado (p. 166).

Apesar das diferentes visões e percepções dos teóricos sobre a EaD, vale ressaltar que, mesmo com diferentes percepções, os conceitos explicitados referenciam a separação física entre o professor e aluno e a utilização e limitações da tecnologia.

Peters (2001) considera essa separação física um dado infra-estrutural que é um ponto de partida dos esforços para conferir a EaD sua essência. Em 1973, o autor considerou a EaD como um método de compartilhar conhecimento, habilidades e atitudes, envolvendo diferentes meios de comunicação, divisão do trabalho e princípios organizacionais (NEDER, 2003). Posteriormente, Peters (2001) confere à EaD uma

flexibilidade que dificilmente pode ser superada, apontando para o futuro da sociedade da informação e, conseqüente, era digital.

Lobo Neto (2001) ressalta os momentos presenciais proporcionados pela educação a distância, afirmando que não é de todo correto considerar o traço mais definidor dos sistemas a distância a ausência do contato físico entre o professor e o aluno. Define EaD como:

A educação a distância é um sistema tecnológico de comunicação de massa e bidirecional, que substitui a interação pessoal, em aula, de professor e aluno, como meio preferencial de ensino, pela ação sistemática e conjunta de diversos recursos didáticos e o apoio de uma organização tutorial, que propiciam a aprendizagem autônoma dos estudantes (LOBO NETO, 2001, p. 30).

O autor ressalta que a EaD utiliza-se da comunicação de massa e de forma bidirecional² por meio das tecnologias, em substituição da interação em sala de aula exalta, também a autonomia da aprendizagem desenvolvida pelos alunos.

Esses diferentes autores destacam o desenvolvimento da EaD pelas tecnologias, referendado-a como uma opção mais flexível de educação e fruto da sociedade moderna. Por meio da análise dos conceitos atribuídos pelos autores, entende-se que o conceito apreendido pela instituição que se propõe a oferta da EaD deve estar adequado à realidade da concepção de formação da instituição.

2.2. Contexto histórico

Atualmente, os Programas do Governo Federal, consideram e desenvolvem a EaD pela concepção explícita no Decreto 5622/2005, ou seja, a mediação didático-pedagógica acontece via utilização das tecnologias de informação e comunicação. Ao se propor a oferta da EaD, se pensa em ambientes virtuais e em utilização das tecnologias digitais. No entanto, ao longo do processo histórico verifica-se que a EaD já era utilizada antes mesmo da disseminação do uso do computador.

Provavelmente, a primeira notícia que se registrou da introdução desse novo método de ensinar a distância foi o anúncio das aulas por correspondência ministradas por Caleb Philips (20 de março de 1728, na Gazeta de Boston, EUA) (NUNES, 2009, p.2).

² Bidirecional é compreendida como uma forma de comunicação na qual tanto o receptor quanto o emissor participam da mensagem construída.

Estudos diferentes definem as gerações da EaD, como Moore e Kearsley (2005, p.25-46) que define cinco gerações da EaD sendo elas:

1 - Correspondência: conhecida também como estudo em casa, com início no começo da década de 1880, autorizada pelo Estado de Nova York a conceder diplomas e graus de bacharel por correspondência, com os cursos de instrução entregues pelo correio.

2 - Transmissão por rádio e televisão: o rádio, com a primeira autorização para emissora educacional em 1921, foi considerado um recurso medíocre, pois as emissoras comerciais usavam com fins de anúncios comerciais e foi utilizado por poucos professores.

A televisão educativa em 1934 estava em desenvolvimento. Após a segunda guerra sua expansão foi maior para o uso não comercial. Foi usada de diversos modos, mas a televisão a cabo propiciou a maior difusão dos telecursos.

3 - Universidades abertas: surgiram no final da década de 1960 e início de 1970, com diversas experiências. As que mais se destacaram foi o Projeto Mídia de Instrução Articulada (AIM – Articulated Instructional Media Project) da University of Wisconsin e a Universidade Aberta da Grã-Bretanha. Em 1967, o governo britânico começa a investir na consolidação da Universidade Aberta.

4 - Teleconferências: surgiu nos Estados Unidos nos anos de 1980, elaborada para o uso de grupos o que atraiu um maior número de educadores e formadores políticos, pois parecia com o que ocorria nas classes na sociedade. Embora fosse a Universidade Aberta do Reino Unido que provocou o interesse pela EaD no restante do mundo, mas o que despertou o interesse nos Estados Unidos foi a disponibilidade da teleconferência por satélite.

5 - Aulas virtuais baseadas no computador e na Internet: “Após a Intel ter inventado o microprocessador pessoal, o Altair 8800, ser lançado no mercado em 1975, o uso da instrução baseada em computador aumentou significativamente” (p.45). Com essas inovações propaga-se também a utilização do software educacional.

O uso de redes de computadores para a educação a distância teve grande impulso com o surgimento da world wide web [...] O primeiro navegador na Web, denominado Mosaic, apareceu em 1993 e permitiu aos educadores um novo meio poderoso para obter acesso a educação a distância (MOORE E KEARSLEY, 2005, p.46).

Hodiernamente, percebe-se uma miscigenação destas gerações nos atuais cursos oferecidos na EaD, que disponibilizam ao cursista diferentes mídias e tecnologias de interação no decorrer do curso.

Enquanto Moore e Kearsley (2005) discriminou as gerações da EaD com foco maior nas tecnologias utilizadas, Corrêa (2007, p.10) diferencia três gerações de EaD, discernindo a forma de utilização do material didático: a primeira geração que utiliza o material impresso como forma de desenvolver os conteúdos e manter a comunicação com os alunos; a segunda geração que utiliza materiais de áudio e vídeo, favorecendo a comunicação sincrônica, com ampla difusão da informação; a terceira geração que surgiu com o avanço das telecomunicações e o favorecimento da comunicação assíncrona.

Evidencia-se nessas gerações que o surgimento da Web determinou uma nova fase da EaD permitindo uma maior comunicação sincrônica e assíncrona contribuindo para a maior flexibilidade de tempo e espaço. A Web promoveu e favoreceu a criação de ambientes virtuais de aprendizagem. Como aponta Teles (2009):

Nas últimas três décadas o aumento da comunicação humana mediada pelo computador para fins educativos levou a uma proliferação de tecnologias com o propósito de oferecer ambientes educacionais online (p. 70).

Ao longo do tempo, a EaD vem se firmando pelas tecnologias fomentadas por cada época, no início pela correspondência, com a evolução da tecnologia sua expansão pela internet. É inegável a influência da Internet no aumento de cursos oferecidos pela EaD.

Segundo Alves (2009, p.9-12), antes de 1900, eram oferecidos cursos profissionalizantes por correspondência em jornais de circulação do Rio de Janeiro, no Brasil. Em 1923, foi fundada a Rádio Sociedade, no Rio de Janeiro, que possibilitava a educação popular. Em 1937 foi implantado pelo Ministério da Educação o Serviço de Radiofusão Educativa. A televisão foi usada com fins educativos nas décadas de 1960 e 1970.

Grande parte das escolas atuais aderiram ao uso das tecnologias para informatizar seus dados, diminuir os papéis, “visando agilizar o controle e a gestão técnica”, como afirma Almeida (2003, p.113).

Enquanto na escola os servidores³ preocupavam em aprender a utilizar o computador como um instrumento de organização de seu cotidiano, os alunos já buscavam, interagiam, trocavam informações utilizando este instrumento.

Com a utilização dos computadores, a escola inseriu estes computadores como aulas de informática, algo isolado das demais atividades da escola. Na década de 1990, principia-se a utilização desta ferramenta como forma pedagógica, objetivando o desenvolvimento de algum conteúdo proposto por alguma disciplina, a partir daí surgiu novas necessidades e oportunidades na escola.

Na década de 1990, o computador era disseminado como ferramenta pedagógica, no entanto, grande parte dos alunos das escolas públicas não tinha acesso ao computador e, na maioria das vezes, este recurso ficava limitado aos beneficiados por um maior poder aquisitivo, os adolescentes que já utilizavam o computador sentiam como se fosse uma invasão de seu espaço de lazer, de diversão.

No Estado de Goiás, em 1998, iniciou a capacitação dos professores para a utilização do computador como instrumento pedagógico, para a inserção destes computadores na unidade escolar, em parceria com o Governo Federal por meio do ProInfo. Foram implantados laboratórios de informática e capacitados profissionais, para desenvolver os projetos junto aos professores e alunos. No estado de Goiás estes profissionais são conhecidos como dinamizadores.

A inserção de algo novo determina uma quebra de modelos, pois algo que não é utilizado na escola, passa a ser usado perpassando todas as disciplinas e comunidade escolar. Esta quebra provoca diferentes reações, é quando muitas vezes pronuncia-se por parte de alguns profissionais: “Nunca precisei disso para ensinar meus alunos” ou “Até que enfim o governo está investindo na educação”. Ressalta-se que o computador foi mais uma tecnologia disponível ao processo ensino-aprendizagem, um meio, e não um fim em si mesmo, e em grande parte das escolas demorou a ser compreendido desta forma. Kenski (2007) aponta que o ser humano vivencia diferentes temporalidades influenciadas pelas tecnologias utilizadas em cada época.

³ Fischer (2007) nomeia de embate entre tecnologias midiáticas e práticas pedagógicas, o tempo dos servidores da educação conceberem as tecnologias, que possuem um caráter de onipresença. Este tempo é divergente do tempo dos alunos. Inicialmente, pensou-se no uso das tecnologias na escola como um fator de agilizar a burocracia da documentação escolar. Fato que pode ser presenciado nas escolas públicas do município de Anápolis no início da década de 1990, na qual se considerava escola informatizada a escola que possuía um programa que sistematizasse a documentação da secretaria e da merenda escolar.

Até o final do século XX, não havia dúvidas, educação era função desenvolvida na escola. Era preciso ir até o local em que ficavam o prédio escolar e as salas de aula e passar por todo ritual da educação formal para sucessivamente ascender nos graus de formação (KENSKI, 2007, p. 74).

Além de considerar o computador, a conexão a internet, como intrusos no processo ensino-aprendizagem da escola, a educação formal era considerada como algo que só se era possível com a frequência em uma determinada escola. A EaD, expandida pela utilização da conexão em rede, passa por diferentes gerações e concepções. Na escola, é compreendida como inovação, segundo Moore e Kearsley (2007, p.321): “a inovação da educação a distância tem sido impulsionada pelo surgimento das novas tecnologias”. Em acordo com a idéia de Corrêa (2007):

É característica fundamental da EaD uma compreensão diferente da tradicional quanto à dimensão tempo/espaço escolar, em que o tempo reveste-se sempre da temporalidade do sujeito, e o espaço deve ser pensado como espaço de acontecimentos das ações educativas. Portanto, o espaço não deve ser considerado necessariamente como físico, e sim de interlocução entre os sujeitos no processo educativo (p.103).

As considerações sobre o espaço físico, refletidos pela autora, permitem considerar o espaço físico como um espaço que promove a interlocução entre os sujeitos envolvidos, e não uma sala de aula, local onde estes sujeitos estejam presentes.

As tecnologias e o uso do computador conectado à internet permitem e facilitam a criação e a utilização dos ambientes virtuais de aprendizagem, ou ainda, ambientes virtuais de ensino aprendizagem. “Ambientes virtuais de aprendizagem são sistemas computacionais geralmente acessados via internet, destinados ao suporte de atividades [...]” (ALMEIDA, 2003, p.118).

Os ambientes virtuais de aprendizagem, que determinam outra geração da EaD, colaboram, ainda mais, para o crescimento da EaD, apesar de apresentarem os recursos já disponibilizados anteriormente pela internet, como fórum, chat dentre outros figura um espaço único, com fim educativo, para que determinado curso ocorra. É como se fosse uma sala de aula virtual. Kenski (2007, p.90-94) considera que com a utilização de diferentes tecnologias e procedimentos, a sala de aula é o espaço físico entre alunos e professores, mas a aula se expande e incorpora novos ambientes e processos, por meio dos quais a interação comunicativa e a relação ensino-aprendizagem se fortalecem, pois o ambiente virtual oferece aos estudantes a oportunidade de definirem seus próprios caminhos de acesso às informações, garantindo aprendizagens personalizadas.

Os ambientes virtuais de aprendizagem mais conhecidos no Brasil, e disponibilizados pelos programas governamentais, são: E-proinfo (desenvolvido pelo MEC), TelEduc (desenvolvido pela UNICAMP) e o Moodle (software livre que pode ser personalizado pelas instituições).

É inegável a influência das tecnologias nas formas de convivências atuais. Dias e Leite (2010) afirmam que:

Assim como a energia elétrica reconfigurou a vida das cidades, a ponto de pensarmos ser inconcebível viver sem ela, o computador e a internet reconfiguram, hoje, a sociedade como um todo. Espaço e tempo possuem outra dimensão (p. 33).

As tecnologias estão incluídas na vida do ser humano como se fizessem parte dessas vidas ou fosse extensão de suas atividades cotidianas. Atualmente, as pessoas que utilizam de tecnologias não mais conseguem executar as atividades diariamente sem que seja por meio das tecnologias.

Belloni (2003, p.58) afirma que: “A característica principal destas tecnologias, na EaD, é a interatividade que é a técnica que possibilita o usuário interagir com uma máquina”. Diferencia os conceitos de interação e interatividade, de forma que interação se refere à comunicação de indivíduos mediados por uma máquina. Interatividade, por sua vez, diz respeito à comunicação do usuário com a própria máquina ou por uma mídia:

[...] interação - ação recíproca entre dois ou mais atores onde ocorre intersubjetividade, isto é, encontro de dois sujeitos – que pode ser direta ou indireta (mediatizada por algum veículo técnico de comunicação, por exemplo, carta ou telefone) e a interatividade, termo que vem sendo usado indistintamente com dois significados diferentes em geral confundidos: de um lado a potencialidade técnica oferecida por determinado meio [...] e de outro, a atividade humana, do usuário, de agir sobre a máquina, e de receber em troca uma “retroação” da máquina sobre ele (p.58).

É relevante a interatividade proporcionada pelas tecnologias. Silva (2000) ressalta a semântica desta palavra:

Quanto ao “semantismo de base”, observam que a palavra interatividade é formada por dois componentes lexemáticos: “inter” e “ativo-atividade. O primeiro lexema vem do latim, significando “entre” e pode ser tomado em vários valores semânticos: espaçamento, repartição, relação recíproca, etc. O segundo está constituído sobre a base de uma relação de antinomia ativo passivo e pode ser tomado em sua importância cultural que inclui conotações afetivas e morais, onde o “ativo” se vê valorizado e o “passivo” se vê desvalorizado como aquele que “suporta”, que “sofre” (p.87).

Com essa analogia da palavra, Silva (2000) chama a atenção para a banalização que o termo interatividade sofre nos dias atuais, nos diversos setores comerciais e industriais, e destaca os graus da interatividade propostos por F. Kretz:

1. Grau zero da interatividade: que está ligado a noção de disponibilidade de acesso, sendo as únicas ações do usuário a interrupção do serviço ou acesso a uma aplicação do serviço. O autor cita como exemplo a escolha de um canal de televisão.
2. Interatividade linear: permite o avanço ou retornos rápidos, como exemplo os cassetes.
3. Interatividade arborescente: a seleção se faz por escolha ou designação de um menu, como o vídeotexto.
4. Interatividade lingüística: utiliza palavras chaves, como o videotexto e o microcomputador.
5. Interatividade de criação: permite que o usuário componha a mensagem, como um desenho.
6. Interatividade de comando contínuo: permite a modificação, o deslocamento ou em geral a transformação dos objetos, como os videogames.

Considerando a etimologia do termo interatividade proposta por Silva (2000), o autor admite a comunicação entre diferentes usuários; evidenciado, também, que interatividade ultrapassa a utilização de uma tecnologia. O autor destaca a interatividade com a máquina, ou seja, com um determinado serviço que a máquina ou a tecnologia possa oferecer.

Já Feenberg (2001) se firma no termo interação. Observa que o impacto das tecnologias depende da sua concepção e utilização, e discorre sobre as possibilidades de interação que a Internet propicia:

A cidade é o lugar das interações cosmopolitas e onde se potencializa a comunicação. Seu deus não é a eficiência e sim a liberdade. Não se dedica à rígida reprodução da única e melhor maneira de gerir, senão à comprovação flexível de todas as possibilidades e ao desenvolvimento do novo. Não ao controle hierárquico, mas sim os contatos horizontais não planejados (p.1)⁴.

⁴ La ciudad es el lugar de las interacciones cosmopolitas y donde se potencia la comunicación. Su dios no es la eficiencia sino la libertad. No se dedica a la rígida reproducción de la única y "mejor" manera de gestionar, sino a la comprobación flexible de todas las posibilidades y al desarrollo de lo nuevo. No al control jerárquico sino a los contactos horizontales no planificados.

Segundo Feenberg (2001), a Internet rompe a hierarquia da comunicação, pois é flexível, permite uma comunicação horizontal e a interação além das fábricas, que se prende a comunicação entre o homem e a máquina, porém, o autor fomenta uma comunicação entre os homens por intermédio da máquina, otimizando, assim, a comunicação das cidades.

A interação implica no processo de comunicação que não se apresenta como estímulo-resposta, não é linear, mas representa uma comunicação em rede, otimizando um processo interativo com alternância de papéis, conexão, heterogeneidade, multiplicidade (FARIA, 2004, p.2).

Alava (2002, p.34 - 43) considera que a interatividade seria compartilhada pelo conjunto de sistemas de comunicação, visto que ela é essencialmente interação. Distingue diferentes formas de interatividade como intencional e funcional.

A interatividade funcional é a que gera o protocolo de comunicação entre o usuário e a máquina e a interatividade intencional é a que ocorre entre o usuário e o autor com um compromisso, uma intenção. A interatividade incidente modifica o conteúdo da aplicação, enquanto que a não incidente não o modifica. Alava afirma que a interatividade funcional é incidente e que a interatividade intencional reforça o contexto proposto pelo autor. Admite, ainda, que existem diversos níveis de interatividade, que são mais difíceis de serem avaliados, e que podem ser avaliados por alguns critérios, como a rapidez de resposta, por exemplo.

Moore e Kearsley (2007) identificam três tipos distintos de interação do aluno com o conteúdo, com o instrutor e com os outros alunos. Ressaltam, ainda, que a educação que denominam na EaD é a inter-relação das pessoas, permitida pelo uso do computador, de professores e alunos em espaços físicos diferentes.

Discorrendo sobre os conceitos apresentados de interação e interatividade, e retomando Belloni (2003), pode-se dizer que a EaD se utiliza tanto da interação como da interatividade, para que cada cursista desenvolva suas atividades mediadas por uma máquina. Destaco, ainda, a comunicação entre os envolvidos, mediada por tecnologias para a promoção de colaboração entre os colegas cursistas e os professores, impulsionando o encontro entre eles.

A separação física entre os atores da EaD é permeada pela utilização de tecnologias para que as relações aconteçam de forma favorável ao desenvolvimento da educação.

Moore e Kearsley (2007) afirmam que a utilização das tecnologias na educação permitiu que a mesma deixasse de ser um processo de aquisição de conhecimentos para simplesmente preparar para a vida e o trabalho, tornando-se um processo que inicialmente prepara e repara o conhecimento ao longo da vida. Estes autores atribuem à EaD um novo modelo de educação, afirmando que a EaD permite à educação ir além do que é determinado ou gerenciado por uma determinada instituição, a criação de um sistema aberto que flexibiliza a aprendizagem dos alunos da forma que estes buscam aprender.

Foi a tecnologia que conduziu às mudanças que ocorreram no modo como as instituições educacionais são organizadas, no modo como encaram sua missão, os tipos e números de alunos que atendem, os currículos que oferecem, o modo como empregam recursos humanos, como apóiam alunos, proporcionam instrução, avaliam o aprendizado e mesmo o grau de excelência em que seus programas são considerados (MOORE e KEARSLEY, 2007 p.321).

A oferta da EaD nas instituições educacionais foi influenciada diretamente pela tecnologia de cada época e a forma de interação e interatividade que esta tecnologia proporcionava.

2.3. Qualidade na EaD

A EaD é uma realidade da sociedade atual e está sendo promovida de formas variadas, como aprendizagem autônoma, ou mediatizada, no entanto, é válido uma reflexão sobre a eficácia da aprendizagem dos alunos nos cursos em EaD.

Abordar o tema qualidade na EaD se faz pertinente neste trabalho uma vez que a qualidade é objetivo da educação, de qualquer modalidade, como ainda a gestão institucional tem a qualidade do ensino como um dos seus fins. Destaque-se ainda que a análise de formas de gestão pode interferir nos resultados dos processos educativos.

Embora a educação mediada por recursos tecnológicos não seja a solução para os problemas educacionais do país, a “aprendizagem independente” ou mediatizada assume um grande valor na sociedade atual, sendo inclusive recomendada a um grande número de alunos e profissionais. Sendo assim, é importante refletir sobre a sua qualidade e eficácia no que se refere principalmente à aprendizagem dos sujeitos, pois, educação a distância continua sendo Educação e cada vez mais surgem novas perspectivas para problematizar este novo campo de ação (VERSUTI, 2004, p.2).

A reflexão sobre a qualidade na EaD é fundamental para instalar a consolidação desta forma de educação, visto que esse tipo de educação ainda convive com a dúvida da sociedade e da própria academia que, às vezes, duvida de eficiência e eficácia dela no processo de ensino.

Ao se tratar de qualidade, Hutmacher (1995) diz que “não é suficiente que a escola transmita conhecimentos, mas é necessário que estimule o desenvolvimento de um conjunto de disposições e de atitudes que ainda são alcançadas por poucos” (p.47). O autor entende que somente uma pequena parcela da população consegue desenvolver o conjunto de disposições e atitudes para o alcance da qualidade, o que limita a qualidade da escola a poucos, excluindo a maior parte dos alunos.

Quanto às definições do termo qualidade em educação existem diferentes entendimentos dentre eles citamos os abordados por Fonseca (2009):

Alguns autores tomam como referência a função equalizadora da educação, que exige a responsabilidade do Estado em garantir a oferta, o acesso e a permanência de todos no sistema de ensino [...] Outros examinam a qualidade do ponto de vista das políticas governamentais dirigidas para o sistema, como avaliação externa, o financiamento público, a inovação tecnológica, a formação de quadros administrativos e docentes. Ou, ainda, a examinam a partir da dinâmica interna das instituições escolares e universitárias, enfocando a gestão institucional, a auto-avaliação, o currículo (p.2).

Ao relacionar diferentes visões do conceito de qualidade, Fonseca (2009) classifica os citados com enfoques excludentes, ou seja, um aspecto não incluiu outro de igualmente relevância ao mesmo tempo.

Pinto (2008, p.57) diz que “qualidade é um conceito socialmente construído, sujeito a constantes abordagens e relacionado ao contexto”. Enquanto conceito socialmente construído, infere-se que a qualidade é algo determinado pela sociedade.

Com a EaD surge ainda, mais aspectos a serem abordados para a definição da qualidade como a tecnologia utilizada, a autonomia de aprendizagem pelo aluno, o papel do professor, dentre vários outros, construindo seu contexto próprio com suas necessidades próprias.

No entanto, algumas instituições de educação visualizam a EaD como uma oportunidade de crescimento econômico e expansão dos seus cursos, exercendo-a de forma a transformar os cursos presenciais em tele-aula ou transpondo os cursos

existentes para um ambiente virtual. A EaD é educação formal que intensivamente vem formando cidadãos, para esta formação é fundamental a obtenção e manutenção da qualidade da educação a ser ofertada.

Pela Constituição Federal vigente, em seu Artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Refere-se à educação como direito de todos que permeará toda a formação holística do ser humano, objetivando o pleno desenvolvimento da pessoa, esta expressão pleno remete a idéia de completo, de total, inteiro e está respaldada legalmente pela atual Constituição Federal.

Libâneo (2004) define:

Educação de qualidade é aquela que promove para todos o domínio de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas, operativas e sociais necessários ao atendimento das necessidades individuais e sociais dos alunos, à inserção no mundo do trabalho, à constituição da cidadania, tendo em vista uma sociedade mais justa e igualitária (p.66).

O termo qualidade tem diferentes concepções, conforme o autor que o descreve e a instituição que aplica, portanto, evidencia-se a preocupação com a formação do indivíduo como ser único e ser social.

Paro (2001, p. 91) expressa a preocupação com a qualidade da educação pública, pois segundo ele, “o Estado alcançou a quantidade de escolas necessárias, e esta quantidade por si só não basta”, é necessário que haja um acompanhamento para a oferta de uma educação pública com qualidade.

[...] Diferentemente de outros bens e serviços cujo consumo se dá de forma mais ou menos definida no tempo e no espaço, podendo-se aferir imediatamente sua qualidade, os efeitos da educação sobre o indivíduo se estendem, às vezes, por toda sua vida, acarretando a extensão de sua avaliação por todo esse período. É por isso que, na escola, a garantia de um bom produto só se pode dar garantindo-se o bom processo (PARO, 2001, p.93).

A reflexão sobre como aferir uma educação de qualidade é fundamental, Paro (2001) ressalta que o processo que se desenvolve a educação está relacionado à boa

formação do ser humano, está intrínseco a citação dele que a qualidade da educação é percebida ao longo da vida humana.

A EaD ao ser implantada em uma instituição não pode, simplesmente, somar mais uma instituição de oferta de Educação, com maior acesso a população, mas deve ser uma forma de educação que permita o acesso à qualidade educacional.

Os sistemas de ensino a distância convêm particularmente àqueles que, por diferentes razões, não podem frequentar um fundamental, estabelecimento de ensino secundário ou curso superior regular. São jovens em idade escolar, habitando regiões distantes nas quais é impossível o acesso a cursos presenciais (RUMBLE, 2003, p. 19).

É inegável a facilidade que a EaD propicia ao ultrapassar as fronteiras físicas para a oferta da educação, no entanto, a EaD não pode se limitar a oferta de educação às pessoas que não possuem acesso a uma instituição de educação formal. Ela é uma opção a mais, outra maneira de se construir educação, e não apenas uma forma criada para suprir uma deficiência ou necessidade deixada pela educação presencial.

[...] mudanças devem considerar os diferentes tipos de demandas e expectativas colocadas para a educação: de um lado, atender às modernas exigências econômicas e sociais decorrentes da expansão do mercado e da globalização; de outro, possibilitar a reconstrução de culturas nacionais e locais, preparando os jovens para uma participação efetiva no social. Em outras palavras, a educação terá de orientar-se para a formação de pessoas conscientes e críticas, que participem ativamente do social; portanto, pessoas capazes de definir as próprias necessidades de aprendizagem e conhecimento (M. ALONSO, 2003, p. 28-29).

A EaD é vista como uma mudança, no atual contexto da utilização das tecnologias nas instituições educacionais. Ela considera as diferentes demandas e a melhor forma para atendê-las, proporcionando a formação do ser humano a fim de torná-lo um cidadão crítico e consciente. Campos (2009) considera que:

Hoje, a formação dos indivíduos deve ser voltada para a inovação, e há evidências de que o desenvolvimento de novas competências é fato constante. Cabe à EaD um papel de protagonista, já que por suas próprias características ela pode ser integrada aos locais de trabalho, às expectativas dos indivíduos, às necessidades de formação, entre outros (p.273).

A EaD, considerada um processo de inovação por grande parte das instituições escolares, se insere no contexto atual de contribuir para o desenvolvimento de novas

competências dos envolvidos, pela constante utilização de tecnologias, pela comunicação que acontece por espaços físicos diferenciados, a intenção da aprendizagem do aluno, pode ser aplicada com diferentes objetivos: capacitação profissional, cursos de graduação dentre outros. A EaD que possui as características de temporalidade e espaços pertinentes à modalidade, pode ser integrada a diferentes locais abrangendo objetivos diferenciados. Como afirma Campos (2009), ela assume o papel de protagonista, na educação pela suas diferentes possibilidades de aplicação.

Esse protagonismo atribuído à EaD, refletido pela suas características próprias, deve também considerar a qualidade do que se promove por meio da EaD.

A EaD, na atualidade, inserida em diferentes contextos, é uma realidade crescente, que exige um acompanhamento sério.

A modalidade de EaD sofreu forte expansão na última década, após a abertura jurídica propiciada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394 de 1996. No entanto, ela apenas será consolidada no Brasil, como realização de qualidade se o poder público garantir as condições adequadas de regulação e supervisão, ao mesmo tempo em que as instituições avancem em pesquisas inovadoras, visando propiciar fundamentos de tecnologia e metodologias para que a referida modalidade seja implantada e desenvolvida de maneira harmônica e sustentável (F. HADDAD, 2009, p.2).

Percebe-se, pela fala de Haddad⁵, o cuidado em expandir, supervisionar e regular a educação a distância no país, com a garantia de uma educação de qualidade, atrelando-se a qualidade à supervisão, regulação e inovações propostas pelas instituições.

A avaliação baseada na qualidade está diretamente relacionada à forma que se engendra a percepção sobre qualidade. O MEC disponibiliza os Referenciais de Qualidade como norteadores de garantia na qualidade da oferta dos cursos em EaD. Neste documento exige-se para a oferta da EaD que os projetos de cursos superiores contemplem, fundamentalmente, as dimensões pedagógicas, recursos humanos e infraestrutura.

Para tal, estipula o envolvimento de oito principais tópicos: Concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem; Sistemas de Comunicação; Material Didático; Avaliação; Equipe Multidisciplinar; Infra-estrutura de apoio; Gestão

⁵ Fernando Haddad assumiu o Ministério da Educação no governo Lula (Presidente do Brasil – Luiz Inácio da Silva – 2003 a 2010) e permanece no Ministério da Educação no governo da Presidente Dilma.

Acadêmico-Administrativo; Sustentabilidade financeira. Este documento, envolve o processo de gestão acadêmico-administrativo do curso correlacionado ao processo de gestão da instituição que deve contemplar em seu projeto político pedagógico a oferta da EaD.

A primeira versão dos referenciais de qualidade para educação a distância foi elaborada em 2003 [...] Em 2007 tendo em vista a dinâmica do setor e a renovação da legislação, uma comissão de especialistas foi composta para sugerir mudanças no documento.

Essa versão preliminar foi submetida à consulta pública durante o mês de agosto de 2007. Foram recebidas mais de 150 sugestões e críticas, das quais a maioria foi incorporada.

Esses Referenciais de Qualidade circunscrevem-se no ordenamento legal vigente em complemento às determinações específicas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, do Decreto 5.622, de 20 de dezembro de 2005, do Decreto 5.773, de junho de 2006 e das Portarias Normativas 1 e 2, de 11 de janeiro de 2007.

Embora seja um documento que não tem força de lei, ele será um referencial norteador para subsidiar atos legais do poder público no que se referem aos processos específicos de regulação, supervisão e avaliação da modalidade citada. Por outro lado, as orientações contidas neste documento devem ter função indutora, não só em termos da própria concepção teórico-metodológica da educação a distância, mas também da organização de sistemas de EAD no Brasil (BRASIL, MEC, 2009, p.1).

A Gestão Acadêmico-Administrativo assinala que toda a consolidação da EaD deve estar prevista no plano da instituição garantindo ao aluno de EaD as mesmas condições que o aluno da educação presencial recebe, com o acompanhamento, avaliação e supervisão necessária a EaD. A Instituição deve explicitar seu referencial de qualidade em seu processo de gestão.

Os Referenciais de Qualidade foram publicados em 2007, até então, não se tinha como Programa de Governo a oferta de cursos técnicos em EaD. Vale ressaltar que neste mesmo ano foi publicado o edital para adesão ao Programa e-Tec e que a orientação para a elaboração dos projetos de cursos seguiu as orientações contidas nos Referenciais de Qualidade publicados pelo MEC.

O gestor, juntamente com sua equipe ao programar a oferta de EaD na instituição, deve observar as possibilidades de oferta, a demanda a ser atendida, os recursos disponíveis, para que seja possível o alcance da qualidade almejada.

Para que se alcance a qualidade dos cursos em EaD, nas instituições, é fundamental a capacitação, esclarecimento, comprometimento e compromisso dos profissionais envolvidos, com o acompanhamento e a supervisão, propostos anteriormente por F. Haddad (2001).

Os maiores questionamentos sobre a adesão e desenvolvimento de cursos em EaD refletem a preocupação pela qualidade destes cursos. A qualidade dos cursos ofertados em EaD, assim como na educação presencial, está atrelada ao processo de ensino dos docentes e a eficácia da aprendizagem dos alunos sobre o objeto de conhecimento do curso no qual o aluno está inserido.

Lobo Neto (2001) ressalta que a instituição que preocupa em implementar a EaD com qualidade e analisa seus diferentes aspectos, melhora também a qualidade da educação presencial ofertada pela instituição.

2.4. A legislação nacional e a EaD

O planejamento da adesão, implantação e desenvolvimentos dos cursos em EaD nas instituições públicas perpassa pela análise e respeito à legislação vigente que norteia o processo da EaD no Brasil.

À União cabe o credenciamento e reconhecimento das instituições autorizadas a oferecer cursos de educação a distância, assim como o estabelecimento dos requisitos para a realização de exames e o registro de diplomas (art. 87, §§ 1º e 2º); são de responsabilidade dos sistemas de ensino as normas para produção, controle e avaliação dos programas, assim como a autorização para sua implementação (art. 87, § 3º). (PNE, 2010, p.54.).

A educação brasileira é regulamentada pelo Ministério da Educação, a EaD está prevista no Art. 80 da Lei 9394 de 20 de Dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e regulamentada pelo Decreto nº 5622 de dezembro de 2005, e pelas portarias nº 4.059, de 2004 e nº 2, de 10 de Janeiro de 2007 do MEC, sendo reconhecida como modalidade de educação regular.

Em seguida apresento as principais regulamentações, com respectivas breves descrições, que permitem e regulam a EaD no Brasil:

Constituição Federal de 1988

A atual Constituição Federal prevê a oferta da educação a toda a população com a garantia de inserção e permanência na escola, e a preparação do indivíduo para a cidadania e para o trabalho.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da

cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade.

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I – comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação.

Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB/1996)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) n.º 9394/96 regulamenta em seu artigo 80, incluso nas disposições gerais, a educação a distância em todos os níveis e modalidades de ensino, desde que ofertada por instituições credenciadas pela União, prevendo, também, regulamentação adequada e tratamento diferenciado.

Em seu Art.8º LDB/1996 incluso na organização da Educação Nacional:

Art. 8º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

§ 1º Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

§ 2º Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei.

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

A LDB prevê as parcerias entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios na oferta da educação nacional, no entanto, ela explicita no *caput* do artigo 80 o termo ensino a distância, e em seus parágrafos seguintes o termo educação a distância.

Brandão (1988) afirma que:

[...] Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante (p.7).

Pela afirmação de Brandão entende-se que o ensino é um processo incluso na educação, ou seja, a educação é independente da intenção de ensinar, o autor assegura que “misturarmos a vida com a educação” sendo que “ninguém escapa da educação” (p.6). Pelas inúmeras possibilidades oferecidas pela EaD, no presente texto, optei pelo termo educação, por acreditar que a EaD possui características próprias que desenvolve no discente/participante meios apropriados ao participar de um curso em EaD, contribuindo e alterando suas estruturas de convivências. Vejamos o que diz a legislação sobre EaD.

Decreto n.º 5.622, de 19 de dezembro de 2005

O decreto n.º. 5622, de 19 de dezembro de 2005, um dos principais regulamentadores da legislação da EaD nacional, em seu art. 1º caracteriza a EaD como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (texto da lei).

Prevê a obrigatoriedade presencial para a avaliação, estágios, defesas de trabalhos de conclusão de caso. Os cursos deverão seguir a legislação correspondente a sua modalidade ou nível e cumprir o mesmo tempo de curso na modalidade presencial.

Este decreto destaca que: A avaliação presencial prevalecerá sobre qualquer outro resultado de avaliação a distância e que devem ser observados a padronização de normas e procedimentos para a regularização do artigo 80 da LDB.

Cita os Referenciais de Qualidade para a Educação a Distância como norteador em colaboração com os sistemas de ensino. Regulamenta o credenciamento das instituições, pública ou privada, para oferta de EaD.

Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001

A Lei n.º 10.172, de 9 de janeiro de 2001 aprova e institui o Plano Nacional de Educação (PNE), conferindo a EaD eficácia e explicitando algumas formas de se fazer EaD.

[...] na educação a distância, um meio auxiliar de indiscutível eficácia. Além do mais, os programas educativos podem desempenhar um papel inestimável no desenvolvimento cultural da população em geral.

O País já conta com inúmeras redes de televisão e rádio educativas no setor público. A Lei de Diretrizes e Bases considera a educação a distância como um importante instrumento de formação e capacitação de professores em serviço. As tecnologias utilizadas na educação a distância não podem, entretanto, ficar restritas a esta finalidade (Plano Nacional de Educação, 2001, p.42).

Decreto n.º 5.773, de 9 de maio de 2006

Este decreto que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, em seu parágrafo 4º, de seu artigo 5º, atribui a Secretaria de Educação a Distância cinco incisos das funções a ser desenvolvida por esta na oferta de educação superior:

I exarar parecer sobre os pedidos de credenciamento e reconhecimento de instituições específico para oferta de educação superior a distância, no que se refere às tecnologias e processos próprios da educação a distância;

II exarar parecer sobre os pedidos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de educação a distância, no que se refere às tecnologias e processos próprios da educação a distância;

III propor ao CNE, compartilhadamente com a Secretaria de Educação Superior e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, diretrizes para a elaboração, pelo INEP, dos instrumentos de avaliação para credenciamento de instituições específico para oferta de educação superior a distância;

IV estabelecer diretrizes, compartilhadamente com a Secretaria de Educação Superior e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, para a elaboração, pelo INEP, dos instrumentos de avaliação para autorização de cursos superiores a distância;

V exercer, compartilhadamente com a Secretaria de Educação Superior e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, a supervisão dos cursos de graduação e seqüenciais a distância, no que se refere a sua área de atuação.

A subseção V sujeita a oferta de educação a distância a credenciamento específico, nos termos de regulamentação própria. Conferindo a Secretaria de Educação a Distância a responsabilidade pela supervisão quando o curso superior for ofertado em EaD.

Decreto n.º 6.303, de 12 de dezembro de 2007

Altera dispositivos dos Decretos 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino. Aceita os endereços dos pólos credenciados, observados os referenciais de qualidade comprovados em avaliação in loco (texto da lei), para as atividades presenciais obrigatórias. Destaca-se em seguida alguns itens de relevância para o reconhecimento da EaD:

§ 6º O pedido de ampliação da abrangência de atuação, nos termos deste artigo, somente poderá ser efetuado após o reconhecimento do primeiro curso a distância da instituição, exceto na hipótese de credenciamento para educação a distância limitado à oferta de pós-graduação lato sensu.

“Art. 14. O credenciamento de instituição para a oferta dos cursos ou programas a distância terá prazo de validade condicionado ao ciclo avaliativo, observado o Decreto no 5.773, de 2006, e normas expedidas pelo Ministério da Educação.

§ 1º A instituição credenciada deverá iniciar o curso autorizado no prazo de até doze meses, a partir da data da publicação do respectivo ato, ficando vedada a transferência de cursos para outra instituição.

Parágrafo único. O reconhecimento de curso na sede não se estende às unidades fora de sede, para registro do diploma ou qualquer outro fim.

A preocupação em legislar para a EaD continua constantemente, pois a cada sistema ou programa apresentado pelo Governo Federal, são elaboradas normativas e portarias para as respectivas regulamentações.

2.5. Uma reflexão - A EaD como “serviço”

A educação permite ao cidadão constituir sua concepção de vida, suas relações sociais, o preparo para o trabalho, enfim o histórico da vida como ser humano.

O primeiro documento escrito sobre educação no Brasil, o Manifesto dos Pioneiros já mencionava:

Toda a educação varia sempre em função de uma "concepção da vida", refletindo, em cada época, a filosofia predominante que é determinada, a seu turno, pela estrutura da sociedade. É evidente que as diferentes camadas e grupos (classes) de uma sociedade terão respectivamente opiniões diferentes sobre a "concepção do mundo", que convém fazer adotar ao educando e sobre o que é necessário considerar como "qualidade socialmente útil" (MANIFESTO DOS PIONEIROS, 1932).

Essa “concepção de vida” varia conforme cada época e o regime dominante mundialmente, que determina até mesmo o modo de existência da população, o que é útil à sociedade e, ainda, o que possa ser o conceito de qualidade.

Atualmente, com um mundo cada vez mais capitalista, as ideologias incentivam os indivíduos a consumir em nome de uma falsa ascensão social, inserção no mundo, aquisição de tecnologias que proporcionam maior conforto. Estes fatores, dentre outros, colaboram para que as pessoas procurem mais flexibilidade para estudar, aperfeiçoar, trabalhar. Kruppa (2003, p.3) destaca que a educação está entre as políticas públicas em processo acelerado de mercantilização.

A Constituição Federal, em seu artigo 205, garante a educação como direito de todos, no entanto, se tem paralelamente a perspectiva da educação enquanto serviço ou uma mercadoria disponível a população, como se observa na mercantilização ressaltada por Kruppa (2003).

Moore e Kearsley (2007) afirmam que:

[...] o consumismo educacional reduz o ensino a um processo de treinamento de trabalhadores para a economia produtiva e visa treiná-los para se tornarem consumidores e usuários de bens e serviços massificados – especialmente serviços. A meta principal da educação nessa cultura consiste em apoiar a produção contínua e consumidores/usuários continuamente insatisfeitos e acrílicos (p.325).

Estes autores consideram que enquanto a cultura da educação colaborar para excitar uma educação de forma competitiva, focada no treinamento de trabalhadores, contribuirá para uma redução da educação ao treinamento de consumidores e usuários

de serviços e produtos; reforça o processo de capitalismo existente nas classes dominantes. Ressaltam, também, sobre a importância da reflexão ao se ofertar a EaD, para que esta não contribua para a consolidação da educação enquanto uma forma de serviço disponível.

K. Alonso (2009) chama a atenção, preocupadamente, sobre a aplicação da EaD como uma opção técnica para a solução de problemas de formação, e a valorização de artefatos e tecnologia que sobressaem aos processos pedagógicos. Afirma que a modalidade de EaD é facilmente confundida com metodologia, que o alcance que esta modalidade proporciona é confundido com falta de qualidade, que os aspectos “democratizadores” (aspas da autora), entendidos aqui com a facilidade de acesso a formação e flexibilidade de espaço físico e horário, confunde-se com otimização da relação custo/benefício.

É fundamental que a EaD não perca o papel de educação, que visa a aprendizagem como “mudanças estruturais de convivências” (K.ALONSO, 2009, p.84). A EaD não pode assumir o papel de simplesmente facilitar economicamente a aquisição da formação pelo ser humano.

Na conjuntura política proposta pelo Banco Mundial (BM), grande financiador da educação nacional, na década de 1990, encarava a educação como uma prestação (pública ou privada) de um serviço, e não como um direito de todos à transmissão e troca de saberes, culturas e valores, nesta concepção de educação como serviço a qualidade da educação era medida com foco na eficiência, como qualidade total (S. HADDAD *et al*, 2008, p.13-83) . Além disso, seus recursos provocavam custos elevados.

[...] os empréstimos setoriais do Banco Mundial não devem ser considerados como uma possibilidade eficaz de captação de recursos externos, mesmo no momento atual de crise financeira, no qual o país tem dificuldade em realizar captações no mercado internacional. Esses financiamentos, além de terem custo efetivo elevado, são internados no país ao longo de vários anos e em percentual muito inferior ao esperado (SOARES, 1999, p. 36).

Como se pode evidenciar, pela análise de Soares (1999), o financiamento da educação por meio do BM no Brasil não foi visto com bons olhos pelos pesquisadores de educação. Nos estudos, realizados por S. Haddad (2008) e Soares (1999) verifica-se que os financiamentos não trouxeram grandes vantagens à educação nacional.

Nesta dimensão analisa-se como o BM, na década de 1990, abarca a EaD: O programa de gestão e aprendizagem escolar (Gestar), financiado pelo BM, utilizava recursos de educação a distância e atendia professores de 1ª a 4ª séries de escolas públicas, e posteriormente, professores de Matemática e Língua Portuguesa de 5ª a 8ª série (S. HADADD *et al*, 2008, p.26).

Em conformidade com as recomendações do BM de investir na EaD, na década de 1990, a Secretaria de Educação do Estado do Ceará implementa o telensino, como uma proposta, segundo ela comprometida com o humanismo pedagógico que implica na formação de alunos solidários, participativos, críticos, criativos, autônomos e reflexivos, que utilizam os recursos tecnológicos com o melhor tempo e ritmo (S. HADADD *et al*, 2008, p.36).

No entanto, Bordião (2000) fez um estudo do Telensino no Ceará e diz que:

O que se percebe é que, no âmbito do Telensino, as escolas têm problemas porque devem se enquadrar nas cronometragens televisivas, não podem definir os temas curriculares a serem trabalhados, e os seus professores não podem, igualmente, escolher as abordagens pedagógicas para os conteúdos disciplinares, tendo, de se restringir a uma pouco atraente rotina diária (p.13).

O estudo de Bordião, dentre outros, sugere uma reflexão sobre as propostas do BM em relação ao desenvolvimento da EaD no Brasil, implantada sob a concepção que esta modalidade de educação seria um forma de equalizar as oportunidades aos cidadãos, de forma a massificar a educação.

No ensino superior, o BM investiu na internacionalização, alegando que o crescimento da educação é um meio de ampliar o acesso ao ensino superior no mundo e qualificar a educação superior onde seu nível ainda era considerado fraco (SILVA *et al*, 2008, p. 97). Expandido a idéia de que a internacionalização da educação somasse apenas pontos positivos no ensino superior brasileiro, omitindo a intencionalidade do comércio entre as faculdades, a invasão de culturas estrangeiras, e a decadência que esta internacionalização acarretaria às universidades brasileiras.

O BM trata a EaD como um meio de padronizar a educação, e comercializá-la de diferentes formas ultrapassando as fronteiras físicas dos países, em sua proposta, propunha e incentivava acordos entre países para a oferta e validação de certificados de cursos ofertados por meio da EaD.

É cada vez maior a presença dos investidores estrangeiros na educação latino-americana: grupos empresariais compram universidades particulares e oferecem cursos a distância sem garantir qualidade de ensino ou a validação do diploma no país (SILVA, *et al*, 2008, p. 92). [...] só no Brasil, os investimentos acumulados em ensino a distância no mundo corporativo chegaram a US\$ 80 milhões em 2005. O número de cursos superiores a distância credenciados teve uma expansão gigantesca: passaram de 11 em 2001 para 77 em 2004 (SILVA, *et al*, 2008, p. 104).

A EaD, regulamentada inicialmente no Brasil pela LDB 9394/96 e posteriormente pelo Decreto 5622/05, cresce nacionalmente propiciando maior atendimento populacional. Anteriormente a sua regulamentação a EaD fazia parte da vida dos brasileiros, por meio de cursos privados.

O financiamento do BM e a oferta, pelo Governo Federal, de diferentes programas em EaD, são fatores que contribuíram para a expansão da EaD nacionalmente.

As características de qualquer modalidade de educação estão intimamente imbricadas com o processo de globalização e com as determinações oriundas de organismos internacionais multilaterais (MOROSINI, 2005, p.6).

O processo de educação formal a que se submete a população influencia diretamente na sua formação e consciência do que pode ser aceito ou não. Quando se pretende algo por organismos internacionais, a forma de garantia da aceitação dos objetivos destes organismos é o repasse deles por meio da educação.

Faria e Toschi (2009, p.1-6) questionam a relação da EaD com as políticas de internacionalização da educação superior e a sua liberalização na Organização Mundial do Comércio (OMC). Afirma que, neste processo, a EaD é vista como um bem comercializável, comprometendo a educação da situação de direito público, juntamente com a legislação e qualidade uma vez que o lucro pode ser o maior objetivo.

Neste contexto, a educação a distância é contraditória. Ao mesmo tempo em que é suscetível à mercantilização, tem méritos que precisam ser considerados: democratização do acesso, incorporação das tecnologias, mudanças nos currículos, mediações pedagógicas baseada no diálogo, a formação para a autonomia, dentre diversos outros aspectos positivos (FARIA e TOSCHI, 2009, p.2).

A EaD é destacada como uma modalidade de educação que permite o comércio, que incentiva a aquisição de tecnologias e, conseqüentemente, contribui para a instalação de uma cultura tecnológica favorável ao consumo, porém, facilita e democratiza o acesso à educação.

No entanto, o BM e a OMC intencionavam a expansão da EaD no Brasil de forma a democratizar as oportunidades aos cidadãos mas, massificando a educação, na formação de cidadãos para o consumo sem a preocupação em promover uma educação reflexiva. Substituindo os investimentos nos docentes pelo desenvolvimento e a aplicação de tecnologias a serem utilizadas durante as aulas. Reforçava a EaD como modalidade de educação imediatista implementada para atender emergências de formação da população, e principalmente atualização docente, sem a necessidade de se preocupar com a qualidade da educação ofertada.

Para Lima (2009), a educação a distância, desde 1990, é configurada pelos organismos internacionais de forma a massificar a educação, que é “concebida como transmissão de informações, treinamento, instrução e capacitação, absolutamente desarticulado da pesquisa e da produção de conhecimento (p.1).” Características que configuram a EaD como um “mercado educacional” (aspas da autora). A autora estabelece também uma relação entre as instituições públicas e privadas que ofertam a EaD:

Se nas instituições de ensino superior (IES) privadas a massificação e a mercantilização encontram intenso ponto de articulação, nas IES públicas, ainda que parte significativa dos cursos a distância não seja paga, está presente a mesma lógica de massificação do ensino e de certificação em larga escala, norteadora das políticas dos organismos internacionais e do setor de “serviços educacionais” (p.2).

Este relato da autora contribui para a reflexão sobre objetivo da oferta da EaD, nas visões da OMC e do BM, como a mercantilização, modificando o objetivo de formação das instituições educacionais, seja nas instituições privadas ou públicas, alterando a estrutura de oferta da educação.

Paro (2008, p.15) diz que nas escolas existem as atividades meio (que dão sustentáculo às atividades-fim) e atividades-fim (que se dão na relação direta entre educador e educando). Com a ênfase dada às tecnologias, pelo BM, a atividade-fim descrita por Paro não era a mesma proposta pelo BM, havia uma inversão das atividades, pois na visão do BM a aquisição e utilização das tecnologias na escola faziam parte da atividade-fim, do objetivo da escola.

Organismos internacionais têm, na atualidade, incentivado reformas educacionais que caminham no sentido de articular a educação escolar ao novo patamar de acumulação de capital, denominado, grosso modo, como reestruturação produtiva. Retoma-se, assim, a função adaptativo-educativo do Estado na qual os cidadãos, cada vez menos definidos em relação aos direitos sociais, políticos ou econômico e mais em função de suas

potencialidades de consumo, articulam sua inserção no mercado de trabalho a partir de uma suposta capacidade “camaleônica” de acompanharem as mudanças no mundo do trabalho (SOUSA JUNIOR, 1999, p.5).

Comungando a idéia de Sousa Junior (1999) de que o cidadão estava sendo preparado para a acumulação de capital, reestruturação produtiva e para o consumo, a educação estava sendo vista como um negócio, uma prestação de serviço. A EaD como forma de expansão do comércio da educação, a formação do indivíduo como mercadoria a ser negociada, promovendo a falsa percepção de que com a expansão da EaD, a educação é mais um serviço prestado à comunidade, e não um direito constituído pela Constituição Federal e necessário à população.

Nesta visão da educação como serviço, em vez de direito, passa a ser considerada uma mercadoria para comércio. “A mercadoria é a forma que os produtos tomam quando essa produção é organizada por meio da troca” (BOTTOMORE, 1983, p.265).

No pensamento marxista em relação ao sistema capitalista, a mercadoria possui uma duplicidade de valores, ela não é vista apenas como o produto natural propício à troca, ela carrega consigo os meios de produção, as formas de trabalho das pessoas envolvidas, a intenção de acumulação de capital pelos proprietários, e também o seu valor de uso, que é a forma de utilidade desta mercadoria pelo cidadão e pela sociedade.

A EaD, vista como mercadoria, perde totalmente a intencionalidade de educação para a formação do ser humano em seu contexto amplo. Dessa maneira, ela se reduz a um produto de troca comercial, no qual a pessoa paga financeiramente para a realização de um curso em troca de um certificado que seja necessário para introduzi-la ou mantê-la na sociedade como cidadão graduado ou capacitado para o mercado de trabalho. Perdendo, assim, a finalidade que concerne a educação compreendida por Paro (2001):

A educação, entendida como a apropriação do saber historicamente produzido, é prática social que consiste na própria atualização cultural e histórica do homem. Este na produção material de sua existência, na construção de sua história, produz conhecimentos, técnicas, valores, comportamentos, atitudes, tudo enfim que configura o saber historicamente produzido (p. 92)

A EaD, como forma de educação, está inserida nesta concepção de formação humana, proposta por Paro, na construção de seu saber histórico, não pode ser oferecida

como uma mercadoria e, sim, deve fomentar a elaboração do saber cultural, humanístico do cidadão.

Mesmo com os aspectos positivos que a EaD promove, como: “a democratização do acesso, incorporação das tecnologias, mudanças nos currículos, mediações pedagógicas baseada no diálogo, a formação para autonomia” citados por Faria e Toschi (2009, p. 2), a visão que o BM transparece sobre a modalidade de EaD despreza as necessidades de qualificação das pessoas envolvidas na oferta e implantação e a adequada utilização das tecnologias, reduzindo-a a uma modalidade de educação que objetiva apenas uma rápida qualificação do ser humano de forma a elevar os índices estatísticos educacionais do país.

O desenvolvimento da EaD tem como característica exclusiva, a maneira como é utilizado o espaço físico entre os envolvidos, com o fim de gerar, promover e implementar situações e condições de aprendizagem, negando o fato de ser uma facilitadora do reducionismo da educação como serviço ofertado.

2.6. A EaD como política pública

No atual contexto do Governo Federal, a EaD tem se expandido como uma crescente política pública de educação, por meios dos diversos programas disponibilizados e incentivados para a aplicabilidade nas instituições, dos quais destaca-se a UAB e o e-Tec, pela sua amplitude de atendimento nos níveis superior e técnico, respectivamente. Castro (2005) observa que:

A educação a distância vem adquirindo reconhecimento como uma modalidade de educação apropriada para o alcance de metas de políticas públicas, especialmente em países como o Brasil, onde há grande dispersão geográfica dos alunos (p.1).

O autor revela uma característica de acesso a EaD como política pública no que tange países com grande extensão territorial, como o Brasil. A flexibilidade temporal e física atribuída à EaD, fez com que ela se inserisse como meta das políticas públicas nacionais. Faz-se, a seguir, uma breve análise do que seja uma política pública;

Pelo dicionário de Sociologia (JOHNSON, 1997):

Política é o processo social através do qual o poder coletivo é gerado, organizado, distribuído e usado nos sistemas sociais. Na maioria das sociedades, é organizada sobretudo em torno da instituição do Estado (p. 178).

Cruz (s.d.) define público como:

[...] a conceituação do que seja público remonta à civilização grega. Na polis grega o espaço público é a esfera de ação do cidadão, é o espaço onde se compete por reconhecimento, precedência e aclamação de idéias. É nesse ambiente, com condições de homogeneidade moral e política e de ausência de anonimato, que existe a perseguição da excelência entre os iguais (p.1).

O espaço do público clama pelas políticas a serem implementadas. Neste contexto, a EaD vem se consolidando, cada vez mais, como política pública nas esferas: federal, estadual e municipal de governo.

Dallari (1999, p.8) afirma que política é a vida em comum, as regras de organização dessa vida, aos objetivos da comunidade e às decisões sobre todos esses pontos. “Para Aristóteles, a política era uma continuação da ética, só que aplicada à vida pública” (COTRIM, 2010, p. 265). Como se pode verificar, os estudos propõem o termo política remetendo ao termo público, ou seja, uma ação no campo público.

“Um relance sobre as mudanças sociais globais revela que o sistema das procuras e expectativas em relação aos sistemas de formação está em plena redefinição, a nível internacional” (HUTMACHER, 1995, p.47). A EaD como política pública merece uma grande reflexão, a educação está inserida no contexto social e político, como uma variável capaz de influenciar ou até determinar o modo de vida de uma determinada população, não somente nacionalmente, mas também internacionalmente.

Cunha (1980) considera que: “A educação é reconhecida como uma variável, política estratégica capaz de intensificar o crescimento de renda, produzir a modernização ou construir uma sociedade justa (p. 16).”

A EaD, como mais uma forma de se construir educação, se insere no contexto político da sociedade, na formação de pessoas. Desde 1980 Cunha diz que a educação pode prever os possíveis níveis de desempenho intelectual e técnico. Vianna e Unbehaum (2004) analisam as políticas públicas sociais nas décadas de 1980 e 1990 como:

[...] redefinição de rumos evidenciada ao se compararem as décadas de 1980 e 1990: uma repleta de conquistas de direitos sociais, garantidos pela nova Constituição, outra marcada pelas reorientações políticas sob a ótica neoliberal [...] com a introdução de reformas neoliberais que viriam a afetar as políticas sociais voltadas para as populações mais pobres, repercutindo nas políticas públicas de educação (p.7).

A política educacional de EaD objetiva ampliar o acesso à educação e não apenas a manipulação de classes sociais, ou reforço das já existentes, não pode estar direcionada ao atendimento de determinada população com poder financeiro restrito.

Cunha (1980) ressalta que a função social do governo enquanto autoridade é a de permitir a cada indivíduo o desenvolvimento de seus talentos, em competição com os demais, ao máximo de sua capacidade (p.28). Essa competição citada pelo autor concorre com a promoção de uma sociedade igualitária de direitos e de acesso à educação. Afonso (2001) observa que:

As políticas educacionais, até muito recentemente, eram políticas que expressavam uma ampla autonomia de decisão do Estado, ainda que essa autonomia fosse, necessariamente, a resultante das relações (complexas e contraditórias) com as classes sociais dominantes, e fosse igualmente sujeita às demandas das classes dominadas e de outros actores colectivos e movimentos sociais. Todavia, ainda que, cada vez mais, haja indicadores que apontam para uma crescente diminuição dessa autonomia relativa, continua a ser necessário fazer referência ao papel e lugar do Estado-nação, mesmo que seja para melhor compreender a sua crise actual e a redefinição do seu papel - agora, necessariamente, tendo em conta as novas condicionantes inerentes ao contexto e aos processos de globalização e transnacionalização do capitalismo (p.3).

No Brasil, vivencia-se uma sociedade capitalista, na qual a promoção do lucro sobrepõe à valorização do humano. Esta forma de vida da atual sociedade perpassa pela educação formal. Cunha (1980) ressalta as conexões da escola promovidas pela sociedade capitalista: a prática – aquilo que a escola realmente faz – e a ideologia vigente a respeito da sua função social - as conseqüências dela esperadas. Ressalta também que a sociedade capitalista concede à escola a função de reclassificar as pessoas oriundas das diferentes classes sociais, conforme suas motivações e potencialidades.

J. Souza Junior (2010) explica como essa sociedade capitalista consolidou um caráter educativo.

O processo histórico através do qual os trabalhadores se transformam numa massa que sintetiza de maneira mais universal a alienação e exploração do capital e sobre a qual, conseqüentemente, repousam as principais condições para unificar as diversas formas de ser das classes trabalhadoras na perspectiva da superação do capital, ou seja, o processo histórico que cria a massa de trabalhadores como classe social potencialmente revolucionária é em si mesmo processo histórico com forte caráter educativo, dentro do qual aparece com força a categoria trabalho, como categoria central (p.3).

Pelo texto do autor infere-se a existência da divisão das classes sociais e a ideologia entorno da acumulação do capital, situações que reforçam o processo educativo colaborando com o sistema capitalista.

“A política educacional do Estado, desde há muito, manifesta seus propósitos de estamentalização cada vez mais disfarçadamente” (CUNHA, 1980, p.237). “A educação deverá cumprir funções políticas e ideológicas que consolidam a funcionalidade do Estado” (LIMA e HETKOWSKI, 2003, p.8).

Sobre o papel do Estado na oferta da educação, Hamze (2010) observa que:

A educação como função do Estado é eminentemente um fenômeno histórico e político. A escola pública que temos é a escola pública que o Estado nos quer contemplar, e este é o objetivo da dominação ideológica e da manutenção da ordem social. A escola que queremos, não é aquela que o Estado capitalista quer (p.2).

É relevante a contínua reflexão sobre o papel da escola como promotora da educação e colaboradora para uma sociedade igualitária de direitos. No entanto, os autores Cunha (1980), Hamze (2010), Lima e Hetkowski (2003), em diferentes épocas, preocupadamente relatam a educação formal, da escola, como reprodutora da ideologia dominante, a do sistema capitalista.

Dallari (1983, p.16) assevera que “qualquer convivência humana cria a possibilidade de conflitos”, que é necessário uma organização social que abraque os conflitos, buscando soluções para as divergências e respeitando à individualidade de cada um.

A educação como uma instituição social ofertada como política pública, objetiva gerar reflexões acerca dos conflitos e também respeitar as individualidades e promover o acesso à formação enquanto ser humano, e não o reforço da divisão das classes sociais.

Na educação é visível a ideologia das políticas educacionais. Lima e Hetkowski (2003) consideram as questões básicas da educação como questões técnicas em função

da eficácia/ineficácia, eficiência/ineficiência na gestão dos recursos materiais e humanos o que promove a aparência de uma gestão descentralizada, perdendo todo o conflito que gera a reflexão na escola e se legitimando pela cooperação que viabiliza a produtividade. A EaD vem se consolidando pela articulação dos conceitos da empregabilidade e competência, como a utilização das tecnologias, limitando o caráter socializador e reflexivo da educação.

No período de 2004 a 2008, houve um aumento de 309.957 estudantes, em EaD, para 1.075.272 (SALES, 2010). Com esta expansão nacional, a EaD não pode ser mais uma modalidade para reforçar a sociedade capitalista para cumprir ideologias de uma classe, mas uma educação que possa promover a autonomia, a reflexão e decisão de seus envolvidos.

Para Falcone (2010):

A expansão da educação a distância é parte da política de Estado, inspirada nas recomendações dos órgãos de fomento, advindas do relatório feito para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), de autoria da Comissão Internacional da Educação, coordenada por Delors (2006) sobre a educação para o século XXI (p. 7).

A autora questiona a orientação da expansão da EaD fundamentada nos mesmos princípios exigidos pelos trabalhadores de empresas, sob a ótica da produtividade e não da criticidade, negando a abordagem do conflito promotor do conhecimento.

A perda do conflito necessário à reflexão, promovida pela educação descaracteriza a formação crítica do ser humano, reduzindo esta formação de um cidadão crítico para a convivência em sociedade a um indivíduo que recebe diferentes informações e se ocupa apenas do seu interesse individual junto a sociedade.

A promoção da ideologia do sistema capitalista firma as conexões citadas por Cunha (1980), pois há uma diferença entre o que a escola faz e o que se espera que ela faça.

A EaD tem sido amplamente divulgada como uma política do atual Governo Federal para uma maior democratização do ensino a população.

Os programas do Governo Federal de maior abrangência para formação da população diretamente são o e-Tec Brasil e a UAB. Estes dois programas nas atuais

políticas educacionais correspondem, respectivamente, à educação profissional de nível técnico e à educação superior.

As políticas educacionais perpassam por toda uma regulação, a qual as instituições educacionais são submetidas. Estas instituições estão inseridas no sistema educacional brasileiro, devendo, portanto cumprir as determinações deste sistema, a legislação vigente. Para Barroso (2005): a atual difusão, no domínio educativo, do termo "regulação" está associada, em geral, ao objetivo de consagrar, simbolicamente, um outro estatuto à intervenção do Estado na condução das políticas públicas (p.3).

As políticas públicas utilizam a regulação como se fosse um acompanhamento dos programas ofertados pelo Governo.

A regulação tem sido objeto de grandes discussões nos meios políticos, mais especificamente governamentais, envolvendo os poderes constituídos, os empresários e as organizações de usuários de serviços regulados, bem como outros setores da sociedade. (OLIVEIRA, 2005, p. 753)

As instituições públicas respeitam as regulamentações e pertencem a uma esfera pública de Governo: federal, estadual ou municipal, sofrendo as limitações e benefícios propostos.

Estas esferas públicas são lideradas por indivíduos políticos, eleitos pelo povo e pertencentes a um determinado partido político.

Dallari (1999) afirma que os partidos políticos são organizações sociais que pretendem orientar as pessoas na tomada de decisões políticas, agrupando opiniões semelhantes. As pessoas eleitas pelo voto, considerado como uma participação política do cidadão; passam a desempenhar funções públicas, que também é uma participação política, e têm a sua própria existência justificada por necessidades ou conveniências de uma coletividade (p.55-65).

As pessoas que ocupam os cargos públicos e executam funções públicas estão à frente do serviço público com elevada participação política. Estas pessoas conduzem a elaboração, oferta e implantação dos projetos, inicialmente propostos pelos partidos políticos.

Ao ocupar um cargo público as pessoas são dotadas de algum tipo de poder de decisão, orientação, julgamento, dentre outros. Para Cotrim (2010), o poder dota os indivíduos de meios com a capacidade de exercer influência ou domínio, e por esses meios alcançar os efeitos que desejar. A maneira que o indivíduo dotado deste poder público utiliza os meios disponíveis, pode facilitar ou dificultar a implantação da

política pública educacional de forma a propiciar uma estrutura de oferta que permita a formação holística do cidadão, e não restrinja esta formação ao mundo do trabalho.

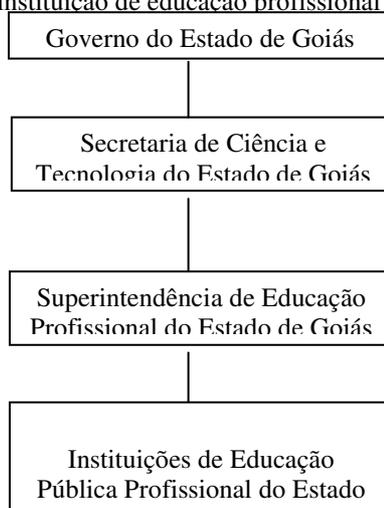
A próxima seção refere-se à SECTEC, à qual se vinculam a UEG e CEPA, que oferecem cursos a distância.

2.6.1. A Secretaria de Ciência e Tecnologia (SECTEC) do Estado de Goiás no processo de implantação de cursos técnicos em EaD

Para a implantação de um programa do Governo Federal em instituição de Educação Municipal ou Estadual, é necessária uma proposta que abranja os direitos e deveres de cada uma das partes e um convênio assinado entre ambas, para que se inicie o desenvolvimento das ações.

O afinco e conhecimento da superintendente, que ocupava a superintendência em 2007, sobre o programa e-Tec era visível durante as reuniões, das quais participei na íntegra, os questionamentos eram sempre respondidos, no entanto, por questões políticas, o Secretário do Estado, que era superior à superintendente foi substituído no segundo semestre de 2009 e, posteriormente, esta superintendente também foi substituída no início de 2010. O CEPA e o CEPSS, instituições de educação profissional responsáveis pela implantação e desenvolvimento do program e-Tec, neste íterim, também trocaram de secretaria, pois eram vinculados à Secretaria de Estado de Educação do Estado de Goiás (SEDUC) e passaram a ser vinculados à Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás (SECTEC). Para que se entenda melhor esta hierarquia, segue o organograma atual das instituições de educação profissional estaduais em Goiás (CEPs).

Figura 01: Organograma de instituição de educação profissional do Estado de Goiás



Fonte: Organizado pela autora, 2010

Braga Filho (2010), ex-secretário de Ciência e Tecnologia afirmou:

Hoje o ensino profissional está inserido noutra contexto, o que favorece o acesso e permanência do jovem e do adulto nesse campo educacional. A tarefa de ministrar educação profissional não está restrita apenas ao governo federal. Agora há outros governos envolvidos. E, nesse sentido, Goiás tem tido avanços consideráveis, pois a partir de 2008 apresenta um processo de aceleração que repercute em mudanças significativas na educação superior e profissional. A partir de maio do respectivo ano, a educação profissional, até então sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação, passou à jurisdição da Secretaria de Ciência e Tecnologia (SECTEC) (p.8).

Na visão de Braga Filho (2010), as instituições de educação profissional estaduais estão em constante avanço no atendimento à população, permitindo ao estado autonomia de atuação na área de profissionalização.

As instituições de educação profissional, que estão inseridas e subordinadas a um contexto estadual, podem aderir a um programa do Governo Federal. Este deveria, em teoria, ser um processo menos burocrático objetivando o bom atendimento à população, ou seja, questões políticas partidárias não poderiam influenciar as questões educacionais, daí a importância de que se construam políticas de Estado sólidas e não apenas políticas de governo.

Na prática, para que uma instituição pública desenvolva suas atividades é necessário ter as condições para tal. Estas condições são propiciadas pelo sistema educacional no qual está inserida, comprovando que a vontade do gestor da instituição e de sua equipe é insuficiente, pois é necessária a adesão não somente da instituição, mas também do sistema ao qual a instituição se vincula.

A Constituição do Estado de Goiás assegura que:

Art. 158: O Estado aplicará, anualmente, no mínimo 28,25% (vinte e oito e vinte e cinco centésimos por cento) da receita de impostos, incluída a proveniente de transferências, em educação, destinando pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) da receita na manutenção e no desenvolvimento do ensino público, na educação básica, prioritariamente nos níveis fundamentais e médio, e na educação profissional, e os 3,25% (três e vinte e cinco centésimos por cento) restantes, na execução de sua política de ciência e tecnologia, inclusive educação superior estadual.

Estão garantidos pela Constituição do Estado de Goiás os recursos financeiros para a oferta da educação profissional nas instituições educacionais estaduais.

Com as alterações do pessoal de primeiro e segundo escalão do governo estadual, no ano de 2010, o gestor da instituição permaneceu o mesmo, no entanto, isto não foi suficiente para a imediata implantação e desenvolvimento da EaD na instituição. Uma das ações, como os cursos técnicos oferecidos na modalidade de EaD no estado de Goiás estavam previstos para início em meados do ano de 2008, foi postergada até meados de 2010, e posteriormente para março de 2011.

A adesão a EaD foi aprovada para atendimento a cinco mil pessoas no Estado de Goiás, por meio das duas instituições (CEPA e CEPSS), conforme publicado no Diário Oficial da União, em 29 de fevereiro de 2008. No entanto, a formação destas pessoas, ou toda a educação está subordinada a ações políticas. Ouso afirmar que se a pessoa que assumir tiver compromisso e conhecimento dos projetos que estão acontecendo pode priorizar tais, se não tiver, precisa ser sensibilizada e convencida para tal.

As eleições que afetam a população nacionalmente de dois em dois anos, seja em nível municipal, estadual ou federal, interferem diretamente na política educacional que está sendo aplicada pelas instituições, a impressão que causa é que cada “governo”, prioriza determinada ação educacional em detrimento a outras ações.

Cada governo, é eleito por meio de um partido político, opta por trabalhar com pessoas que possuem ideias semelhantes, como exposto por Dallari (1999). Logo após as eleições começam as substituições das pessoas que ocupavam os cargos do governo anterior, por pessoas que supõe possuírem ideias semelhantes as do governo eleito. Surge, então o questionamento quanto às pessoas escolhidas como responsáveis pela implantação de políticas públicas educacionais.

As substituições das pessoas, como a ocorrida com a superintendente de educação profissional do estado de Goiás no ano de 2010, ocasionam descontinuidade das ações, o que é diretamente responsável pelas ações educacionais. Estas substituições compartilham da responsabilidade pelos insucessos, merece total atenção, pois as estratégias de aplicação dos projetos educacionais fundamentam-se nas deliberações tomadas pelas pessoas envolvidas nos cargos indicados pelo governo eleito. Indicam-se diversos outros aspectos para estes insucessos não abordados aqui, como a falta de formação adequada dos profissionais, baixos salários, ausência de recursos financeiros, dentre vários outros.

Estes aspectos influenciam diretamente na escolha dos gestores das instituições que aderem, elaboram a proposta, participam e implementam os editais propostos pelo MEC/ Governo Federal.

A multiplicidade das reivindicações e a situação estrutural de escassez requerem certas estratégias para que as escolhas entre as diversas alternativas de políticas sejam sancionadas e legitimadas pelos cidadãos. Os mediadores deste processo são os partidos políticos, através dos seus programas e candidatos [...] Portanto são os eleitores quem sancionam, por meio do voto e da eleição, os representantes legítimos dos seus interesses. (AZEVEDO, 2004, p.25)

Azevedo (2004) partilha a sociedade à responsabilidade de suas escolhas, pelo voto individual, atualmente, os políticos eleitos elegem as prioridades sociais para suas campanhas eleitorais. Fundamentados nestas prioridades é que são feitas as propostas e os programas de governo. Legitimando o desejo da parcela da sociedade que o elegeu.

O estudo da educação, na qualidade de uma política pública, necessariamente implica o enfretamento dessa tensão. A política educacional definida como *policy* – programa de ação – é um fenômeno que se produz no contexto das relações de poder expressas na *politics* – política no sentido da dominação – e, portanto, no contexto das relações sociais que plasmam as assimetrias, a exclusão e as desigualdades que se configuram na sociedade (AZEVEDO, 2004, p.VIII).

A relação de poder entre as pessoas responsáveis pelo acompanhamento das políticas educacionais é evidenciada na implantação de um programa educacional em uma instituição pública.

A educação está plenamente inserida no contexto político, é um direito do cidadão garantido pelo Estado, está presente na intencionalidade das políticas implementadas em cada governo, pelas ações de cada governante.

É na articulação entre o estabelecimento de ensino e as outras componentes do sistema educativo que os responsáveis políticos e administrativos detêm um certo poder, pelo menos se estiverem dispostos a reconsiderar o contrato de delegação e a escolha dos métodos de controlo. Em vários países, esta questão encontra-se no centro do debate sobre as políticas educativas (HUTMACHER, 1995, p.55).

Como demonstra o autor a descontinuidade das políticas educacionais é motivo de debate e preocupações. A educação reforça o sistema capitalista mundial, uma das mais relevantes questões eleitorais, não pode ficar a mercê da relação de poder existente entre os diferentes políticos, focada em formar consumidores, ao invés de cidadãos críticos, capazes e atuantes na sociedade.

O questionamento de a Educação formar o cidadão para a vida em sociedade, promovendo uma “servidão social” surge pelo fato desta sociedade simplesmente

legitimar o atual sistema capitalista e cada vez mais afirmar a disparidade das classes sociais, sem que a educação possa, pelo menos proporcionar condições para que os indivíduos participem e atuem na sociedade de forma igualitária, e não apenas que alguns sejam: “os proprietários”, “burgueses” “produtores” e outros “força produtora”, “operários”, “mão-de-obra”, mas sim que todos sejam tratados como humanos, e como humanos que são, possuam condições de escolha própria de sua liberdade.

É um sentido de liberdade que no senso comum, é sinônimo de espontaneísmo, de permissão para se fazer aquilo que se deseja, desde que se obedecem certas regras. Só que, neste caso, trata-se das regras do mercado, que independem da ação dos homens organizados como sujeitos e representados pelo Estado ou outra entidade que seja seu porta voz enquanto vontade coletiva. Trata-se, portanto, de uma liberdade natural (apesar do contra-senso da expressão, como veremos adiante): é a liberdade do pássaro para voar, mas é também a liberdade do leão para devorar o cordeiro (PARO, 1999, p. 103).

Paro (1999) considera que a liberdade não pode ser a proposta pelo sistema capitalista, quando fala em liberdade natural é o domínio da necessidade, sem a interferência humana. A educação precisa promover a liberdade construída reflexiva, que permite ao homem tomar decisões conscientemente de suas ações.

Esta liberdade não é aquela visada pelo sistema capitalista, de incentivo de consumo, de aquisição de novas tecnologias, mas é uma liberdade esclarecedora que possa permitir ao cidadão condições para que qualquer cidadão participe da sociedade conscientemente.

A liberdade de formação do cidadão está relacionada com o contexto político educacional e, conseqüentemente, com a liderança política que assume o poder com os meios de se alcançar e realizar objetivos. No Estado de Goiás a implantação do e-Tec Brasil foi, influenciado pela política abordada no presente texto.

A SECTEC no Estado de Goiás, por meio das instituições de educação profissional: CEPA e CEPSS foi a responsável por implantar e expandir o programa e-Tec. No entanto, até meados de 2010, não iniciaram os cursos propostos desde 2007. As alterações das funções políticas interferiram diretamente nas ações das instituições: CEPA e CEPSS.

O convênio que deveria ter sido assinado, entre a SECTEC e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), ficou para análise após as eleições de 2010, pois não poderia haver liberação de verbas públicas em período de eleição.

Todas estas questões consideradas políticas adiaram a formação da quantidade de alunos previstos no projeto de adesão ao e-Tec no Estado de Goiás.

Capítulo III - A Educação a Distância no Município de Anápolis

Neste capítulo será apresentado o processo de adesão ao e-Tec no município de Anápolis e como se deu a adesão e implantação da UAB no município, por parcerias entre a UnB e UFG no Polo UAB Anápolis, e os cursos oferecidos em EaD na UEG, demonstrando as formas de organização para a gestão da EaD em Anápolis.

Para esta pesquisa foram feitas visitas a UnUEAD/UEG, CEPA e Polo UAB Anápolis, com o intento de conhecer a realidade das instituições. A única instituição que atende alunos no município é o Polo UAB Anápolis, que funciona no CEFOPE.

No Polo UAB Anápolis foram aplicados questionários a 55 alunos de três cursos de graduação e um curso de especialização. Foram oito questionários aos tutores presenciais, dois questionários aos tutores a distância e um questionário à coordenadora do Polo UAB Anápolis, que exerce a função de coordenadora geral da instituição. Nesta instituição foi realizada entrevista também com a secretaria acadêmica e com a gestora do CEFOPE, que ocupa o mesmo espaço físico, com salas diferenciadas para atendimentos.

No CEPA foram aplicados questionários para: um gestor, dois coordenadores de cursos, uma supervisora de EaD, dois professores conteudistas. Devido ao curso não ter iniciado, não foi possível pesquisar os alunos e demais professores. Nesta instituição participei do processo de adesão e implementação dos cursos em EaD. Desde o início assumi a coordenação do Curso Técnico em Mídias Didáticas a ser ofertado em EaD, pela instituição. Santos (1986), ao analisar o princípio da incerteza de Heisenberg, afirma que “não conhecemos do real senão a nossa intervenção nele (p. 26)”. Esta minha participação na instituição me oportunizou a realização de uma pesquisa, na qual me constituiu parte do processo em desenvolvimento.

Devido ao não desenvolvimento dos cursos em EaD no CEPA e para conhecimento do programa e-Tec nas instituições, em âmbito nacional, que também aderiram ao e-Tec, aplicou-se questionários a nove gestores e 19 professores de diferentes localidades. Estes questionários foram aplicados presencialmente nos encontros nacionais do e-Tec, promovidos pelo MEC.

Lüdke e André (1986) consideram que quando se faz uma pesquisa como membro se aproxima “o mais possível da perspectiva dos participantes (p.28)”. No entanto, dessa forma, “o pesquisador fica com acesso limitado às relações estabelecidas fora do grupo ou às ligações do grupo com o sistema social mais amplo (p.28)”. Dessa

maneira, mesmo buscando manter a postura de pesquisadora no CEPA, para que fosse possível analisar “do lado de fora do processo” e ampliar minha pesquisa pesquisei, também, a UnUEAD/UEG e o Polo UAB Anápolis, instituições das quais eu não sou membro. Assim, pude realizar a pesquisa como membro do processo e como pesquisadora externa ao processo, contribuindo para uma pesquisa abrangente, de modo a obter os dados quantitativos como subsídios a realização da pesquisa qualitativa nas instituições do município de Anápolis.

Na UnUEAD/UEG foi realizada entrevista com a assessora da direção e com a coordenadora geral da UAB⁶, esta também respondeu ao questionário direcionado ao gestor da instituição. Foi realizada pesquisa no site institucional para descrição dos dados.

Por meio da pesquisa constata-se que Anápolis é um município inserido no contexto estadual e nacional e está em crescente desenvolvimento econômico. Este desenvolvimento econômico exige uma maior escolarização da população. Assim, a população do município busca por capacitações, cursos de aperfeiçoamentos, cursos técnicos e cursos de graduação, como forma de crescimento pessoal enquanto ser humano e, conseqüentemente, ascensão profissional. A EaD possibilita maior flexibilidade física e temporal, contribuindo para facilitar a constante formação do ser humano.

3.1. O contexto da EaD no município de Anápolis

Contextualizar a EaD no município de Anápolis, por meio de sua história, não é tarefa fácil, pois não se tem estudos suficientes, publicados sobre o município.

Ao realizar um estudo da história do município de Anápolis, Polonial (2007) afirma que:

[...] Nessa construção histórica, encontramos alguns obstáculos: primeiro, as poucas fontes disponíveis para pesquisa, o que compromete, em alguma medida, as respostas a algumas indagações feitas no início da investigação; segundo, os arquivos ou centros de documentação, incipientes e/ou precários, que, em geral, estão mais na fase de projetos do que realidade, sendo um fator inibidor da pesquisa; terceiro, quando a documentação é encontrada, em grande medida, está em precárias condições de preservação,

⁶ Segundo entrevista realizada na UnUEAD/UEG é a coordenadora geral da UAB quem responde pela UAB, forma de EaD ofertada na instituição.

às vezes, sem condição de leitura, impedindo uma interpretação adequada da mesma; e, por fim, a falta de uma política de preservação documental e a ausência de uma cultura que valorize o passado, que tanto está no setor público, quanto no setor privado, tudo contribuindo para a perda de documentos e da memória coletiva (p.9-10).

Como se pode verificar, a pesquisa e o registro de dados não fazem parte da cultura anapolina. Toschi e Anderi (2009, p.2) observam que: “a ausência de instituição de curso superior com preocupações com a pesquisa educacional faz com que apenas na década de 90 apareçam os primeiros estudos acadêmicos sobre a cidade”. Por isso, o presente estudo utiliza-se de diversas consultas a sites, jornais, e outras publicações periódicas, que possibilitassem a construção de um registro acerca do tema.

Anápolis é um município goiano, atualmente, ocupa o terceiro lugar em população do estado com 335.960 habitantes, 918,38 km² e o Bioma que predomina o município é o Cerrado (IBGE, 2009).

Toschi e Anderi (2009) fizeram um estudo na educação do município, realizando diferentes entrevistas:

[...] nesses relatos os impactos que a construção da estrada de ferro e as políticas de massificação da educação produziram na cidade. Como ainda conhecer as influências que a transferência da capital federal para o planalto central provocou na oferta de educação e também como as novas teorias educacionais foram incorporadas às práticas educativas dos professores da cidade (p.2).

As autoras dizem que, pelas entrevistas, foi possível identificar os impactos produzidos no município pela influência da construção da estrada de ferro e a transferência da capital do país para o Planalto Central, e ainda as políticas de massificação da educação. Todos estes fatores contribuíram significativamente para a necessidade de escolarização do cidadão anapolino.

O município está situado no Planalto Central, em uma posição estratégica para implantação de indústrias, visto a proximidade das capitais federal e goiana. Em função de sua localização privilegiada para o comércio do Centro-Oeste, ainda é o principal centro de comercialização de grãos do Estado, bem como o principal fornecedor de produtos hortifrutigranjeiros para a Central de Abastecimentos de Goiás-Ceasa (IBGE- Biblioteca, s.d., p.1).

O município é localizado entre a capital do Estado, Goiânia e a Capital Federal, Brasília; no centro do país, sendo um grande atrativo populacional, de comércio e indústrias. Como afirmam Costa Sobrinho e Castro (2008):

A cidade está em área privilegiada por ser eixo de ligação e cruzamento de rodovias federais, bem como por ser entreposto de mercadorias, especialmente, direcionada à região Norte do país. Sua localização é um dos fatores que fazem à dinâmica urbana dessa cidade. Onde com criação da rede de rodovias ligadas à capital federal permitiu à Anápolis a condição de entreposto comercial (p.1).

A localização do município contribuiu para seu crescimento econômico, atraindo indústrias para o local. A cidade tem o principal núcleo de indústrias do Estado - o Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA) - com quase 100 empresas e que hospeda o terceiro pólo farmacêutico do País e o Instituto de Gestão Tecnológica Farmacêutica (IGTF) (ACIA, 2010, p.1). O crescimento econômico do município exige maior habilidade profissional e, conseqüentemente, uma maior especialização da população local.

Romanatto (2007) fez um estudo sobre a competitividade dos municípios goianos e identificou que Anápolis é um dos municípios que está entre os quinze melhores no *ranking* da competitividade, pela sua capacidade econômica. No entanto, necessita aumentar a “atenção às políticas de geração de emprego e renda e de habitação” (p.4).

A escolarização da população e a formação profissional interferem nas políticas de geração de emprego. A população mais escolarizada⁷ tem a seu favor a possibilidade de apresentar maior consciência política, liberdade de escolha em suas ações e também maior capacidade profissional.

Apesar da exigência de maior escolarização, pode-se observar que no intervalo do ano de 2000 a 2009, houve uma diminuição do número de matrículas no município de Anápolis:

⁷ Considera-se aqui como população escolarizada a que adquiriu, por meio da educação formal, condições de consciência crítica e ativa.

Quadro 01 – Matrículas no Município de Anápolis

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total (alunos)	89.399	89.689	94.708	92.336	89.199	85.623	84.924	77.656	76.941	77.869
Matrículas no Ensino Fundamental - Total (alunos)	63.654	61.067	59.054	56.021	56.665	53.578	53.541	49.627	48.776	49.490
Matrículas no Ensino Fundamental - Federal (alunos)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Matrículas no Ensino Fundamental - Estadual (alunos)	36.047	32.600	29.345	26.263	19.205	16.679	14.333	12.321	11.175	10.997
Matrículas no Ensino Fundamental - Municipal (alunos)	21.585	22.590	23.552	23.695	25.934	25.466	26.479	26.081	25.602	25.571
Matrículas no Ensino Fundamental - Particular (alunos)	6.022	5.877	6.157	6.063	11.526	11.433	12.729	11.225	11.999	12.922
Matrículas no Ensino Médio - Total (alunos)	15.680	14.995	15.747	16.074	15.872	15.821	17.064	16.544	15.761	15.787
Matrículas no Ensino Médio - Federal (alunos)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Matrículas no Ensino Médio - Estadual (alunos)	13.724	13.088	13.783	14.113	13.553	13.378	14.138	14.167	13.072	12.860
Matrículas no Ensino Médio - Municipal (alunos)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Matrículas no Ensino Médio - Particular (alunos)	1.956	1.907	1.964	1.961	2.319	2.443	2.926	2.377	2.689	2.927
Matrículas na Educação Profissional - Total (alunos)	-	-	-	-	244	815	1.495	885	1.146	1.818
Matrículas na Educação profissional (nível técnico) - Federal (alunos)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Matrículas na Educação profissional (nível técnico) - Estadual (alunos)	-	-	-	-	-	-	-	370	223	136
Matrículas na Educação profissional (nível técnico) - Municipal (alunos)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Matrículas na Educação profissional (nível técnico) - Particular (alunos)	-	-	-	-	244	815	1.495	515	923	1.682
Matrículas na Educação de Jovens e Adultos - Total (alunos)	1.389	4.294	9.911	11.177	12.043	10.487	8.971	6.218	5.862	4.763
Matrículas na Educação de Jovens a Adultos - Federal (alunos)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Matrículas na Educação de Jovens a Adultos - Estadual (alunos)	853	3.200	5.557	6.367	7.478	6.730	5.794	3.889	3.784	3.229
Matrículas na Educação de Jovens a Adultos - Municipal (alunos)	160	308	3.283	3.631	3.652	2.863	2.741	2.265	2.033	1.534
Matrículas na Educação de Jovens a Adultos - Particular (alunos)	376	786	1.071	1.179	913	894	436	64	45	

Fonte: Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação (SEPIN,2010) – Adaptada pela autora

Observa-se, pelos dados apresentados, o aumento de matrículas na Educação de Jovens e adultos, cujo número de matrículas também é maior na rede particular de educação.

O quantitativo de instituições educacionais, da pré-escola ao ensino médio no período de 2000 a 2008, sofreu diferentes variações. Em 2004 ocorreu um decréscimo e em 2008 recuperou-se o número de instituições:

Quadro 02 – Número de Instituições Educacionais no Município de Anápolis

MUNICÍPIO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Anápolis	191	187	185	176	172	180	182	180	192
TOTAL: 1	191	187	185	176	172	180	182	180	192

Definição(s): Apresenta o número total de estabelecimentos de ensino. A soma de estabelecimentos de ensino pré-escolar, fundamental e médio.

Fonte(s): Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - MEC/INEP
Secretaria de Estado da Educação – SEE

O número de instituições apresentados abrange as instituições públicas e particulares do município de Anápolis no período de 2000 a 2008.

As instituições de nível superior do município de Anápolis estão aumentando notoriamente. Segundo os dados do SEPIN (2005), o município contava com seis instituições:

Quadro 03 - Instituições de ensino superior, por dependência administrativa e cursos, segundo os municípios

Municípios	Instituição	Dependência administrativa	Cursos
Anápolis	Centro Universitário de Anápolis – UniEvangélica	Particular	Graduação: Administração de Empresas; Administração:Finanças, Administração:Gestão Hoteleira, Administração: Marketing, Administração: Recursos Humanos, Ciências Sociais (bacharelado), Direito, Ciências da Computação, Matemática, Educação Física, Enfermagem, Fisioterapia, Geografia, História, Letras, Letras - Espanhol, Odontologia, Pedagogia, Biologia, Farmácia e Sistemas de Informação.
			Cursos Sequenciais: Higiene Dental e Gerência de Serv. Odontológicos, Prótese Odontológica, Gestão de Pequenas e Médias Empresas, Controladoria Empresarial, Relações Públicas - Gestão de Eventos, Etiqueta e Cerimonial, Gastronomia e Gestão de Serviços de Alimentação.
			Pós-Graduação (Especialização): Engenharia de Segurança do Trabalho, Fisiologia do Exercício, Gestão do Agronegócio, Noções de Saúde e Socorros de Urgência, Políticas Públicas sobre Drogas, Psicopedagogia, Reabilitação Cardiovascular, MBA em Empreendedorismo Social, MBA em Gestão Empresarial, MBA em Marketing e MBA em Pedagogia Empresarial.
	Faculdade de Filosofia São Miguel Arcanjo – FAFISMA (atualmente Faculdade Católica de Anápolis)	Particular	Graduação: Filosofia e Gestão Ambiental
			Pós-Graduação: Ensino de Filosofia, MBA em Direito Ambiental, MBA em Marketing e MBA em Recursos Humanos, Filosofia Clínica, Formação Filosófica.
			Cursos Sequenciais: Bioética, Ciências Morais e Religiosas, Cultura Filosófica Básica, Estratégia e Opinião, Ética e Gestão de Vendas, Fé e Razão, Filosofia da Cultura Científica, Filosofia e Ciência, Filosofia e História, Filosofia para Educadores, História do Pensamento Ocidental, Meio Ambiente e Bioética, Política.
			Cursos de Extensão: Alemão, Espanhol, Filosofia e Comunicação, Gestão de Eventos. Inglês, Italiano, Latim, Português e Oficina de Iniciação Teatral.
	Fundação do Instituto Brasil – FIBRA	Particular	Graduação: Administração de Empresas, Ciências Contábeis e Direito.
	Faculdade Latino Americana – FLA	Particular	Graduação: Administração Geral, Administração, Ciência da Computação, Direito, Enfermagem, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Fisioterapia, Letras, Medicina Veterinária, Psicologia, Normal Superior, Publicidade e Propaganda, Turismo. Área Tecnológica: Desenvolvimento de Sistemas, Redes de Computadores, Seg. Pessoal e Particular e Gestão de Recursos Humanos.
	Faculdade de Tecnologia do SENAI	Particular	Graduação: Tecnologia em Redes de Computadores, Tecnologia em Automação Industrial, Tecnologia em Química-Fármaco-Industrial.
			Pós-Graduação: Gestão Corporativa para Executivos, Gestão do Agronegócio, Segurança em Redes de Computadores, Logística Empresarial com Ênfase em Op. Logísticas, Gestão em Gerenciamento de Obras, Gestão Ambiental, Gestão da Produção e Gestão Empresarial.
	Universidade Estadual de Goiás – UEG	Estadual	Cursos Regulares: Ciências (Habilitação em Biologia), Ciências (Habilitação em Química), Química Industrial, Engenharia Civil, Engenharia Agrícola, Farmácia, Matemática, Arquitetura e Urbanismo, Tecnologia em Processamento de Dados e Sistemas de Informação, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis, Administração, Letras, História, Geografia, Pedagogia e Física.
			Lic. Plena Parcelada: Ciências (Habilitação em Biologia e Química), Matemática, Pedagogia, Geografia e Letras.
			Cursos Sequenciais: Gestão Pública, Gestão Sanitária e Ambiental, Tecnologias Radiológicas e Gestão de Trânsito
			Pós-Graduação: Ensino de Química, Ensino de Matemática, Gestão Universitária e Gestão Ambiental.

Fonte: SEPIN (2005)

Em 2007, Chiarotti organiza uma descrição da criação do município de Anápolis a sua consolidação como pólo universitário, a qual chamou de “Linha de tempo da evolução histórica de Anápolis”, descrita a seguir:

1870-Criação do povoado de Sant’Anna das Antas.
 1907-Elevação da Vila de Sant’Anna para a categoria de Cidade.
 1935-Auge da cidade enquanto celeiro regional e instalação da ferrovia.
 1976-Criação do Distrito Agroindustrial de Anápolis.
 2007 - Consolidação da cidade como pólo Universitário.

Pelo acréscimo das instituições de ensino superior no município, Chiarotti (2007) considera-o um pólo universitário, destacando as instituições de ensino superior:

UEG (Universidade Estadual de Goiás), o primeiro Centro Universitário de Goiás (UniEvangélica), FIBRA (Faculdades do Instituto Brasileiro), FLA (Faculdade Latino-Americana), Faculdade Raízes, FAFISMA (Faculdade de Filosofia São Miguel Arcanjo, hoje Faculdade Católica de Anápolis), Faculdade de Tecnologia Roberto Mange (FTRM), UVA (Universidade Estadual Vale do Acaraú), FACEC (Faculdade Central de Cristalina) e CORPO (Clínica de Orientação e Organização Psicanalítica = Pós – Graduação) e também os de Centros e Institutos de capacitação/qualificação de mão-de-obra como o sistema “S” (SENAI, SENAC, SEBRAE, SESI , SESC entre outros) (p.7).

No ano de 2010, o número de cursos de graduação e especialização aumentou nestas instituições. A UEG expandiu os cursos na modalidade de EaD, acompanha cursos pertencentes a UAB, e oferece diversos cursos de extensão em EaD.

Além das instituições de ensino superior citadas, Anápolis conta ainda, com pólos presenciais de outras instituições: UNOPAR, UNITINS, UNIP. Verifica-se o crescimento das instituições de ensino superior no município e maior oferta de cursos de graduação, seqüenciais e especialização.

Vale ressaltar que mesmo com toda esta estrutura educacional, muitas empresas trazem profissionais de outros estados para desenvolverem determinadas funções em suas empresas.

Em relação às instituições que ofertam EaD no município, credenciadas ou em fase de credenciamento, relaciono a seguir conforme as informações expostas pelo site do MEC – Sistema de Consulta de Instituições Credenciadas para Educação a Distância e Pólos de Apoio Presencial (SIEAD), os pólos para oferta dos cursos na modalidade de EaD. Conforme Decreto 5622/05 "O pólo de apoio presencial é o local de atendimento dos estudantes da educação a distância no município":

Quadro 04 - Sistema de Consulta de Instituições Credenciadas para Educação a Distância e Pólos de Apoio Presencial (SIEAD) – última atualização dos pólos em 12/07/2010

N.º	Nome do Pólo	Categoria	Instituição	Vencimento	Situação
01	Anápolis	Privada	Faculdade de Tecnologia e Ciências	16/07/2007	Prorrogado até o próximo ciclo avaliativo.
02	Anápolis	Privada	Universidade Paulista	09/11/2009	Em processo de credenciamento
03	Anápolis	Privada	Universidade Anhanguera – UNIDERP	29/11/2010	Em processo de credenciamento
04	Anápolis	Privada	Faculdade Educacional da Lapa	13/05/2008	Prorrogado até o próximo ciclo avaliativo
05	Anápolis	Privada	Universidade Norte do Paraná	20/02/2011	Credenciado
06	Anápolis	Privada	Universidade Anhanguera – UNIDERP	29/11/2010	Em processo de credenciamento
07	Anápolis - Col. Galileu	Privada	Instituto de Ensino Superior COC	29/08/2009	Em processo de credenciamento
08	Anápolis - Col. Auxilium	Privada	Universidade Católica de Brasília	30/12/2009	Em processo de credenciamento
09	Anápolis- Sociedade Educacional de Anápolis	Estadual	Universidade do Tocantins	16/07/2009	Descredenciada
10	Anápolis – Universidade Virtual Brasileira Rede Luiz Flávio Gomes	Privada	Universidade Anhembi Morumbi	29/12/2010	Credenciado
11	Anápolis PED – Amir Rodoválrio	Privada	Universidade Luterana do Brasil	03/04/2009	Prorrogado até o próximo ciclo avaliativo
12	IGCJ – Instituto Goiano de Ciências Jurídicas LTDA	Privada	Universidade Potiguar	03/04/2011	Credenciado
13	UNIFACS – Anápolis	Privada	Universidade Salvador	12/01/2009	Em processo de credenciamento

Fonte: MEC, 2010

Estes dados sinalizam poucas unidades em situação regular no credenciamento junto ao MEC.

Takahashi (2006) observa que apenas seis cursos reúnem 52% dos universitários no país, sendo eles: administração, direito, pedagogia, engenharia, letras e comunicação social.

No Estado de Goiás, as matrículas no ensino superior estão aumentando significativamente. Segundo os dados do INEP/2007, foi o estado da região Centro-Oeste com maior número de concluintes na modalidade de ensino superior, com 26574 concluintes em 811 cursos distribuídos em todo o Estado. O CensoEaD.BR (2010, p.95) registra 2850 alunos de cursos em EaD no ano de 2008 no Estado de Goiás.

Segundo o CensoEaD.BR (2010, p.2), no ano de 2008, as instituições da região Sudeste estão matriculados 42,8% dos alunos a distância do país, sendo que apenas o estado de São Paulo, com 30% dos alunos do país supera as regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste que, juntas, somam 22% das matrículas.

O Censo da Educação Superior (INEP/2009) divulgou a expansão da modalidade de educação a distância nacionalmente, ressaltando que na modalidade presencial 71% dos cursos são de bacharelado enquanto na modalidade a distância 50% são cursos de licenciatura.

Em nível nacional, o censo do INEP/2006 divulgou que o MEC registrava 207.206 alunos matriculados em cursos de graduação a distância, representando 4,4 % do total de matrículas do ensino superior do país.

Anápolis está inserida no contexto nacional e estadual descritos, a maior parte dos alunos da graduação é atendida pela modalidade presencial. Mas conta com duas grandes faculdades privadas: A Faculdade Latino Americana e o Centro Universitário UniEvangélica que são responsáveis pela oferta de cursos a grande parte da população anapolina.

Os cursos técnicos são ofertados, em sua maioria, pelas instituições do sistema S (SENAC e SENAI), e atualmente, também pelas instituições públicas: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, inaugurado no município de Anápolis no ano de 2010, e pelo CEPA, desde o ano de 2007.

A EaD é ofertada em Anápolis por meio de pólos de atendimento dos cursos oferecidos por instituições localizadas fora do município; e por acompanhamento de cursos ofertados em outros municípios, como o caso da UnUEAD/UEG.

Está se consolidando no município a oferta de cursos livres de extensão, de graduação e de especialização, não só nas instituições privadas. As instituições públicas implantaram a EaD, por meio de adesão a Programas propostos pelo MEC, para a oferta de seus cursos.

Nesta pesquisa me limitei a estudar, as instituições públicas que ofertam cursos em EaD por meio da adesão aos Programas Federais. Atualmente, tem-se três instituições públicas no município que ofertam cursos técnicos, de graduação e especialização em EaD. A seguir, apresento o estudo realizado em cada instituição.

3.2.O caso de implantação do e-Tec Brasil em uma instituição pública

O presente estudo mostra a realidade de uma instituição pública que já oferta a educação profissional na modalidade presencial e objetiva a implantação de cursos técnicos em EaD, por meio de adesão ao programa e-Tec.

3.2.1- Breve histórico do CEPA

O Centro de Educação Profissional de Anápolis (CEPA), fundado no ano de 2002 no município de Anápolis, é uma instituição pública do Governo Estadual de Goiás. Do período da sua fundação até a reforma administrativa do Estado de Goiás em maio de 2008, se vinculava à Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), quando passou a ser vinculada a Secretaria de Ciência e Tecnologia (SECTEC), tendo como seu Órgão Gestor da Educação Profissional a Superintendência de Educação Superior e Profissional.

Está instalado numa área total de 40.315.20 m² e área construída de 2.876.90 m², contemplando auditório para 125 pessoas, biblioteca, 11 salas de aula, 12 laboratórios e completa infraestrutura administrativa (SECTEC, 2009, p.1). Sua edificação se fez com recursos federais do PROEP – Programa de Reforma e Expansão da Educação Profissional:

Art. 1º - O Centro de Educação Profissional de Anápolis - CEPA, implantado em conformidade com o Programa de Reforma e Expansão da Educação Profissional do Estado de Goiás é um Estabelecimento de Ensino mantido pelo Poder Público Estadual por meio da Secretaria de Ciência e Tecnologia – SECTEC. (Regimento Interno, 2009)

Conforme seu Regimento Interno, desde o início de sua fundação oferta cursos e serviços em consonância com o Decreto n.º 5154 de 23 de julho de 2004 nas seguintes

modalidades: Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores (FICT) e Cursos Técnicos de Nível Médio.

No segundo semestre de 2007, começa o planejamento para a oferta de cursos técnicos também em EaD.

No ano de 2009 estiveram em desenvolvimento dois cursos Técnicos: Técnico em Informática e Técnico em Logística sendo disponibilizadas 180 vagas para os dois cursos. Para 2009, também estavam previstos: a implantação do Curso Técnico em Secretariado com disponibilidade de 105 vagas; oferta 68 cursos de FICT, sendo 20 relacionados à área de Informação e Comunicação, três em Automação e Controle dos Processos Industriais e 45 em Gestão e Negócios, para o atendimento de 5000 vagas decorrentes do Convênio firmado entre a instituição e a Prefeitura Municipal de Anápolis por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Social. Ainda em 2009, estavam previstos os quatro Cursos Técnicos: Informática, Logística, Hospedagem, Multimeios Didáticos, na modalidade de EaD. Esta previsão dos cursos em EaD não aconteceu, fato que verificaremos no decorrer deste estudo.

3.2.2 – O processo de adesão ao e-Tec

O CEPA principiou o planejamento para a implementação e desenvolvimento dos cursos em EaD desde 2007, ano que aderiu ao programa e-Tec Brasil, SEED/SETEC/MEC, proposto pelo Governo Federal (Edital de Seleção n.º 01/SEED/SETEC/MEC), por meio da SEDUC – Governo do Estado de Goiás, prosperou a proposta disponibilizada pelo Ministério da Educação (MEC), que propunha o processo de seleção para oferta de cursos técnicos na modalidade de EaD.

Lançado em 2007, o sistema Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec) visa à oferta de educação profissional e tecnológica a distância e tem o propósito de ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios. Os cursos serão ministrados por instituições públicas. O MEC é responsável pela assistência financeira na elaboração dos cursos. Aos estados, Distrito Federal e municípios cabem providenciar estrutura, equipamentos, recursos humanos, manutenção das atividades e demais itens necessários para a instituição dos cursos. A meta é estruturar mil pólos e atender 200 mil alunos até 2010 (MEC, 2007).

Para a adesão ao edital de implantação do e-Tec, proposto pelo MEC, no ano de 2007, o Governo do Estado de Goiás por meio da então Superintendência de Ensino

Profissional (SUEP) mobilizou a Superintendência de Ensino a Distância (SUED), órgão vinculado, até então, à SEDUC, conclamando que os cursos técnicos a distância seriam coordenados pela Secretaria Estadual de Educação do Estado de Goiás - SEDUC, por intermédio da SUEP, sendo o CEPA e o Centro de Educação Profissional Sebastião de Siqueira (CEPSS) as unidades certificadoras e os responsáveis pelo planejamento, estruturação, execução, certificação dos cursos nas 16 cidades pólos, tendo como suporte de infraestrutura em algumas das cidades pólos que não possuem Centro de Educação Profissional (CEP), mantido pelo governo estadual e os Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE).

Nas cidades que possuem o CEP, o próprio CEP será o responsável por ofertar o suporte físico necessário, ressaltando que os CEP e NTE são distribuídos geograficamente em todo o Estado de Goiás, atuando em parceria com suporte tecnológico/pólos, segundo Estrutura Organizacional-EaD, definida em proposta própria aprovada pela SUEP e MEC.

O preparo de um curso a distância requer não apenas o especialista em conteúdo, mas também profissionais da área de instrução, que possam organizar o conteúdo de acordo com aquilo que é conhecido a respeito da teoria e da prática do gerenciamento da informação e da teoria do aprendizado. Em virtude de os cursos e o ensino serem veiculados por tecnologia, os materiais do curso precisa ser elaborado por especialistas que saibam como fazer o melhor de cada tecnologia disponível. (MOORE e KEARSLEY, 2007, p.15)

Com a visão de toda esta complexidade é que o CEPA e o CEPSS, situados em Anápolis e Goiânia, respectivamente, optaram por elaborarem uma única proposta comum às duas instituições, que possuem por finalidade a expansão da educação profissional em EaD. A elaboração da proposta para a implantação de cursos técnicos demandou várias reuniões entre as equipes de servidores da SUEP, do CEPA e CEPSS, nas quais discutia-se: a viabilidade e adaptação da proposta prevista pelo edital do MEC, a realidade do Estado de Goiás, a definição de toda a logística da oferta dos cursos, a qualidade dos cursos a serem oferecidos, a gestão, aquisição dos recursos tecnológicos, elaboração do material didático, dentre diversos outros fatores que surgiam durante as reuniões. Valorando o que consta no Projeto Político Pedagógico (PPP):

Com o objetivo de facilitar a inserção das pessoas aos cursos técnicos, propõe-se a articulação da Educação Profissional com a Educação a Distância. A Educação Profissional oferece oportunidades de qualificação e

atualização profissional do indivíduo, bem como sua valorização, enquanto ser humano e trabalhador, e o Ensino a Distância é uma modalidade de ensino que vem crescendo rapidamente em todo o mundo, motivado pelas possibilidades decorrentes das novas Tecnologias da Informação e das Comunicações – TICs e por sua inserção em todos os processos produtivos. (PPP-CEPA,2008)

Kenski (2003) afirma que é necessário que cada instituição de ensino oriente seu projeto pedagógico definindo a relevância a ser dada no processo educacional geral. Ao abarcar a EaD em seu PPP, o CEPA apresenta disposição para o desenvolvimento dos cursos da educação profissional na EaD, realizando junção de duas modalidades de educação para o maior acesso e inserção das pessoas na formação profissional, atendendo então as necessidades de formação e atualização profissional.

3.2.3 - Avanços da EaD no CEPA

A LDB n.º 9394/96 traz em seu Art. 2º que: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

A LDB permite o entendimento do intento de se formar pessoas com desenvolvimento pleno e também qualificá-las para o mundo do trabalho. O CEPA, como parte integrante da educação brasileira, não se exime desta finalidade. Então, em parceria com o CEPSS, acompanhados na época pela SEDUC por intermédio da Superintendência de Educação Profissional, e hodiernamente pela SECTEC / Superintendência de Educação Superior e Profissional, elaborou a proposta para implantação e desenvolvimento dos cursos técnicos em EaD, enviado para o MEC, em Novembro de 2007, sendo que a publicação da aprovação se deu por meio do Diário Oficial da União, em 29 de fevereiro de 2008, com alterações da proposta enviada, como à redução do número de pólos passando de 21 para 16 pólos .

Após a publicação, no Diário Oficial da União, da aprovação da proposta, pelo MEC, se intensificou o labor para a implantação e desenvolvimento dos cursos técnicos em EaD. Iniciaram-se as ações relacionadas à estrutura física e profissional para direcionar e implementar os cursos, diferenciando atribuições. O Estado de Goiás, por meio de parceria com o MEC, era o mantenedor/proponente do projeto, a SECTEC é responsável pela contratação de professores e manutenção do sistema de parte dos

custos da produção gráfica/impressa do material didático bem como da mídia a ser disponibilizada para os cursistas.

O Estado de Goiás, em sua proposta, indica os coordenadores de integração, técnicos de informática; assessores técnico-pedagógicos; coordenadores pedagógicos por curso, os professores conteudistas, conforme os módulos a serem desenvolvidos nos cursos, os tutores das turmas e conforme definição da Organização Estrutural-EaD, já descrita em forma de fluxograma, em forma própria. No desenvolvimento da implantação do e-Tec, tornou-se desnecessário os coordenadores de integração pois estes iriam atuar junto à SUEP e SUED, esta atualmente extinta. O MEC disponibiliza bolsas aos coordenadores pedagógicos de curso, aos professores conteudistas, aos professores que elaboram o material didático, aos professores que acompanham as turmas e aos tutores de turmas.

Os coordenadores de integração eram os responsáveis pelas diretrizes e acompanhamento de todo o processo de desenvolvimento dos cursos técnicos ofertados pelas unidades certificadoras.

Os técnicos de informática devem atuar, respectivamente, no CEPA e CEPSS, como suporte técnico para a garantia da manutenção das tecnologias utilizadas no desenvolvimento dos cursos.

Os coordenadores pedagógicos deverão atuar no CEP e serão responsáveis pela organização dos cursos, integração e acompanhamento dos professores conteudistas e tutores das turmas. Para tanto, deverão fazer as mediações necessárias: coordenar o trabalho dos professores conteudistas e tutores das turmas, elaborar relatórios periódicos de suas atividades e da equipe, promover a avaliação institucional do desenvolvimento do curso de sua responsabilidade. Os professores conteudistas devem ser especialistas, conforme os módulos ofertados pelos cursos, ter domínio das concepções, princípios e conteúdos dos respectivos módulos, devem atuar nos CEP e serão os responsáveis pela elaboração e disponibilidade de todo o material didático dos módulos assumidos por eles.

Os tutores das turmas devem atuar nos NTE e CEP para atendimento e orientação nos momentos presenciais e a distância do aluno-cursista. Para tanto

precisam ter domínio das ferramentas utilizadas, dos recursos e metodologia da educação a distância, dos mecanismos de avaliação da aprendizagem e dos aspectos legais que incidem sobre a certificação dos alunos, devem ainda estimular a aprendizagem, acompanhar a participação dos cursistas elaborando relatórios de possíveis evasões, manter informados os coordenadores pedagógicos e professores conteudistas sobre o andamento do curso.

Todos os sete cursos: Secretariado, Multimeios Didáticos, Contabilidade, Logística, Hospedagem, Informática, Administração, ofertados na modalidade a distância são constituídos de 20% (vinte por cento) de encontro presencial e 80% (oitenta por cento) desenvolvidos a distância por meio de encontros virtuais, fóruns, chats, e-mails, distribuídos conforme a necessidade e especificidade do desenvolvimento dos módulos integrantes dos cursos. O deslocamento para acesso à biblioteca, que deverá ser adquirida, mantida e localizada nos municípios de residência dos alunos cursistas, quando se fizer necessário, deverá ser de responsabilidade das prefeituras que aderirem ao projeto.

Pelo contexto político das eleições de 2010, as alterações das funções públicas as atribuições dos profissionais envolvidos, previstas inicialmente na proposta, sofreram modificações e adaptações para se adequarem à atual conjuntura política do Governo do Estado de Goiás e também às exigências do MEC. Como a extinção dos coordenadores de integração, a inclusão de um coordenador geral e um coordenador adjunto por proposta aprovada, as bolsas, como forma de pagamento por serviços prestados, disponibilizadas pelo MEC, as alterações das funções a serem desempenhadas no programa e-Tec estão respaldadas pela Resolução do Conselho Deliberativo/FNDE n.º18, de 16 de junho de 2010.

As planilhas financeiras encontram-se em análise pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC), e a proposta pedagógica dos cursos em EaD foi aprovada pelo Conselho Estadual de Educação. No aguardo, da liberação pelo MEC, os cursos foram previstos para começarem em agosto de 2009, podendo se estender para outubro de 2009.

No mês de agosto de 2010, o convênio entre o Estado de Goiás e o FNDE não foi assinado, impedindo a liberação de recursos para o início dos cursos, segundo o secretário da Educação a Distância (Carlos Eduardo Bielschowsky), no encontro

realizado em Brasília nos dias dois e três de agosto⁸ do mesmo ano, os servidores do FNDE estavam em greve o que retardou a assinatura do convênio e que só poderá ser assinado após as eleições do mês de outubro.

Após as eleições do mês de outubro/2010, a previsão para que se realize o processo seletivo dos alunos para início dos cursos em EaD é para março de 2011.

3.2.4 - Estratégias para a implantação da EAD

Apresento, aqui, uma análise sobre a estratégia para implantar a EaD no CEPA que, sendo uma instituição pública estadual, oferta seus serviços públicos, de educação profissional, a empresas privadas e atende a demanda local para formação e atualização de profissionais.

O MEC propicia o pagamento de bolsas conforme as funções desenvolvidas a partir do e – Tec Brasil, em contrapartida, o parceiro, no caso o Estado de Goiás por meio da SECTEC, deve cumprir as obrigações conforme a proposta aprovada pelo MEC.

Por ser uma instituição de educação profissional que presta serviços as diferentes empresas, ofertando capacitação e atualização profissional, é responsável pela constante formação e atualização de trabalhadores e mostra esta relação próxima entre o CEPA e as empresas.

Exponho, a seguir, uma pequena comparação entre o serviço ofertado por uma instituição pública e a estratégia utilizada por empresas, ressaltando a estratégia aplicada na implantação de cursos técnicos na modalidade de EaD.

O serviço ofertado por empresas geralmente formulam estratégias condizentes ao seu respectivo negócio, seja como busca do lucro, da qualidade dos produtos, do sucesso da empresa.

Na visão estratégica do CEPA, explícita em seu PPP (2008), os valores da instituição são: comprometimento; transparência; excelência; inovação; ética. A visão de futuro: “Ser uma Instituição Pública de referência em Educação Profissional, reconhecida pela qualidade dos cursos que ministra, pelos serviços que presta e pelo seu capital humano, desenvolvendo novas tecnologias que atendam ao mundo produtivo e aos anseios da comunidade”, e ainda a missão: “Promover a Educação Profissional ofertando cursos e serviços que atendam às necessidades do setor produtivo e que

⁸ Curso de Capacitação para Gestores da EaD do programa e-Tec, oferecido e custeado pelo MEC. Aconteceu em Brasília nos dias 2 e 3 de agosto de 2010.

possibilitem a empregabilidade e o desenvolvimento do empreendedorismo em Anápolis e região”.

Para Belloni (2003), nas últimas décadas, muito do que se escreveu, disse e fez em EaD, baseava-se em modelos teóricos oriundos da economia e da sociologia industriais, sintetizados nos “paradigmas” fordismo e pós-fordismo.

A distinção fundamental nestes conceitos (fordismo e pós-fordismo) no que concerne mais diretamente ao campo da educação diz respeito ao terceiro fator, a responsabilidade do trabalho, que implica uma força de trabalho muito mais qualificada (capaz de tomar decisões) do que o modelo fordista ou neofordista (BELLONI, 2003, p.12).

Assim, não se pode deixar de ressaltar que uma instituição de educação profissional pública não possui objetivos comuns a uma empresa privada, esses objetivos podem ser diferenciados entre si por meio da formação profissional que é uma forma de educação, pela qual o cidadão se insere para se capacitar em determinada função. Mesmo o indivíduo se capacitando para o exercício de uma determinada profissão, como no caso da educação profissional, está inserido em uma forma de educação e esta, por sua vez, altera as estruturas do ser humano enquanto indivíduo pertencente à sociedade. Enquanto que uma empresa privada visa, principalmente o lucro.

O CEPA, pela sua característica de educação profissional e localização física junto as empresas do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA), prepara profissionais que irão atuar primordialmente nas empresas privadas. Nesta relação próxima é que se ousa afirmar aqui que, por intermédio da visão estratégica desta instituição, percebe-se a sua missão: a promoção da educação profissional na cidade de Anápolis e região. A EaD além de atender a um Programa do Governo Federal contribui para a expansão e consolidação da missão do CEPA.

Porter (1986) refere-se à Estratégia como a maneira de se integrar o conjunto de atividades de uma empresa. O sucesso da estratégia depende de se conseguir fazer muitas coisas bem e saber integrá-las. Se não houver adaptação entre as atividades, não ocorre o êxito da estratégia. Porter refere-se a diferentes pontos a serem abordados pela EaD como o professor que necessita compreender e aplicar as diferentes tecnologias e metodologias aplicadas em EaD e também ter o domínio do conteúdo a ser ministrado. Esta integralização contribuirá para a consolidação da EaD.

Ao incluir a EAD nas atividades, surge a necessidade de adaptação e de integralização desta inclusão às outras atividades cotidianas da instituição para a continuidade das ações.

A EaD é uma forma de educação que possibilita formar pessoas e deve proporcionar aliados ao invés de adversários, como se forma na visão militar que atua fundamentalmente por meio da competição (MAUBORGNE, 2005).

A partir do desenvolvimento dos cursos surgem diversas necessidades, dentre elas o acompanhamento e diagnóstico dos cursos, a forma de aprendizagem dos alunos, o trabalho dos docentes, a gestão dos cursos, sugerindo assim um novo estudo de forma a verificar se a estratégia até então planejada suprirá o almejado pela proposta institucional.

3.3. Anápolis e o e-Tec

No município de Anápolis, não foi possível realizar a pesquisa sobre o processo de implantação do e-Tec no CEPA, devido ao adiamento do início dos cursos e, conseqüentemente, a ausência dos alunos e do desenvolvimento dos cursos, o que impossibilitou estudar este processo de implantação, pois os cursos estão previstos para iniciarem em março de 2011.

Para uma melhor descrição dos cursos oferecidos pelo e-Tec optou-se por ampliar a pesquisa sobre as formas de gestão de EaD segundo os gestores do e-Tec nos encontros nacionais promovidos pelo MEC.

O envolvimento e esclarecimento do gestor são fundamentais para o êxito dos processos educacionais. Gestores com pouco conhecimento, ou desconhecimento total de EaD provocam um desgaste e uma morosidade na aplicabilidade de todos os processos, pois além de se cumprir as determinações explícitas no Edital do MEC é preciso que este diretor se convença de cada processo a ser aplicado e adequá-lo a realidade da instituição.

Em um encontro nacional de gestores promovido⁹ pelo e-Tec Brasil, do qual participei, solicitei que os gestores e coordenadores de cursos presentes também respondessem ao questionário, aplicados na realização desta pesquisa e obtive a

⁹ Encontro Nacional dos Gestores e-Tec Brasil, em Fortaleza dos dias 15/03 a 18/03/10, promovido e financiado pelo MEC, coordenado pela UFSC. Quando se escolheu os representantes de cada eixo para elaboração do Currículo Referência Nacional dos Cursos do e-Tec.

contribuição voluntária de nove gestores de diferentes locais: Universidade Tecnológica do Paraná; Instituto Federal do Sudeste Juiz de Fora / Minas Gerais; SEDUC/ Mato Grosso do Sul; Instituto Federal do Rio Grande do Sul; Secretaria de Educação de Pernambuco; Instituto Federal do Píauí; Instituto Federal do Espírito Santo; Instituto Federal do Pará; Instituto Federal do Ceará. E de dezenove coordenadores de diferentes cursos destas instituições.

A comunicação entre os envolvidos na instituição, no programa e-Tec Brasil foi identificada como um dos pontos sensíveis da gestão das instituições e a formação disponibilizada pelo MEC como um dos pontos fortes. Esta relação ficou clara nos questionários preenchidos pelos gestores e coordenadores de curso das diferentes instituições.

A diferença da gestão do e-Tec nas instituições do Município de Anápolis, em relação às demais instituições de outros locais é ressaltada pelo fato do gestor da instituição ocupar também o cargo de coordenador geral, enquanto que nas outras instituições o gestor da instituição nomeia outro profissional para a coordenação geral.

O cargo de Coordenador Geral do e-Tec é preenchido pela pessoa que responde sobre todo o desenvolvimento do e-Tec na instituição. Pela Resolução CD/FNDE n.º 18, de 16 de junho de 2010, em seu Anexo I – Manual de atribuições, deveres e direitos dos bolsistas, programa e-Tec Brasil, o coordenador geral tem as seguintes atribuições:

- exercer as atividades típicas de coordenação geral do Programa na IPE;
- coordenar a elaboração do projeto político-pedagógico;
- coordenar as atividades dos cursos ofertados pela instituição;
- realizar o planejamento das atividades de seleção e capacitação dos profissionais envolvidos no Programa;
- realizar o planejamento e desenvolvimento, em conjunto com os coordenadores de curso, dos processos seletivos de alunos;
- receber e avaliar os relatórios de desenvolvimento dos cursos elaborados pelos coordenadores de curso e coordenadores de pólo;
- acompanhar a aplicação financeira dos recursos liberados para o desenvolvimento e a oferta dos cursos;
- realizar a articulação com o MEC;-
- realizar e acompanhar o cadastramento de bolsistas na instituição de ensino;
- solicitar o pagamento mensal das bolsas aos beneficiários, preferivelmente por meio de certificação digital;
- acompanhar o registro acadêmico dos alunos matriculados no curso;
- apresentar a documentação necessária para a certificação dos tutores.

Em Anápolis, no programa e-Tec, é o gestor da instituição que ocupa o cargo de Coordenador Geral do e-Tec.

Para que a EaD fosse institucionalizada no CEPA e CEPSS foi criado nestas instituições o cargo de supervisão da EaD, para executar e compartilhar do desenvolvimento das atividades de EaD, este cargo é ocupado por servidor efetivo da rede estadual de educação.

No encontro de gestores do Centro Oeste¹⁰, a coordenadora geral do programa e-Tec explicou que a estrutura de cargos do programa e-Tec mudou, sendo que para cada Estado será permitido apenas um coordenador geral, sendo este o responsável pelo convênio, e um coordenador adjunto. Explicou ainda que o programa e-Tec passa a ser institucionalizado pelo MEC, como sistema, falando da diferença entre programa e sistema. Assegurando a continuidade do e-Tec também com a mudança de governo.

Assim, as instituições precisam se adequar a nova estrutura proposta pelo e-Tec Brasil.

Os pólos para a EaD, no Estado de Goiás, não foram validados, ainda estão sendo avaliados por especialistas constituídos por meio de portarias expedidas pelo MEC. Pode-se observar no mapa seguinte, os pólos e instituições que constituem o sistema e-Tec.

Figura 02 - Mapa Pólos E-Tec



Fonte: e-Tec (2010)

¹⁰ Encontro que aconteceu nos dias 02/08 e 03/08/10, em Brasília, com todos os coordenadores e gestores da região Centro-Oeste.

O CEPA, que ainda não iniciou os cursos em EaD, é unidade certificadora, de Anápolis, e também, gerenciará um pólo instalado em sua estrutura física, é uma instituição estadual, que atende cursos profissionais até o nível médio; é gerenciada por um diretor, que ocupa um cargo efetivo do estado, este diretor também é o coordenador geral da EaD na instituição.

Portanto, no Estado de Goiás ainda não tem pólos validados pelo MEC, No ano de 2010 ocorreram as visitas, para descrição dos pólos para futura validação. Assim, ainda não começaram, em Goiás, os Cursos Técnicos a serem oferecidos pelo e-Tec Brasil.

3.4. Universidade Estadual de Goiás – UEG e a EaD

Segundo Kenski (2003, p.29), “a possibilidade de acesso generalizado às tecnologias eletrônicas de comunicação e da informação trouxe novas maneiras de viver, de trabalhar e de se organizar socialmente”. A educação não se ausenta deste contexto, pode-se acompanhar o crescimento contínuo da EaD que, atualmente, tem se desenvolvido por meio da utilização e apropriação de diversas tecnologias.

Com a crescente oferta da EaD nos diferentes setores e com objetivos diferenciados: uma empresa oferece aprimoramento e treinamento na modalidade de EaD aos seus empregados objetivando a capacitação em serviço. Conforme observa Ferreira (2008):

Uma das mais recentes utilizações das ferramentas de **Ensino à Distância** é o **Treinamento Empresarial**. Cada dia novas organizações descobrem e investem no **EAD Empresarial**, reduzindo custos, diminuindo distâncias e aumentando produtividade. Empresas com acentuada demanda por treinamento, assim como aquelas com filiais distantes geograficamente encontram no **EAD Empresarial** uma solução prática para seus problemas de treinamento e logística (p.3) (grifos do autor).

As Universidades oferecem cursos de graduação e pós-graduação em EaD para a formação de cidadãos nestes níveis de educação. Esta crescente demanda requer uma reflexão sobre como se consolida a implantação e desenvolvimento dos cursos oferecidos em EaD.

A UEG iniciou o atendimento da EaD com a UEG Virtual em 2001, com o propósito de participar de projetos em consórcio com Instituições de Ensino Superior –

IES públicas de todo o Brasil, em destaque com a UNIREDE (Universidade Virtual Pública do Brasil) e o Univir-CO (Universidade Virtual do Centro Oeste).

A partir da UEG Virtual, foi criado o Centro de Educação Aberta Continuada e a Distância - CEAD, em setembro de 2002, ligado organicamente à Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis.

Em 2004, o CEAD participa da formação do Consórcio Setentrional com as seguintes Universidades Públicas Federais e Estaduais: Universidade de Brasília, Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal do Pará, Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Universidade Estadual de Santa Cruz, Universidade Federal da Amazônia e Universidade Federal de Tocantins. Desta união surge o projeto de Licenciatura em Biologia a Distância, em parceria com a Universidade Federal de Goiás e a Universidade de Brasília, ofertando 450 vagas distribuídas nas Unidades Universitárias de Anápolis, Ceres, Formosa, Luziânia, Porangatu e Quirinópolis. No decorrer do ano de 2006, neste período vinculado à Pró-Reitoria de Graduação - PRG, o CEAD integra-se ao grupo de trabalho de diferentes universidades.

No segundo semestre de 2008, por meio da Reforma Administrativa do Estado de Goiás, o CEAD transforma-se em Unidade Universitária de Educação a Distância - UnUEAD, autônoma, descentralizada e vinculada diretamente à Reitoria.

Em 2009, a UEG foi credenciada pelo Ministério de Educação/Secretaria de Educação a Distância, em caráter experimental mediante Portaria n. 1.050, de 22 de agosto de 2008 e Portaria Ministerial n. 858, de 4 de setembro de 2009, exclusivamente para os cursos superiores na modalidade a distância aprovados no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil -UAB.

Cursos oferecidos na UEG desde 2006:

Graduação:

- Licenciatura em Biologia;

O Projeto de Licenciatura em Biologia a Distância, formatado pelo Consórcio Setentrional, foi construído por Instituições Públicas de Ensino Superior – IPES, dos Consórcios Regionais UNIVIR-CO, AMAZÔNIA NET e CONSÓRCIO BAHIA do Consórcio Nacional UniRede. As instituições participantes deste projeto são: Universidade de Brasília – UnB; Universidade Federal de Goiás – UFG; Universidade Estadual de Goiás – UEG; Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS; Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS; Universidade Federal do Pará – UFPA; Universidade Federal do Amazonas – UFAM; Universidade Estadual de Santa Cruz (Bahia) – UESC.

A Unidade Universitária de Educação a Distância-UnUEAD- faz a gestão pedagógica destes cursos em quatro Unidades Universitárias: Anápolis, Ceres,

Porangatu e Quirinópolis. Nestas Unidades onde acontecem os encontros presenciais dos cursos, é também o local onde os alunos fazem as práticas pedagógicas de laboratório, realizam as avaliações e esclarecem as dúvidas relativas ao curso com os tutores presenciais.

- Licenciatura em Física.

O Projeto do Curso de Licenciatura em Física, na modalidade a distância, foi constituído através de parceria entre as Instituições de Ensino Superior dos Estados de: Goiás, Bahia, Pará, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal, sendo oferecido nas seguintes Universidades: Universidade Federal de Goiás - UFG, Universidade Federal do Pará – UFPA; Universidade Católica de Goiás - UCG, Universidade Católica de Brasília - UCB, Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, Universidade Católica Dom Bosco - UCDB e Universidade Estadual de Goiás – UEG, com início em 2008.

Sendo a Universidade Estadual de Goiás parceira neste projeto, atua através da Unidade Universitária de Educação a Distância-UnUEAD acompanhando o andamento deste curso em três Unidades Universitárias: Anápolis, Formosa e Iporá, onde ocorrem os encontros presenciais dos cursos, sendo também o local onde os alunos fazem as práticas pedagógicas de laboratório e realizam as avaliações e o esclarecimento de dúvidas com os tutores presenciais.

A partir de 2008, a UEG passou a ofertar os seguintes cursos, em EaD, de graduação, em parceria com o MEC:

- Licenciatura em História;
- Licenciatura em Informática;
- Licenciatura em Ciências Biológicas;
- Bacharelado em Administração Pública.

A UEG oferta os seguintes cursos de extensão em EaD:

Deficiência Mental no Contexto da Educação Inclusiva:

O curso de formação continuada: Deficiência Mental no Contexto da Educação Inclusiva foi proposto no ano de 2008, por iniciativa do MEC, através de um projeto que contou com a adesão do Estado de Goiás, por meio da Universidade Estadual de Goiás e da Coordenação de Ensino Especial (COEE) - Secretaria de Educação do Estado de Goiás. No ano de 2008 foi o primeiro curso oferecido.

Gênero e Diversidade na Escola

O Curso: Gênero e Diversidade na Escola, nasceu de uma iniciativa da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM) e do Conselho Britânico, em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD-MEC), a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPRIR) e o Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM), além das secretarias de educação, as coordenadorias da mulher e os movimentos sociais dos estados e dos municípios participantes.

Em nível de especialização, a UEG oferece os seguintes cursos em EaD:

- Gestão Pública;
- Gestão Pública Municipal;
- Gestão em Saúde.

Atualmente, todos os cursos em EaD da UnUEAD são todos ofertados por meio do sistema da UAB.

A UnUEAD é gerenciada por um gestor geral e, em 2009, foi criado também o cargo de coordenador geral da UAB, e coordenador adjunto. Atende 15 polos, fora do território de Anápolis, são eles: Águas Lindas, Alexânia, Aparecida de Goiânia, Catalão, Formosa, Goianésia, Inhumas, Itumbiara, Mineiros, Minaçu, Posse, Rio Verde, São Miguel do Araguaia, Uruanã e Uruaçu.

A UnUEAD acompanha os cursos, de graduação e pós-graduação, que a UEG certifica nos 15 pólos citados. Desenvolve toda a elaboração dos cursos, ofertados nestes polos: elaboração e diagramação de material didático dos cursos; reuniões de tutorias, coordenação de cursos, cadastro das turmas, secretaria acadêmica. Possui também: a Coordenação de Projetos, responsável pela elaboração dos projetos escolhidos para adesão aos Programas do Governo Federal e acompanhamento dos projetos de cursos. A Coordenação de Tecnologia, responsável por todas publicações, programações, editais e acompanhamento para aquisição e manutenção das tecnologias disponíveis.

O organograma da UnUEAD apresenta-se com os seguintes cargos: direção, coordenação geral, coordenação administrativa, coordenação de produção de material, coordenação de projetos, coordenação de tecnologia, coordenação institucional e secretaria acadêmica.

3.5. Pólo UAB Anápolis

A Prefeitura Municipal de Anápolis, desde o início da década de 1990, mantinha a TV Escola e um Telecentro para a formação continuada dos servidores municipais. Em 2009 passou a desenvolver, por meio do Plano de Ações Articuladas – PAR – do Governo Federal, os seguintes Programas: Pró-letramento destinado unicamente para docentes, o Pró-funcionário e Formação pela Escola, destinados a todos os profissionais de educação.

Por meio da Lei n.º 3.343, de 03 de março de 2009, criou-se na mesma estrutura física do CEFOPE (Centro de Formação de Profissionais da Secretaria Municipal de Educação), embora com coordenação e funções diferenciadas, o Pólo de Apoio Presencial de Anápolis, que é a unidade operacional do Sistema Universidade Aberta do Brasil. Ele opera no desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância por instituições públicas de ensino superior.

O Polo de Apoio Presencial é o espaço físico onde o estudante da UAB conta com a orientação do tutor presencial que atenderá a demanda específica dos estudantes, e tem, também, à sua disposição o Laboratório de Informática para a realização de atividades de estudo individual e coletiva. A Universidade de Brasília – UnB – e a UFG são as instituições de ensino superior parceiras do Polo UAB Anápolis.

Em 2009, foram ofertados seis cursos, sendo dois de licenciaturas, três especializações em nível de pós-graduação e um curso de extensão universitária.

Em 2010, foram ofertados oito cursos:

- Licenciatura em Música - UnB;
- Licenciatura em Teatro - UnB;
- Licenciatura em Artes Visuais - UFG;
- Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com ênfase na Educação de Jovens e Adultos - UnB (encerrado);
- Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar - UnB;
- Especialização em Tecnologias Aplicadas ao Ensino de Biologia - UFG;
- Especialização em Metodologia do Ensino Fundamental - UFG;
- Aperfeiçoamento em Educação Integral e Integrada - UFG (Encerrado).

Para o ano de 2011, estão previstos os seguintes cursos:

- Curso de Extensão em Educação para as Relações Étnico – raciais - UFG;
- Curso de Extensão Estatuto da Criança e do Adolescente - UFG;
- Curso de Extensão Formação em Educação e Saúde/Promoção da Saúde dos Adolescentes - UnB;
- Curso de Extensão África Brasil: Educação e Cultura - UnB;
- Curso de Especialização em Mídias na Educação - UFG.

O Polo UAB Anápolis, vinculado à Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Anápolis, conta uma coordenação geral, que é destinada às ações de EaD na instituição. A administração do local é realizada pela Prefeitura

Municipal de Anápolis, o acompanhamento pedagógico dos cursos e a capacitação da equipe de profissionais ocorrem por meio da UnB e UFG.

3.6. Formas de organização para a gestão da EaD em Anápolis

Borghi e Adrião (2008) entendem que o modo que cada escola desenvolve seu cotidiano é fundamental para a melhoria de seu próprio desempenho. As três instituições públicas que ministram cursos em EaD, no município de Anápolis apresentam cotidianos diferenciados, divergem quanto à gestão de pólos, gestão da instituição, forma de desenvolvimento dos cursos, equipe e modalidade de cursos, de forma que cada organização das atividades para EaD, varia conforme as respectivas necessidades.

Segundo Rumble (2003), os gestores são profissionais que se distinguem dos demais pelo fato de conduzirem o trabalho dos outros. Luck (2008) considera que os gestores são os líderes da instituição escolar e os responsáveis pelas ações desenvolvidas.

Os gestores pesquisados possuem mais de 35 anos de idade, são funcionários públicos efetivos, exceto a coordenadora geral da UEG que ocupa cargo em comissão, e está na faixa etária de 25 a 35 anos.

Em respostas aos questionários aplicados, obtive a colaboração dos gestores do Polo UAB Anápolis e do CEPA, e da coordenadora geral da UAB que atua na UnUEAD, A seguir exponho as respostas obtidas por eles:

Quadro 05: Organização e formas de gestão

Instituições	CEPA	Polo UAB Anápolis	UEG
Experiência de gestão	Diretor exerce o papel de gestor na instituição há nove anos. Tem experiência em outra instituição.	Diretora exerce o papel de gestão há menos de um ano.	Diretora exerce o papel de gestão há dois anos.
Dimensão de maior relevância	A dimensão pedagógica.	As dimensões administrativas e recursos humanos.	Todas as dimensões têm muita relevância.
Problemas mais frequentes	A capacitação inadequada da equipe.	Recursos financeiros.	A comunicação e capacitação inadequada, e também os recursos financeiros.
Tipo de Liderança	Liderança democrática	Liderança democrática	Liderança democrática
Níveis dos cursos atendidos	Cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores e cursos técnicos.	Cursos de graduação, especialização e aperfeiçoamento.	Cursos de graduação e pós-graduação.

Instituições	CEPA	Polo UAB Anápolis	UEG
Modalidade atendida	A instituição atende a modalidade presencial e a EaD.	Apenas EaD.	Apenas EaD.
Sensibilização da equipe	É feita por meio de reuniões, capacitação oferecida pela própria instituição e por outras instituições.	É feita por meio de capacitação oferecida pela própria instituição.	É feita por meio de reuniões.
Atitudes do professor de EaD	Os professores da EaD devem apresentar compromisso.	Os professores da EaD devem apresentar compromisso, pontualidade, experiência com tutoria e noções básicas de informática.	Os professores da EaD devem apresentar compromisso e formação em EaD.
Motivação para o desenvolvimento da EaD	Atendimento à demanda.	Atendimento à demanda e capacitação.	Atendimento à demanda.
O planejamento para o uso das tecnologias	Tem a intenção de otimizar a aprendizagem.	Intenção de mediar a comunicação e otimizar a aprendizagem.	Intenção de otimizar a aprendizagem.
Capacitação para atuar em EaD	Participou de capacitação para atuar na EaD.	Participou de capacitação para atuar na EaD.	Não participou de capacitação para atuar na EaD.
Formas de Planejamento das ações para o desenvolvimento da EaD	As ações para o desenvolvimento da EaD na instituição são planejadas por uma equipe reduzida.	As ações para o desenvolvimento da EaD na instituição são planejadas pelas instituições parceiras: UnB e UFG.	As ações para o desenvolvimento da EaD na instituição são planejadas por uma equipe reduzida.
N.º máximo de alunos	25.	Não existe um n.º máximo de alunos por turma.	25.
Principal vantagem da EaD	A democratização do acesso à educação.	A flexibilidade de horário, a democratização do acesso à educação e propiciar aos alunos o domínio das tecnologias da informação.	A democratização do acesso à educação.
Limitação para o desenvolvimento da EaD	A capacitação da equipe.	Estrutura física e os recursos financeiros.	As dificuldades dos alunos.
Formação dos profissionais	A instituição promove a formação dos profissionais envolvidos na EaD.	A instituição promove a formação dos profissionais envolvidos na EaD.	A instituição promove a formação dos profissionais envolvidos na EaD, liberando os funcionários para outros curso de formação.

Fonte: Organizado pela autora, 2010

Moore e Kearsley (2007) asseguram que para a criação de cursos a distância são necessárias equipes formadas por diferentes especialistas trabalhando juntos, sob a coordenação de um gerente. Nas três instituições de Anápolis: CEPA, Polo UAB

Anápolis e UnUEAD, os coordenadores gerais, profissionais responsáveis pela EaD, descreveram a estrutura de funcionamento das instituições para o atendimento à EaD.

1- O coordenador geral do e-TEC, no CEPA, em seu questionário, expôs como está estruturada a instituição para a implantação e oferta da EaD, como descrito a seguir:

- Diretor da instituição: coincide com a função de coordenador geral do e-Tec.
- Supervisor de Ead: função que auxilia na estruturação das planilhas exigidas pelo MEC e acompanha os coordenadores de cursos nas atividades.
- Professor Conteudista: responsável pela elaboração do material didático a ser disponibilizado ao cursista.
- Coordenador de Curso: responsável pelas atividades necessárias ao desenvolvimento do curso.
- Equipe multidisciplinar: constituída por web design, revisor ortográfico e apoio administrativo acadêmico.
- Professor formador: responsável pela elaboração e acompanhamento das atividades no decorrer do curso em execução.
- Tutores a distância: responsável pelas atividades no ambiente virtual e acompanhamento dos cursistas a distância.
- Tutor presencial: responsável pelo acompanhamento presencial dos cursistas nos pólos.

2 - A coordenadora geral do Polo UAB Anápolis, ao responder ao questionário, descreveu a estrutura organizada para o desenvolvimento da EaD na instituição, em forma de tópicos descritos a seguir:

- Uma coordenadora: Representante legal do pólo, responsável direto pela administração.
- Uma secretária acadêmica: Assessora a coordenação em todas as atividades inerentes ao pleno funcionamento do pólo e coordena as atividades da secretaria do pólo.
- Um técnico de informática: Responsável pelo suporte técnico, assistência e manutenção aos equipamentos de informática, bem como orientação técnica aos cursistas, tutores, coordenador, secretário e equipe pedagógica.
- Um auxiliar técnico de informática: Assessorar o técnico de informática em suas funções.

- Dez tutores presenciais: Sujeitos que participam ativamente da prática pedagógica. As atividades desenvolvidas presencialmente devem contribuir para o desenvolvimento dos processos de ensino-aprendizagem e para acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico.

- Mantenedora do Polo UAB: Prefeitura Municipal de Anápolis por meio da Secretaria Municipal de Educação.

- Instituições parceiras: UnB e UFG.

3 - A coordenadora geral da UnUEAD descreveu os cargos disponíveis na instituição, ressaltando que a institucionalização é fundamental para o bom desenvolvimento das funções, e ainda, considerou que os servidores que não são institucionalizados e prestam serviços apenas pelo recebimento da bolsa do FNDE são os que fazem parte da equipe multidisciplinar responsáveis pelo acompanhamento da elaboração do material didático e dos tutores a distância. Os demais cargos são: direção, coordenação geral, coordenação administrativa, coordenação de produção de material, coordenação de projetos, coordenação de tecnologia, coordenação institucional e secretaria acadêmica.

Moore e Kearsley (2007) sinalizam, também, que os gestores não possuem condições para ministrar todos os cursos de todas as formas. Eles precisam assegurar recursos financeiros e os professores são gerenciados para a garantia da oferta e desenvolvimento dos cursos.

[...] fazer que todas as peças da engrenagem operem em um sistema de educação a distância exige um grau considerável de sofisticação gerencial, quase certamente mais do que em qualquer outro campo educacional (p.19).

As instituições pesquisadas apresentam atividades e objetivos diferentes com características diferenciadas na forma de organização de gestão:

- O CEPA prepara para a oferta dos cursos técnicos de EaD por adesão ao e-Tec, o cargo de gestor da instituição coincide com o cargo de coordenação geral do e-Tec na instituição;

- O Polo UAB Anápolis atende os alunos e profissionais da UnB e UFG para o desenvolvimento dos cursos em EaD ofertados por estas instituições no município de Anápolis; tem uma coordenadora geral pertencente ao quadro efetivo da Secretaria Municipal de Educação;

- A UnUEAD acompanha os cursos oferecidos pela UEG em 15 polos do Estado de Goiás com forma de gestão própria, e autonomia acadêmica para gerenciar os recursos financeiros disponibilizados pela UAB/FNDE.

Com peculiaridades diferenciadas as três instituições apresentaram a necessidade de diferentes profissionais nas múltiplas funções para a garantia da oferta da EaD. Peters (2001) considera que as diferentes formas de institucionalização provocam questões didáticas específicas do ensino a distância. A maneira que a instituição promove a EaD determina as necessidades de gestão e de desenvolvimento das atividades.

Libanêo (2004) ressalta a importância da participação dos professores nos processos e na gestão para o êxito da escola, dessa forma esta pesquisa se estendeu a identificar a percepção dos professores.

Como os professores da UnUEAD não atuam no município de Anápolis, os questionários aplicados, se restringiram a 12 professores pertencentes as instituições: CEPA e Polo UAB Anápolis, que responderam ao questionário, em sua maioria, assinalando a dimensão pedagógica (conteúdos, metodologia, avaliação) como a de maior relevância na gestão, coincidentemente com o gestor do CEPA e divergiu da opinião da coordenadora do Polo UAB Anápolis que aponta a dimensão de recursos humanos (professores, funcionários, relacionamento) e administrativa (financeiro, burocracia) como as dimensões de maior relevância.

Ao questionar sobre o tipo de liderança do gestor, foram descritas três alternativas: liderança democrática (consulta para as deliberações, participa das situações vivenciadas); liderança autocrática (centra nas tarefas desempenhadas, delibera individualmente), e ainda a opção outra, caso o entrevistado identificasse outro tipo de liderança. Os três coordenadores gerais entrevistados se consideram com liderança democrática, coincidente com as respostas de metade dos professores pesquisados.

Luck (2008) afirma que:

O trabalho dos gestores escolares se assenta sobre sua capacidade de liderança, isto é, de influenciar a atuação de pessoas para o trabalho, a aprendizagem e construção de conhecimentos, e tem em vista que a gestão se constitui em processo de mobilização e organização do talento humano para atuar de forma compartilhada na promoção dos objetivos educacionais (p.23).

A liderança do gestor é essencial ao progresso dos eventos escolares, é importante que a forma de liderança constituída pelo gestor seja perceptível aos integrantes da comunidade escolar.

O questionário solicitava que os professores se imaginassem como o gestor da instituição para mudar ou incrementar algumas ações. As ações a serem implementadas por eles seriam:

- Inserir a web conferência;
- Acrescentaria novas tecnologias, plataformas simples e eficientes;
- Por ser um órgão público os fatores RH e Infraestrutura prejudicam o andamento dos cursos;
- Implantação de uma gestão participativa, com reuniões consultivas, informativas e deliberativas.

As percepções dos professores sinalizam as limitações que o setor público impõe ao processo de desenvolvimento da EaD, como os profissionais que atuam e a estrutura oferecida, e ainda, a sugestão da gestão participativa para maior interação entre os envolvidos, para a melhoria da comunicação de todo o processo.

Vieira (2003) observa que a principal atividade da escola é o conhecimento, as atitudes e os valores que são compartilhados com os alunos. Considera a escola como uma organização e afirma que:

As organizações e suas respectivas formas de operar afetam o modo como o indivíduo percebe a realidade e interage com ela, desde a absorção de atitudes passivas e repetitivas, conforme estímulos externos, até atitudes pró-ativas e criativas decorrentes das mudanças externas (p.63).

Os alunos, participantes da EaD, são atingidos pelas ações, formulando seus conceitos e suas percepções sobre os cursos que frequentam e profissionais que neles atuam.

Foram pesquisados 55 alunos que participam dos seguintes cursos: Especialização em Tecnologias Aplicadas ao Ensino de Biologia, Licenciatura em Música, Licenciatura em Teatro e Licenciatura em Artes Visuais.

Destes 55 alunos pesquisados, a maioria, 45 alunos, respondeu que conhece a equipe gestora presencialmente ou por meio do Ambiente Virtual e vídeos. Eles, também, atribuíram notas, de 0 a 10, ao curso em que participam, individualmente, demonstrando satisfação em relação ao curso em que participam, sendo que a menor nota ficou acima da média 5, de valor igual a 6, e houve muitos 10, claramente explicitados nas respostas.

Ao serem questionados, em questão aberta, sobre o que consideram relevante no desenvolvimento do curso, os alunos registraram diferentes aspectos, entre eles:

- Aumento dos trabalhos práticos.
- Aprendizagem através de interação aluno/aluno, professor/aluno e a flexibilidade de horário.
- A necessidade de melhoria na produção de textos, dos critérios de avaliação, e do contato com o tutor.
- Melhor esclarecimento das atividades propostas e seus objetivos.

As respostas dos alunos evidenciaram as vantagens em participar de um curso em EaD e as necessidades para a melhoria. Grande parte citou a flexibilidade de horário como positivo e as atividades propostas como ponto a ser melhorado.

As instituições apresentam realidades e necessidades diferenciadas quanto à organização para a adesão dos cursos. Observa-se que a UnUEAD tem uma coordenação de projetos para a captação de programas e elaboração dos projetos. O CEPA envolveu os profissionais da educação presencial para a elaboração do projeto para a adesão ao e-Tec. O Polo UAB Anápolis foi criado para atender um projeto anteriormente escrito entre a Secretaria Municipal de Educação e as instituições de ensino superior parceiras, UnB e UFG.

Os coordenadores gerais destas instituições concordam que a adesão da EaD é de grande valia para a expansão dos cursos e atendimento de maior demanda educacional. Outra opinião comum entre eles é sobre a dificuldade de formar uma equipe habilitada para atuar em EaD. Eles ressaltam que amenizam esta dificuldade por meio de reuniões e sensibilizações na própria instituição. O Polo UAB Anápolis dispõe, também, da parceria da UnB e UFG para capacitação dos profissionais.

Portanto, a sensibilização e capacitação da equipe de profissionais para a implantação e desenvolvimento da EaD, nestas instituições, são feitas por meio de reuniões e parcerias com outras instituições.

Libâneo (2004) considera que:

[...] tanto a gestão como o processo de tomada de decisões se dão coletivamente, possibilitando aos membros do grupo a discussão pública de projetos e ações e o exercício de práticas colaborativas (p.121).

[...] participação significa a atuação dos profissionais da educação e dos usuários na gestão da escola (p.131).

A preocupação com a formação de uma equipe para participar da EaD é ponto comum entre os gestores dos projetos, chamados aqui de coordenadores gerais. Para que se tenha uma colaboração dos profissionais, no processo de gestão, é fundamental a capacitação destes para atuação e consequente colaboração.

A EaD exige diferentes profissionais especialistas em diferentes áreas de conteúdos específicos, técnicos em informática, dentre outros. A capacitação destes profissionais deve ser efetuada pela ação do gestor.

Ao aplicar os questionários e realizar as entrevistas evidencia-se que a compreensão da gestão democrática perpassa pelo compartilhamento das decisões a serem tomadas, na execução dos projetos e não se reduz ao repasse de informação das ações a serem executadas. No entanto, observa-se que mesmo os gestores expressando que se constituem como gestão democrática, as decisões são tomadas por uma equipe reduzida de profissionais.

Para gerir a EaD, é esperado um gestor que tenha perfil de liderança e conhecimento na EaD, como proposto por Moore e Kearsley (2007) e Rumble (2003). O gestor é o principal condutor e responsável pelos processos na escola. Nas instituições pesquisadas, os gestores, denominados coordenadores gerais, apresentam esforço e trabalho para que se alcance o êxito da EaD na peculiaridade da instituição. No entanto, ainda, são carentes de um conhecimento amplo, abrangente da EaD, das possibilidades alcançadas por esta forma de educação.

A proposta para a implantação e desenvolvimento dos cursos em EaD, nas instituições pesquisadas, são elaboradas conforme adesão ao edital proposto pelo MEC, e por uma equipe de profissionais reduzida e selecionada pelo gestor.

As formas de organização para gestão da EaD, nas instituições públicas de Anápolis, seguem os padrões do programa governamental que a instituição aderiu. No entanto, estes padrões permitem que cada instituição se organize, da melhor maneira possível, para a oferta dos cursos.

Esta pesquisa nas instituições identificou características individualizadas para a gestão da EaD e sinaliza o esforço dos gestores envolvidos para maior atendimento ao público e capacitação dos profissionais para atuarem em EaD.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi estudar as formas de organização para a gestão da EaD nas instituições públicas do município de Anápolis. Conheci assim que as três instituições no município estão em processos diferenciados: O CEPA vivencia o processo de adesão e implantação, a UnUEAD acompanha os cursos que acontecem em outros municípios, e são certificados pela UEG e o Polo UAB Anápolis, é um polo de atendimento dos cursos a distância ofertados pela UnB e UFG.

A EaD é uma forma de educação que está se consolidando por suas características. Atende aos alunos e instituições pela sua flexibilidade de tempo e espaço. O governo, de uma forma geral, na esfera pública federal, estadual ou municipal, está firmando parcerias para a expansão desta modalidade, também, por suas características próprias.

Com estas parcerias firmadas entre as esferas públicas, a equipe gestora das instituições, assume grande parcela de responsabilidade pela implantação e execução da EaD. É esta equipe que sensibiliza e influencia as ações a serem desenvolvidas na comunidade escolar e medeia estas ações junto ao sistema escolar.

Considero de fundamental importância a mediação feita pela equipe gestora e esforço do gestor para o sucesso da EaD na instituição. Pode perceber que estes fatores contribuem para a divulgação, sensibilização e oferta e acompanhamento dos cursos em EaD.

A educação é dependente da política nacional, mesmo com a legislação vigente garantindo a educação como direito a todos. No entanto, no decorrer desta pesquisa, pude observar que o processo político de eleições interfere notoriamente no desenvolvimento do processo educacional no país. No CEPA, ficou evidente que as eleições de 2010 retardou o processo de início dos cursos em EaD.

O contexto destas instituições públicas estudadas evidencia que não basta a sensibilização e vontade da comunidades escolar para a implantação a EaD. Mais que esta sensibilização e vontade é de fundamental importância que a EaD tenha o apoio e incentivo político no sistema educacional para seu desenvolvimento em instituições públicas. Comprovando, assim, a necessidade que a EaD se consolide como uma política educacional estruturada, que não seja apenas uma política governamental de determinada esfera pública.

As formas de gestão para EaD ficam claras pelas ações do gestor da instituição, nas três instituições pesquisadas. Estes gestores assumiram o cargo por indicação dos líderes do sistema escolar ao qual estão vinculados. Os três gestores formaram sua equipe de trabalho mediante os recursos que tinham disponíveis.

No CEPA, inicialmente, não foi possível a contratação de novos profissionais para atuarem em EaD, assim a equipe inicial foi formada por servidores efetivos da SEED, após a aprovação da proposta e consequente liberação das bolsas a equipe expandiu com profissionais remunerados por bolsas do FNDE.

No Polo UAB Anápolis, a Secretaria Municipal de Educação disponibilizou servidores para compor a equipe, sendo que os bolsistas que atuam diretamente no polo são os tutores presenciais e a distância. Na UnUEAD/UEG, a equipe de EaD é formada por servidores da UEG, comissionados e efetivos.

Destaco a equipe que trabalha na EaD, pois ela é a responsável pelo desenvolvimento das ações, sendo que a relação entre o gestor e a equipe é essencial para a organização da gestão na instituição.

No decorrer da pesquisa identifiquei que Anápolis é a sede da UEG, e apesar do município sediar um polo da UAB, a UEG não certifica nenhum dos cursos oferecidos no município. Fato esclarecido em entrevista com a coordenadora geral da UnUEAD, como os polos destinados a UAB devem ficar totalmente disponíveis à comunidade, não foi possível desenvolver os cursos na UEG pois os laboratórios de informática que satisfazem as exigências para ser um polo da UAB, deviam atender as atividades da UEG e o Polo UAB Anápolis desenvolve os cursos da UnB e UFG no município.

A EaD precisa se consolidar em toda sua amplitude como uma educação de qualidade nas diferentes esferas públicas, não basta que o Governo Federal disponibilize e incentive programas em EaD, se os governantes estaduais e municipais não reconhecerem a EaD e assumirem o compromisso com esta forma de ofertar a educação à população.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. **Reforma do estado e políticas educacionais: entre a crise do estado-nação e a emergência da regulação supranacional**. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302001000200003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt acessado em 14/12/2010.

ALAVA, Séraphin. **Ciberespaço e formações abertas – rumo a novas práticas educacionais**. Tradução MURAD. Fátima. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ALVES, João Roberto Moreira Alves. A história da EAD no Brasil. In: LITTO Frederic M. & FORMIGA Marcos (orgs). **Educação a distância – o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education, 2009.

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini. Tecnologias do conhecimento na escola. In: Gestão Educacional e Tecnologia. In: VIEIRA. Alexandre Thomaz; ALMEIDA. Maria Elizabeth Bianconcini; ALONSO Myrtes; (orgs). **Gestão educacional e tecnologia**. São Paulo: Avercamp, 2003.

ALONSO, Kátia Morosov. Educação a distância e tutoria: anotações sobre o trabalho docente. In: ALONSO. Kátia Morosov. RODRIGUES. Rosângela Schwarz. BARBOSA. Joaquim Gonçalves. (orgs). **Educação a distância: práticas, reflexões e cenários plurais**. Cuiabá – Mt: Editora UFMT, 2009.

ALONSO, Myrtes. ALEGRETTI. Sonia Maria de M. Introduzindo a pesquisa na formação de professores a distância. In: VALENTE. José Armando. PRADO. Maria Elisabette B. Britto. ALMEIDA. Maria Elizabeth Bianconcini de Almeida. (orgs). **Educação a distância via internet**. São Paulo: Avercamp, 2003.

_____. O trabalho coletivo na escola e o exercício da liderança. In: VIEIRA. Alexandre Thomaz. ALMEIDA. Maria Elizabeth Bianconcini. ALONSO. Myrtes. **Gestão educacional e tecnologia**. São Paulo: Avercamp, 2003.

_____. A gestão/Administração Educacional no contexto da Atualidade. In: VIEIRA. Alexandre Thomaz. ALMEIDA. Maria Elizabeth Bianconcini. ALONSO. Myrtes (orgs.). **Gestão educacional e tecnologia**. São Paulo: Avercamp, 2003.

ANDRADE, Priscila Almeida. **Análise de políticas públicas: conceitos e modelos teóricos**. 2007. Disponível em <http://www.nesp.unb.br/eps/ConceitosdePoliticPublicas-PriscilaAlmeidaAndrade.pdf> acessado em 10/11/2010.

Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância – ABRAED - 2008. Disponível em <http://www.abraead.com.br/noticias.cod=x1.asp> acessado em 14/11/2010.

Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância – ABRAED - 2007. Disponível em <http://www.abraead.com.br/anuario/anuario2007.pdf> acessado em 11/12/2010.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Gestão Democrática: recuperar sua radicalidade política? In: CORREA. Bianca Cristina e GARCIA. Teise Oliveira. **Políticas educacionais e organização do trabalho na escola**. São Paulo: Xamã, 2008.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. 3ª ed., Campinas-SP: Autores Associados, 2004.

Associação Comercial e Industrial de Anápolis – ACIA – disponível em: <http://www.aciaanapolis.com.br/> acessado em 02/05/2010.

BARROSO, João. **O estado, a educação e a regulação das políticas públicas**. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a02.pdf> capturado em 08/08/2010.

BATALHA, Alexandre. **O grande desafio na escola pública**. (2009). Disponível em <http://www.webartigos.com/articles/22752/1/O-Gestor-e-a-Equipe-escolar/pagina1.html> acessado em 15/11/2010.

BRAGA FILHO, Joel de Sant'Anna. Importância socioeconômica do ensino profissional. IN: CARMO. Carmem Sandra Ribeiro do. LOPES. Limerce Ferreira. SILVA. Sonilda Aparecida de Fátima. SILVA. Yara Fonseca de Oliveira e. **Educação profissional: várias vozes e uma história em construção**. Goiânia: Kelps, 2010.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 21ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1988.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância**. 3ª ed., Campinas-SP: Autores Associados, 2003.

BENJAMIM, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Traduzido por Sérgio Paulo Rouanet. 7ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.

BORDIÃO, Idevaldo da Silva. **O telensino: Que didática é essa?** 2000. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/0406t.PDF> acessado em 05/08/2010.

BORGHI, Raquel e ADRIÃO, Theresa. Organização do trabalho escolar e exclusão educacional: caminhos, desafios e possibilidades. In: CORREA. Bianca Cristina e GARCIA. Teise Oliveira. **Políticas educacionais e organização do trabalho na escola**. São Paulo: Xamã, 2008.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Organizador da edição brasileira: GUIMARÃES. Antonio Monteiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1983. Política.

BRASIL. MEC. **Decreto 5622, de 19 de dezembro de 2005**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm, acessado em 20/07/2010.

BRASIL. MEC. **Resolução CD/FNDE n.º 18 de 16 de junho de 2010**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/portal/index.php/legis-resolucoes> acessado em 16/10/2010.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Câmara dos Deputados. 2000. disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf> acessado em 06/04/2010.

BRASIL. **Goiás**. Disponível em: http://www.sectec.go.gov.br/portal/?page_id=2461 acessado em 05/06/09.

BRASIL. MEC. **SIEAD – Sistema de Consulta de Instituições Credenciadas para Educação a Distância e Pólos de Apoio Presencial**. com última atualização dos pólos em 12/07/2010: disponível em: <http://siead.mec.gov.br/novosiead/web/site/#tab=0> acessado em 13/07/2010

BRASIL. MEC. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12326:e-tec-apresentacao&catid=293:escola-tecnica-aberta-do-brasil-e-tec&Itemid=665 acessado em 05/06/2009

BRASIL. MEC. **Programas e Ações da Secretaria de Educação a Distância** http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12502&Itemid=823 acessado em 24/07/09.

BRASIL. MEC. INEP. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp> acessado em 11/08/2010.

BRASIL. MEC. INEP. **Resumo técnico – censo da educação superior de 2009**. Disponível em http://www.inep.gov.br/download/superior/censo/2009/resumo_tecnico2009.pdf capturado em 29/03/2011.

BRASIL. **Manifesto dos Pioneiros**. disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb07a.htm> acessado em 20/07/09

BRASIL. MEC. disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12502&Itemid=823 acessado em 24/07/09

BRASIL. IBGE. disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=520110> acessado em 13/07/2010.

BRASIL. MEC. disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12777%3Areferenciais-de-qualidade-para-ead&catid=193%3Aseed-educacao-a-distancia&Itemid=865 acessado em 02/12/2009.

BRASIL. MEC. **Programa Universidade Aberta do Brasil – UAB na UNB – cursos a distância**. (2009). Disponível em: <http://www.uab.unb.br/index.php/institucional/compromissos-na-uab> acessado em 15/11/2010.

BRASIL. MEC/e-Tec. **Polos e Instituições que constituem o sistema e-Tec.** 2010. Disponível em: <http://www.etec.ufsc.br/course/view.php?id=6>. Acessado em 08/010/2010.

BRASIL. **Proinfantil Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil.** 2010. Disponível em <http://www.oei.es/noticias/spip.php?article1596> acessado em 16/11/2010.

BRASIL. **Programa Nacional de Informática na Educação – ProInfo.** 2008. Disponível em <http://inclusao.ibict.br/index.php/iniciativas-no-brasil/942-programa-nacional-de-informca-na-educa-proinfo> acessado em 16/11/2010.

BURGARDT, Lilian. **Raio-x da EAD no Brasil - EAD se ramifica nas regiões e apresenta crescimento expoente de alunos.** (2007) Disponível em <http://www.universia.com.br/gestor/materia.jsp?materia=13807> acessado em 10/11/2010.

CAMPOS, Gilda Helena Bernardino de. EaD: mediação e aprendizagem durante a vida toda. In: LITTO Frederic M. & FORMIGA Marcos (orgs). **Educação a Distância – o estado da arte.** São Paulo: Pearson Education, 2009.

CATAPAN, Araci Hack. Mediação Pedagógica. In: ALONSO. Kátia Morosov. RODRIGUES. Rosângela Schwarz. BARBOSA. Joaquim Gonçalves. (orgs). **Educação a distância: práticas, reflexões e cenários plurais.** Cuiabá – Mt: Editora UFMT, 2009.

_____. **Pedagogia e tecnologia: A comunicação digital no processo pedagógico.** 2003. Disponível em <http://www.abed.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm> capturado em 14/12/2010.

CASTRO, Flávio. **Educação a distância e políticas públicas no Brasil.** Uma Experiência do Núcleo de Educação a Distância da Universidade de Brasília. 2005. Disponível em: http://www2.abed.org.br/visualizaDocumento.asp?Documento_ID=41 capturado em 17/12/2010.

CENSOEAD.BR. Organização Associação Brasileira de Educação a Distância. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.

CHAVES. Eduardo. **Tecnologia na educação: conceitos básicos.** 1999. Disponível em: <http://edutec.net/Tecnologia%20e%20Educacao/edconc.htm> acessado em 20/062009.

CHARLOT. Bernard. **Saber mais prazer mais tensão igual escola.** 2003. Disponível em http://www.educarede.org.br/educa/revista_educarede/especiais.cfm?id_especial=37 capturado em 08/07/2010.

CHIAROTTI. Tiziano Mamede. **Evolução histórica do município de Anápolis.** 2007. Disponível em:

http://ahistoriadeanapolis.com.br/artigos_detalhe.php?id_artigo=17&&id_autor=13
acessado em 01/12/2010.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS. Disponível em:
http://www.assembleia.go.gov.br/legislacao/constituicao_de_goiias.pdf acessado em
18/12/2010.

CORRÊA, Juliane. Estruturação de programas em EaD. IN. CORRÊA, Juliane.(org.)
Educação a distância orientações metodológicas. Porto Alegre: Artmed, 2007.

COSTA SOBRINHO, Djalma e CASTRO. Joana D'arc Bardella Castro. **Anápolis: de**
pólo comercial a pólo industrial, as políticas de desenvolvimento no contexto
econômico a partir dos anos 1990. Disponível em:
[http://www.unucseh.ueg.br/anais/edicao/edicao_vol04_n04/anais_iniciacaoocientifica/ec
onomia/anapolis_de_polo_comercial_a_polo_industrial.pdf](http://www.unucseh.ueg.br/anais/edicao/edicao_vol04_n04/anais_iniciacaoocientifica/ec
onomia/anapolis_de_polo_comercial_a_polo_industrial.pdf) acessado em 13/07/2010.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da filosofia: história e grandes temas – volume**
único. Edição Especial. São Paulo: Saraiva, 2010.

CRUZ, Maurício Stunitz. **Público e privado: o surgimento e a evolução dos conceitos.**
S.d. Disponível em:
<http://professor.ucg.br/siteDocente/.../PÚBLICO%20E%20PRIVADO.doc> acessado em
10/08/2010

CUNHA, Luis Antônio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. 8ª ed., Rio de
Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1980.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política**. São Paulo: Brasiliense,
1999.

DIAS, Rosilâna Aparecida e LEITE. Lígia Silva. **Educação a distância – da legislação**
ao pedagógico. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.

DOURADO, Luiz Fernandes. (org.). **Gestão democrática: a perspectiva dos dirigentes**
escolares da rede municipal de ensino de Goiânia-Go. Goiânia: Alternativa, 2003.

FALCONE, Dirce Maria. **Educação a distância, tecnologias e competências no**
cenário da expansão do ensino superior: pontuando relações, discutindo fragilidades.
2010. Disponível em: [http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT11-4074--
Int.pdf](http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT11-4074--
Int.pdf) acessado em 17/12/2010.

FARIA, Elaine Turk. **O professor e as novas tecnologias**. 2004. Disponível em:
[http://aprendentes.pbworks.com/f/prof_e_a_tecnol_5\[1\].pdf](http://aprendentes.pbworks.com/f/prof_e_a_tecnol_5[1].pdf) capturado em 01/07/2010.

FARIA, Juliana Guimarães e TOSCHI, Mirza Seabra. **Tendências para**
internacionalização da educação superior e a educação a distância. 2009.
Disponível: http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2009/168.pdf
capturado em 07/08/2010.

FERREIRA, Luciano. **Treinamento empresarial pelo EaD**. 2008. Disponível em: <http://usinasideias.com/blogs/usina/treinamento-empresarial-pelo-ead/> acessado em 30/11/2010.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Mídia, máquinas de imagens e práticas pedagógicas**. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782007000200009&lng=pt&nrm=iso acessado em 10/12/2010.

FREENBERG, Andrew. **La enseñanza online y lãs opciones de La modernidad**. 2001. Disponível em <http://www.sfu.ca/~andrewf/pensamiento.pdf> acessado em 30/07/2010.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. **A gestão educacional na interseção das políticas federal e municipal**. 1998. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551998000200003 acessado em 02/11/2010.

FONSECA, Marília. TOSCHI, Mirza Seabra. OLIVEIRA, João Ferreira. (orgs). **Escolas Gerenciadas** - planos de desenvolvimento e projetos político-pedagógico em debate. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2004.

FONSECA, Marília. **Políticas públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social**. Artigo publicado nos Cadernos Cedes: 2009. Volume 29, n.º 79.

GRACINDO, Regina Vinhaes. Estado, sociedade e gestão da educação: novas prioridades, novas palavras-de-ordem e novos-velhos problemas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. Associação Nacional de Política e Administração da Educação – ANPAE: Brasília, 1996.

GUIMARÃES, Roberto P. A ética da sustentabilidade e a formação de políticas de desenvolvimento. In: DINIZ, Nilo, SILVA Mariana e VIANA, Gilney (orgs). **O desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

HADDAD, Sérgio (Org.). **Banco Mundial, OMC e FMI: o impacto nas políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2008.

HADDAD, Fernando. Prefácio. In: LITTO, Fredric M. & FORMIGA, Marcos (orgs). **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

HAMZE, Amelia. **A escola que queremos e a que o capitalismo nos dá**. 2010. Disponível em: <http://www.educador.brasilecola.com/politica-educacional/escola-capitalismo.htm> acessado em 18/12/2010.

HUTMACHER, Walo. A escola em todos os seus estados das políticas de sistemas às estratégias de estabelecimento. In: NÓVOA, Antonio (coordenador) **As organizações escolares em análise**. 2ª ed., Tradução de: HESPANHA Cândida. ISABEL, Maria. PEREIRA, Castro. TAVARES, José Antônio Sousa. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

IBGE. Biblioteca. **Anápolis. Goiás – GO.** s.d. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/goias/anapolis.pdf>. acessado em 01/09/2010.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia:** guia prático da linguagem sociológica. Tradução: JUNGSMANN. Ruy. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias – O novo ritmo da informação.** Campinas/SP: Papirus, 2007.

_____, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância.** 7ª ed., Campinas – Sp: 2003.

KLOETZEL, Kurt. **O que é meio ambiente** (Coleção Primeiros Passos). São Paulo: Brasiliense, 1998.

KRUPPA, Sonia Maria Portella. **O Banco Mundial e as políticas públicas de educação nos anos 90.** 2003. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/24/T0511651397173.doc> acessado em 03/08/2009

KIM, Chan W., MAUBORGNE, Renée. **A Estratégia do oceano azul:** como criar novos mercados e tornar a concorrência irrelevante. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LIBANEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. 5ª ed., Goiânia, Universidade Católica: 2004.

_____. OLIVEIRA. João Ferreira. TOSCHI. Mirza Seabra. **Educação escolar:** políticas, estrutura e organização. 8ª edição. São Paulo: Cortez, 2009.

LIMA, Maria de Fátima Monte e HETKOWSKI. Tânia Maria. **Política educacional, globalização e educação a distância.** 2003. Disponível em: http://www.comunidadesvirtuais.pro.br/gptec/arquivos/a_tania1.pdf capturado em 07/08/2010.

LIMA, Kátia. **Ensino a distância, organismos internacionais e mercantilização da educação superior.** 2009. Disponível em: <http://www.apropucsp.org.br/apropuc/index.php/revista-puc-viva/79-33-ensino-a-distancia-agosto-de-2009/2422-ensino-a-distancia-organismos-internacionais-e-mercantilizacao-da-educacao-superior> acessado em 16/12/2010.

LINDEN, Marta Maria Gomes Van Der. **UAB em transição:** a capacitação continuada de professores e tutores para a educação online colaborativa na UFPB Virtual. 2010. Disponível em: http://www.google.com.br/#hl=pt-BR&source=hp&biw=802&bih=332&q=modelo+UAB&btnG=Pesquisa+Google&aq=f&aqi=&aql=&oq=modelo+UAB&gs_rfai=&fp=df220519f8965650 acessado em 15/11/2010.

LOBO NETO, Francisco J. S. **Educação a distância – referências e trajetórias.** Brasília: Plano Editora, 2001.

LUCK, Heloísa. **Liderança em gestão escolar**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2008.

_____. **A gestão participativa na escola**. 6ª ed., Petrópolis – RJ: Vozes, 2010.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MALANCHEN, Júlia. **Políticas de educação a distância: Democratização ou canto da sereia?** 2007. Disponível em: <http://www.gepeto.ced.ufsc.br/arquivos/artjulia.pdf> capturado em 11/12/2010.

MALLMANN, Elena Maria. CATAPAN. Araci Hack. O processo de gestão e suas implicações na modalidade EaD. IN: **Anais do III Simpósio Regional de Política e Administração da Educação** (p. 109-119). Camboriú: ANPAESUL, 2005.

MARQUES, Luciana Rosa. **Conselho Escolar - O projeto político pedagógico e a construção da autonomia e da democracia na escola nas representações sociais dos conselheiros**. 2008. Disponível em: <http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/6105/conselho-escolar-o-projeto-politico-pedagogico> acessado em 16/11/2010.

MOORE, G. Michael. KEARSLEY, Greg. **Educação a distância uma visão integrada**. Tradução Roberto Galman. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MORAN, José Manuel. **Avaliação do ensino superior a distância no Brasil**. 2010. Disponível em <http://www.eca.usp.br/prof/moran/avaliacao.htm> acessado em 02/11/2010.

MOTA, Ronaldo. A universidade aberta do Brasil. IN: LITTO, Fredric M. & FORMIGA Marcos (orgs.). **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

MOROSINI, Marília Costa. **Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior – conceitos e práticas**. Curitiba: Educar, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a08n28.pdf> capturado em 07/08/2010.

NEDER, Cristiane Pimentel. **Ensino a distância**. 2003. Disponível em: http://www.lulu.com/items/volume_38/587000/587162/1/print/587162.pdf acessado em 09/12/2010.

NÓVOA, Antonio. Para uma análise das instituições escolares. In: NÓVOA, Antonio (coordenador) **As organizações escolares em análise**. 2ª ed., Tradução de: HESPANHA Cândida. ISABEL, Maria. PEREIRA, Castro. TAVARES, José Antônio Sousa. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

NÓVOA, Antonio. Disponível em: <http://www2.dce.ua.pt/docentes/ventura/ficheiros/documpdf/ant%C3%B3nio%20n%C3%B3voa.pdf>. Capturado em 05/07/2010.

NUNES, Ivônio Barros. A história da EaD no mundo. In: LITTO Frederic M. & FORMIGA Marcos (orgs). **Educação a distância** – o estado da arte. São Paulo: Pearson Education, 2009.

_____. **Noções de educação a distância**. 1994 Disponível em: <http://www.rau-tu.unicamp.br/nou-rau/ead/document/?view=3> capturado em 20/07/2010.

NUNES, Paulo. **Conceito de gestão e de gestor**. 2006. Disponível em: http://www.notapositiva.com/trab_professores/textos_apoio/gestao/01conc_gestao.htm acessado em 01/11/2010.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Regulação das políticas educacionais na América Latina e suas conseqüências para os trabalhadores docentes. In: **Educação e Sociedade** – Revista de Ciência da Educação. V.26. n.92. Campinas, 2005.

PALLOFF, Rena M.; PRATT, Keith. **O aluno virtual**: um guia para trabalhar com estudantes on-line. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PARENTE, André. A última versão da realidade. IN: FERREIRA, Leila da Costa. (Org.). **A sociologia no horizonte do Século XXI**. São Paulo – SP: Boitempo editoria, 2002.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 1997.

_____. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

_____. Estrutura da Escola e Educação como prática democrática. In: CORREA. Bianca Cristina e GARCIA. Teise Oliveira. **Políticas educacionais e organização do trabalho na escola**. São Paulo: Xamã, 2008.

_____. Administração escolar – introdução crítica. 8ª edição. São Paulo: Cortez, 1999.

PETERS, Otto. **Didática do ensino a distância** – experiências e estágio da discussão numa visão internacional. Tradução de Ilson Kayser. São Leopoldo – Rs: Editora da Universidade do Vale dos Sinos, 2001.

PINTO, José Marcelino de Rezende. O custo de uma educação de qualidade. In: CORREA. Bianca Cristina e GARCIA. Teise Oliveira. **Políticas educacionais e organização do trabalho na escola**. São Paulo: Xamã, 2008.

POLONIAL, Juscelino. **Introdução à história política de Anápolis (1819-2007)**. Anápolis – Go: Edição do Autor, 2007.

PORTER, Michael. **O que é estratégia?** <http://www.pucrs.br/asplam/pe/estrategia.pdf> acessado em 14/06/09

RESTREPO, Bernardo NETO. Teleducação: Âmbito conceitual de um sistema de Educação a Distância. IN: LOBO, Francisco J. S. (Org.). **Educação a distância: Referências e Trajetórias**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Tecnologia Educacional; Brasília: Plano Editora, 2001.

Regimento Interno – Centro de Educação Profissional de Anápolis, 2008 Projeto Político Pedagógico – Centro de Educação Profissional de Anápolis, 2008 <http://www.cepeduc.com/institucional.php?conteudo=historico>, acessado em 05/06/09

RIBAS, Júlio César da Costa & HERMENEGILDO. Jorge Luiz Silva. **A implantação da educação a distância, pelo sistema universidade aberta do Brasil, no CEFET-SC caminhos e percursos**. 2008. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2008/tc/511200885025PM.pdf> acessado em 13/11/2010.

RODRIGUES, Rosângela Schwarz. **Trechos de dissertação de mestrado**. Universidade Federal de Santa Catarina. Maio. 1998. Disponível em: <http://www.centrorefeducacional.com.br/eadconfun.htm> acessado em 04/06/09.

ROMANATTO, Eduiges. **Classificação dos municípios goianos conforme variáveis de políticas de geração de emprego e renda e de habitação – uma análise multivariada**. 2007. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/conj/conj10/artigo02.pdf> acessado em 02/09/2010.

RUMBLE, Greville. **A gestão dos sistemas de ensino a distância**. Tradução de Marília Fonseca. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Unesco, 2003.

SALES, Dênia. **EAD tem expectativa de crescimento para os próximos anos**. 2010. Disponível em: http://www2.abed.org.br/visualizaDocumento.asp?Documento_ID=555 acessado em 15/12/2010.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Edições Afrontamento, 1986.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed., São Paulo: Editora Cortez, 2007.

SILVA, Camila Croso (org). A concepção do Banco Mundial sobre desenvolvimento e educação. In: HADDAD. Sérgio (org.). **Banco Mundial, OMC e FMI: o impacto nas políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Privatização e internacionalização do ensino superior na América Latina. In: HADDAD. Sérgio (org.). **Banco Mundial, OMC e FMI: o impacto nas políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Marco. **Sala de aula interativa**. Rio de Janeiro: Quartet, 2000.

SOARES, Ricardo Pereira. **Dívida pública externa** : empréstimos do BIRD ao Brasil. Brasília : s.n. 1999 (texto para discussão no. 642)

SOUSA JUNIOR, Luiz de. **O FUNDEF e o direito à educação básica**. 1.999. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/0530t.PDF> capturado em 05/07/2010.

SOUSA JUNIOR, Justino. De. **Trabalho, práxis e o programa marxiano de educação**. 2010. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT09-4739--Int.pdf> acessado em 17/12/2010.

SPANHOL, Fernando José. Aspectos do gerenciamento de projetos em EaD. In: LITTO Frederic M. & FORMIGA Marcos (orgs). **Educação a distância – o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education, 2009.

TAKAHASHI, Fábio. **Seis cursos reúnem 52% dos universitários**. 2006. Disponível em: http://www.unievangelica.edu.br/gc/index.php?pag=noticia.php&id_noti=809 acessado em 11/08/2010.

TELES, Lucio. A aprendizagem por e-learning In: LITTO Frederic M. & FORMIGA Marcos (orgs). **Educação a distância – o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education, 2009.

TOSCHI, Mirza Seabra e ANDERI. Eliane Costa. **História da educação em Anápolis**. 2009. Disponível em: http://www.ahistoriadeanapolis.com.br/artigos_detalhe.php?id_artigo=33&&id_autor=27 acessado em 09/08/2010.

_____. Museu virtual da educação de Anápolis. 2009. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo07/Mirza%20Seabra%20Toschi%20e%20Eliane%20Goncalves%20Costa%20Anderi%20-%20Texto.pdf> acessado em 10/08/2010.

UEG. Disponível em <http://www.unuead.ueg.br/> acessado em 05/06/2010.

VALENTE, José Armando, PRADO, Maria Elisabete Brisola Brito & ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. **Formação de Educadores a Distância Via Internet**. São Paulo: Avercamp, 2003.

VERSUTI, Andrea C. **Avaliação formativa e qualidade em EaD**. 2004. Disponível em <http://www.abed.org.br/congresso2004/por/htm/046-TC-B2.htm> acessado em 11/12/2010.

VIANNA, Cláudia Pereira e UNBEHAUM, Sandra. **O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002**. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n121/a05n121.pdf> acessado em 16/01/2011.

VIEIRA, Alexandre Thomaz. Bases para a construção de uma nova organização escolar. In: VIEIRA, Alexandre Thomaz. ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini. ALONSO, Myrtes (orgs.). **Gestão educacional e tecnologia**. Avercamp: São Paulo, 2003.

Apêndices

APÊNDICE 01 – Questionário aplicado ao gestor

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS
MESTRADO EM SOCIEDADE, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Este questionário tem como objetivo identificar a forma de atuação do gestor de instituições que ofertam educação na modalidade a Distância. Solicito sua colaboração neste trabalho, que faz parte da dissertação do Mestrado que estou cursando. Como autora do estudo posso garantir que sua identidade será preservada. Esclareço também que a aceitação em responder ao questionário significa sua autorização para uso dos dados em trabalho acadêmico.

Agradeço suas respostas, pois elas irão contribuir na elaboração da pesquisa.

Rosalia Santana Silva

email: san_rosa@hotmail.com

Telefone: (62) 91421054

Orientadora: Mirza Seabra Toschi

GESTOR

I. Identificação:

1- Nome: _____

2- Instituição: _____ Telefone: _____

3 - Sexo: () masc. () fem. 4- Idade: () 25 a 35 () 36 a 45 () 46 a 55 () mais de 55

5 – Situação Funcional: () Contrato () CLT () Servidor Público () Outra: _____

6 – Graduação: _____ 7- Ano de Conclusão _____

8 – Titulação Máxima: _____ 9- Ano de Conclusão _____

10- Cor: _____ 11- Naturalidade: _____ 12- Nacionalidade: _____

11 – email: _____

12- cidade: _____ 13 – estado: _____

II. Gestor

1 - Há quanto tempo exerce o papel de gestor escolar nesta instituição?

() 1 ano () 2 anos () 3 anos () 4 anos () 5 anos () mais de 5 anos _____

2 – Qual sua experiência em gestão escolar?

() somente nesta instituição () já fui diretor de outra instituição. Qual? _____

3 – Qual a dimensão da gestão tem maior relevância?

() pedagógica (conteúdos, metodologia, avaliação...)

() administrativa (financeiro, burocracia, papéis...)

() recursos humanos (professores, funcionários, relacionamento)

() Outra. Qual? _____

4 - Quais os problemas mais frequentes da gestão vivenciados por você:

() comunicação inadequada () capacitação inadequada da equipe () recursos financeiros

() Outros. Quais? _____

5 – Você se considera um gestor com liderança:

() democrática (consulta para as deliberações, participa das situações vivenciadas)

() autocrático (centra nas tarefas desempenhadas, delibera individualmente)

() Outra. Qual? _____

III - O Gestor e a Educação a Distância

1 – Quais os níveis de Educação atendidos na modalidade de Educação a Distância na instituição?

Ensino Fundamental Ensino Médio Graduação

Outros. Quais? _____

2 – A instituição atende: Educação Presencial Educação a Distância Outra: _____

3 – A sensibilização da equipe para a implantação e desenvolvimento da Educação a Distância na Instituição é feita por meio de:

reuniões capacitação oferecida pela própria instituição capacitação feita por outra instituições Outra. Qual? _____

4 – Os professores envolvidos com a Educação a Distância devem apresentar:

compromisso pontualidade formação em EaD experiência com tutoria

Outra. Qual? _____

5 – A motivação para o desenvolvimento da Educação a Distância na instituição é:

atendimento da demanda experiência Institucional ordem de um superior

Outra. Qual? _____

6 – O planejamento do uso das tecnologias tem a intenção de:

mediar a comunicação otimizar a aprendizagem

Outra. Qual? _____

7 – A infraestrutura física da instituição:

atende a modalidade de Educação a Distância

Não atende a modalidade de Educação a Distância

Necessita adequações, tais como: _____

8 – Você participou de capacitação para atuar em Educação a Distância?

Não Sim. Se respondeu sim, qual? _____ Ano: _____

Carga horária: _____

Instituição: _____

Modalidade da Capacitação (presencial, a distância,...): _____

9 – As ações para o desenvolvimento da Educação a Distância onde você trabalha são planejadas:

pelo Gestor por uma equipe reduzida

de outra forma, qual? _____

10 – Existe um número máximo de alunos por turma? não sim. Qual? _____

11 – A principal vantagem de Educação a Distância na instituição é:

flexibilidade de horário atendimento de maior demanda democratização do acesso a educação Outra. Qual? _____

12 – A limitação para o desenvolvimento de Educação a Distância na instituição é:

estrutura física capacitação da equipe dificuldade dos alunos recursos financeiros

Outra. Qual? _____

13 – Número total de servidores envolvidos diretamente com a Educação a Distância: ()

Quantos técnicos administrativos?() Quantos da parte pedagógica?()

14 – Especifique, em números, a titulação da equipe envolvida com Educação a Distância:

() Graduado () Especialista () Mestre () Doutor () Outra: _____

15 – A instituição promove ou facilita a formação dos profissionais envolvidos com Educação a Distância? () não promove () promove. De que forma? _____

16 – A temática do Meio Ambiente está presente nos projetos dos cursos oferecidos na modalidade de EaD?

() Sim () Não

Se SIM. Como?

17 - Informações que considera importante:

18 – Por favor, explique, neste espaço qual a estrutura da instituição, em que você atua, possui para atender a EaD. Cite, ou desenhe, os cargos e as funções existentes.

Data: _____

APÊNDICE 02 – Questionário aplicado ao professor

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS MESTRADO EM SOCIEDADE, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Este questionário é parte de uma dissertação de mestrado. Solicito sua contribuição em respondê-lo e peço que responda as questões com muita sinceridade. Garanto que sua identidade será preservada e os dados serão tratados com nomes e locais fictícios. Informo também que os dados serão utilizados unicamente para fins acadêmicos.

Agradeço suas respostas, elas irão contribuir na elaboração do estudo e entendo que a resposta às questões a seguir significa a autorização para uso dos dados para fins científicos.

Muito obrigada!
Rosália Santana Silva
 email: san_rosa@hotmail.com
 Telefone: (62) 91421054
 Orientadora: **Mirza Seabra Toschi**

PROFESSORES

I. Identificação:

- 1- Nome: _____
- 2- Instituição: _____ Telefone: _____
- 3 - Sexo: () masc. () fem. 4 - Cargo/Função: _____
- 5- Idade: () 20 a 30 () 31 a 40 () 41 a 50 () mais de 50
- 6 – Situação Funcional: () Contrato () CLT () Servidor Público () Outra: _____
- 7 – Graduação: _____ 8- Ano de Conclusão _____
- 9 – Titulação Máxima: _____ 10- Ano de Conclusão _____
- 11- Cor: _____ 12- Naturalidade: _____ 13- Nacionalidade: _____
- 14 – Atividade que executa: _____ 15 – Área de atuação: _____
- 16 – email: _____
- 17- cidade: _____ 18 – estado: _____

II - Atuação Profissional:

- 1- As competências de sua área de atuação são:
- () orientar o aluno () elaborar material didático () acompanhar o desempenho dos profissionais
- () auxiliar o professor () administrar os cursos () aplicar as regras () formatar material
- () Outras. Quais? _____
- 2 - Há quanto tempo trabalha nesta instituição?
- () 1 ano () 2 anos () 3 anos () 4 anos () 5 anos () mais de 5 anos _____
- 3 – Qual a dimensão da gestão, no seu ponto de vista, tem maior relevância?
- () pedagógica (conteúdos, metodologia, avaliação...)
- () administrativas (financeiros, burocracias, papéis...)
- () recursos humanos (professores, funcionários, relacionamento...)
- () Outras. Quais? _____

4 -Indique os problemas mais frequentes da sua área de atuação. Assinale 1 ou 2 opções. Use 1º para o maior problema e 2º para o segundo lugar:

()comunicação inadequada ()formação inadequada da equipe ()recursos financeiros () Outros.Quais?_____

5 – O planejamento do uso das tecnologias tem a intenção de:

()mediar a comunicação ()otimizar a aprendizagem ()
Outra.Qual?_____

6 – A infraestrutura física da instituição:

()atende a modalidade de Educação a Distância ()Não atende a modalidade de Educação a Distância

()Necessita adequações. Quais?_____

7 – A sensibilização da equipe para a implantação e desenvolvimento da Educação a Distância na Instituição é feita por meio de:

() reuniões () capacitações oferecidas pela própria instituição () capacitações realizadas por outras instituições ()

Outra.Qual?_____

8 – Você participou de capacitação para atuar em Educação a Distância?

()não ()sim.Qual?_____Carga horária:_____
Modalidade da Capacitação (presencial, a
distância):_____Instituição:_____

9 – As ações para o desenvolvimento da Educação a Distância são planejadas:

()pelo gestor () por uma equipe reduzida ()de outra forma.
Qual?_____

10 – A principal vantagem de Educação a Distância na instituição é: () flexibilidade de horário

()atendimento a maior demanda () Outra.Qual?_____

11 – A limitação para o desenvolvimento de Educação a Distância na instituição é:

() estrutura física () capacitação da equipe ()Outra.Qual?_____

12 – A instituição promove ou facilita a formação dos profissionais envolvidos com Educação a Distância?

()não ()sim. De que forma?_____

13 – O que você acha positivo na gestão da Educação a Distância na instituição:

() a capacitação ofertada () a comunicação () a administração financeira () o acompanhamento pedagógico

()Outros.Quais?_____

14 – O gestor promove mecanismos de consulta e diálogo?

()não
()sim.Quais?_____

15 – Como você classifica o perfil de gestão praticado na instituição?

()democrático (consulta para as deliberações, participa das situações vivenciadas)

()autocrático (centra nas tarefas, delibera individualmente)

()Outro.Qual?_____

16 – Os problemas vivenciados são discutidos pela equipe?

() não () sim. De que forma? _____

17– Se você fosse o gestor da instituição mudaria ou incrementaria alguma ação atualmente praticada? Por favor, justifique sua resposta:

18 – Informações que você considera importantes:

Data: _____

APÊNDICE 03 – Questionário aplicado ao aluno

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS MESTRADO EM SOCIEDADE, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Este questionário é parte de uma dissertação de mestrado. Solicito sua contribuição em respondê-lo e peço que responda as questões com muita sinceridade. Garanto que sua identidade será preservada e os dados serão tratados com nomes e locais fictícios. Informo também que os dados serão utilizados unicamente para fins acadêmicos.

Agradeço suas respostas, elas irão contribuir na elaboração do estudo e entendo que a resposta às questões a seguir significa a autorização para uso dos dados para fins científicos.

Muito obrigada!
Rosália Santana Silva
email: san_rosa@hotmail.com
Telefone: (62) 91421054
Orientadora: **Mirza Seabra Toschi**

ALUNO

I-Identificação:

- 1- Nome: _____
- 2 - Sexo: () masc. () fem. 3-Idade ()15 a 25 ()26 a 35 ()36 a 45 () mais de 45
- 4 – Escolaridade: () Ensino Fundamental () Cursando o Ensino Médio () Ensino Médio Concluído () Outra:_____
- 5-Cor:_____ 6-Naturalidade:_____ 7-Nacionalidade:_____
- 8–Instituição que participa da Educação a Distância:_____
- 9 – Estuda em outra Instituição? ()Não ()Sim:_____
- 10 – Profissão:_____
- 11 – Trabalha atualmente? ()Não ()Sim Se sim especifique o local:_____ e a função:_____

II- Perfil

- 1 – O motivo para você participar de um curso a distância é:
()flexibilidade de horário ()facilidade de acesso ()Outro_____
- 2 – Você já participou, anteriormente, de curso a distância? ()Não ()Sim_____
- 3 – Você conhece os objetivos do curso que você faz? ()Não ()Sim. Se respondeu sim quais são?_____
- 4 – O curso é importante para você por que:
() facilita o trabalho desenvolvido por você. () permite seu ingresso no mercado de trabalho ()Outro_____

5– A metodologia utilizada tem facilitado a sua aprendizagem? ()Não ()Sim. Se assinalou NÃO, por quê?_____

6 - As dificuldades encontradas no desenvolvimento do curso são discutidas e amenizadas ou sanadas? ()Não () Sim.Como?_____

7 – Você dedica quantas horas diárias ao curso? ()de 1h a 2h ()de 3h a 4h ()mais de 4h

8 – Você realiza as atividades propostas pelo curso em tempo hábil?
()Não ()Sim Se você respondeu NÃO, por quê?_____

9 – A equipe de profissionais do curso de Educação a Distância que você participa satisfaz suas necessidades de aprendizagem? ()Não ()Sim.
Se você respondeu NÃO, por quê?_____

10 – Você conhece (presencialmente ou por meio de mídia) a equipe de profissionais responsáveis pela execução do curso que você participa? ()Não ()Sim

11 – Liste os aspectos, que considera positivo, do curso que você participa:

12 – Quais os aspectos que precisam melhorar no curso que você participa?

13 – De 0 a 10 qual a nota que você atribui ao curso a distância que você participa?

14 – Registre algo que você considera relevante no desenvolvimento do seu curso:

Muito obrigada pela sua colaboração!!!